

RELATÓRIO E CONTAS 2014



EMPORDEF

EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA (SGPS), S.A.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	ATIVIDADE DO GRUPO EM 2014.....	12
2.1.	O GRUPO EMPORDEF.....	12
2.2.	EMPORDEF, SGPS, S.A.	14
2.2.1.	PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS EMPRESAS PARTICIPADAS.....	15
2.2.2.	EVENTOS E ACONTECIMENTOS EM QUE O GRUPO EMPORDEF PARTICIPOU	15
3.	PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	15
3.1.	INTRODUÇÃO	15
3.1.1.	Comportamento da Economia Mundial.....	15
3.1.2.	Comportamento da Economia Nacional.....	17
3.2.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ESPECÍFICOS.....	19
3.2.1.	Para a EMPORDEF SGPS	19
3.2.2.	Para o Grupo EMPORDEF	21
4.	RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	21
5.	INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DE 2014	22
6.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	23
7.	PERSPETIVAS DE FUTURO	23
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	24
9.	AGRADECIMENTOS	25
10.	ANEXO	26

CONTAS INDIVIDUAIS	27
--------------------------	----

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2014	29
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	33
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	35
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	71
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	71

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1.	O GRUPO EMPORDEF.....	80
1.1.	EVENTOS E ACONTECIMENTOS EM QUE O GRUPO EMPORDEF PARTICIPOU	80
1.2.	INICIATIVAS DE DIPLOMACIA ECONÓMICA EFETUADAS PELA EMPORDEF SGPS	80
1.3.	I&D - ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO POR EMPRESAS DO GRUPO EMPORDEF	81
2.	O GRUPO EMPORDEF.....	84
2.1.	O GRUPO EMPORDEF - Situação Atual	84
2.2.	PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS EMPRESAS PARTICIPADAS.....	87
2.2.1.	ENVC	87
2.2.2.	NAVAL ROCHA.....	90
2.2.3.	ARSENAL DO ALFEITE	91
2.2.4.	EEN.....	96
2.2.5.	EDISOFT.....	97
2.2.6.	ETI	98
2.2.7.	EID	102
2.2.8.	idD.....	105
2.2.9.	OGMA.....	107
2.2.10.	DEFAERLOC	110

2.2.11.DEFLOC.....	113
2.2.12.EXTRA.....	116
2.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DE 2014	117
3. DIVERSOS	120
4. AGRADECIMENTOS	121
 CONTAS CONSOLIDADAS.....	 123
 BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	 125
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	129
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA	131
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS	185
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	185



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS 2014



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhor Accionista

As diferentes forças inerentes ao enquadramento que continuou a condicionar Portugal em 2014 reflectiram, finalmente, as condições para se poder perspectivar, de forma minimamente sustentada, uma inversão das tendências verificadas nos anos mais recentes. A conclusão da primeira fase do Programa de Assistência contratado com os nossos principais credores externos, o vislumbrar de uma ténue recuperação dos indicadores económicos mais determinantes (actividade exportadora, estabilização da recuperação do PIB, níveis do Emprego, redução dos níveis das taxas de juro) fazem pensar na sustentabilidade do processo de recuperação da economia portuguesa.

A estabilização da situação política tem vindo a afirmar-se decisiva para a recuperação de índices de confiança na nossa economia o que, em conjunto com alguns sinais de retoma da procura externa, cria condições para um aumento da confiança por parte dos agentes económicos exteriores e mercados (sublinhe-se, a este título, o decréscimo gradual, mas significativo, dos custos do nosso endividamento externo).

Entretanto, mas ainda longe de estar completo, tem no entanto continuado na medida do possível o esforço do Estado no que respeita ao aligeiramento da sua estrutura, contenção dos gastos públicos, adequação de eficiência no que respeita aos níveis de alocação de recursos, reorganização das estruturas e cumprimento das suas funções (nomeadamente as sociais), contribuindo também pela sua parte para a sustentação da recuperação da economia nacional.

De forma contínua, e independentemente de outras evoluções, trilhando o rumo já desenhado em 2013, continuou a EMPORDEF a envolver-se na missão anteriormente confiada à sua Administração pelo seu Acionista Estado, traduzida por orientação específica para se envolver na reestruturação das indústrias de defesa, gerir o equilíbrio patrimonial das unidades económicas por si participadas e a consequente sustentabilidade das suas operações. Consequentemente, prosseguiu a gestão dos processos conducentes à alienação de algumas participações societárias.

No entanto, e em paralelo a esta potencial mera continuação do rumo já desenhado em 2013, outros factos vieram marcar decisivamente a gestão desta empresa, condicionando o seu quotidiano nos meses subseqüentes – a assunção do propósito de liquidação da Empordef por parte das Tutelas, a tomada de posse de novos elementos indigitados para os órgãos sociais e, por último, condicionalismos institucionais de ordem processual.

Relativamente à primeira nota, e na linha de princípios assumidos pelo Executivo e do que já fora mencionado em contexto mais informal, a resolução do Conselho de Ministros nº 42/2014, de 26 de Junho de 2014, vem consagrar o progressivo esgotamento do objetivo da empresa, *“considerando que a grande maioria das empresas da defesa que integram o Grupo EMPORDEF atravessa presentemente, ou já concluiu, um processo de reestruturação, tendo em vista conferir-lhes maior sustentabilidade, reequilíbrio económico, ou conduzir à sua privatização”*.

E assim, e por se entender que *“após as medidas de reestruturação já implementadas e em curso, deverá ser consolidado um novo modelo de gestão”*, dá-se início ao processo conducente à dissolução, liquidação e consequente extinção da Empordef.

Nesse sentido, e com vista à necessária harmonização do enquadramento da organização contabilística vigente, as contas de 2014 são apresentadas, já, em “valores de liquidação” – em resultado desta determinação, as contas individuais da Empordef foram afetadas pela consideração de uma injunção desfavorável de cerca de 210 milhões de euros, correspondente à incobrabilidade do crédito sobre a Participada ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Já no que diz respeito ao segundo ponto – novo elenco da Administração – em 19 de Setembro último foram nomeados, apenas, dois administradores executivos o que, contrastando com a maior extensão da solução anterior, dá a entender o alinhamento com a linha de desafetação gradual de recursos que caracteriza o rumo da liquidação da empresa.

Concretamente, a nota recebida aquando da nomeação situa a atuação da Administração *“no cumprimento da missão que terão pela frente, nomeadamente no seguimento da Resolução de Conselho de Ministros relativa à Empordef recentemente aprovada”*.

Finalmente, e em relação ao terceiro ponto, a Empordef bem como a generalidade das suas Participadas, foram classificadas como “EPR” (Empresa Pública Reclassificada).

De acordo com este regime, as empresas passam a estar condicionadas, em termos de gestão financeira e de tesouraria, pelos procedimentos associados à gestão do OGE.

Não obstante pedidos formulados nesse sentido, essa classificação não foi revertida para nenhum dos casos, o que se traduziu em dificuldades acrescidas no que respeita à gestão da tesouraria (em grande parte dos casos, a gestão de fluxos não se compadece com o mecanismo de orçamentação e cabimentação de despesas da contabilidade pública).

Também sob o ponto de vista operacional, resultaram constrangimentos e custos suplementares para a função administrativa da Empordef – foi necessário manusear novos sistemas de informação contabilística e assumir um conjunto de procedimentos de reporte adicionais que

vieram preencher um quotidiano já de si intenso para o escasso número de colaboradores da área, exigindo deles um maior esforço, nunca regateado.

Foi assim à luz desta nova perspectiva de atuação que passou a ser orientada a intervenção e acompanhamento da atividade das Participadas e, obviamente, da própria Empordef.

Permitimo-nos desde já antecipar “a própria Empordef” dada a especial sensibilidade de que passou a revestir-se a gestão dos recursos humanos da empresa, inflacionada pelo novo cenário anunciado da Liquidação: o facto de alguns dos poucos elementos serem cedidos por outras empresas minora, em termos quantitativos, os efeitos de uma dispensa de pessoal embora, por princípio, os aspectos de ordem qualitativa tivessem passado a merecer a nossa maior atenção, independentemente da dimensão do contingente – idade, antiguidade, formação, habilitações de cada um, continuarão a justificar a nossa maior atenção. A Administração está envolvida na tarefa de encontrar soluções que minimizem a perturbação causada no quotidiano dos elementos e no das suas famílias. O profissionalismo, o empenhamento demonstrado pelos elementos da equipa, em conjuntura tornada especial pelas piores razões, justificam o pleno empenhamento da Administração nessa busca.

No que diz respeito às Participadas, continuou a desenvolver-se normalmente a intervenção da Administração da Empordef já que o processo de liquidação da empresa não envolve, como é óbvio, processo idêntico para qualquer uma delas – com efeito, a liquidação da empresa fará com que seja suprimido um elo intermédio da estrutura societária das empresas da Defesa, passando as ações representativas das participações da Empordef a ser diretamente detidas pelo seu próprio acionista – a Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Em traços muito genéricos, dá-se conta dos principais factos ocorridos – que, em algumas das empresas, constituíram acontecimentos muito marcantes, enquadrados na reestruturação em curso para todo este sector.

Para a generalidade dos casos, 2014 constituiu um ano muito positivo – assistiu-se a um muito bom desempenho de quase todas as Participadas, consolidando processos de reequilíbrio patrimonial.

No **Núcleo Naval**, continua a merecer destaque a gestão do processo dos ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO e da consolidação da encomenda dos dois Navios Asfalteiros por parte do cliente venezuelano PDVSA – o período conturbado decorrido nos últimos anos culminou, em Maio de 2014, com a subconcessão da atividade à West Sea Estaleiros Navais Lda., após etapas de um processo negocial difícil envolvendo instituições nacionais, comunitárias, banca, credores, trabalhadores. Porém, o passo derradeiro estava ainda por dar (ou pelos menos, a

criação de condições para que ele ocorra): apenas em Novembro foi possível atingir posição de consenso conciliado com o cliente e com as nossas Tutelas no que respeita a confirmação de encomenda e autorização para a gestão da sua cobertura financeira (assinatura de “Convénio”, em Caracas).

Este passo assume-se como decisivo – já que em paralelo foi também possível obter cobertura financeira para esta encomenda por parte do cliente – para a concretização dos termos definitivos do contrato de construção, implicando a cessão da posição à Participada EEN – Empordef Engenharia Naval (ex Ogma Imobiliária) que, por sua vez, contratará a intervenção operacional da West Sea.

A Participada NAVAL ROCHA (com posição minoritária da Empordef) registou novamente neste ano resultados positivos significativos, testemunhando a consolidação de um processo de recuperação económica que se desenhara marcadamente já em 2013. Após alguns exercícios de desempenho desfavorável, e sob efeitos de uma dinâmica comercial que apraz registar, 2014 torna-se o ano de consolidação da recuperação.

O ARSENAL DO ALFEITE tem continuado na senda da conquista de posição consolidada no mercado naval militar da Armada Real Marroquina. Concretizaram-se, felizmente, as previsões mantidas em relação ao volume de encomendas provenientes deste cliente, o que tornou possível gerar uma exploração económica positiva em 2014.

E este resultado é tanto mais de enaltecer pelo facto de demonstrar a dinâmica da sua equipa de gestão – e a capacidade evidenciada para superar os continuados efeitos negativos de redução das encomendas do cliente central (a Marinha Portuguesa) por razões de índole orçamental e restrição das finanças públicas.

Aguarda-se entretanto, para esta Participada, o anúncio dos resultados de estudo desenvolvido por empresa de consultoria prestigiada, pelos quais serão apontados caminhos alternativos para o seu futuro e enquadramento sectorial. Com efeito, foi entendido recentemente, a nível superior, ser chegado o momento de validar o seu posicionamento estratégico.

No **Núcleo Industrial**, é de salientar o contínuo bom desempenho da Participada OGMA – com comercialização dinâmica, o desempenho comercial e económico consolidados, em paralelo com um encorajador êxito na gestão da vertente social.

Na linha de um passado recente, a IDD manteve um equilíbrio de exploração a níveis aceitáveis, continuando a desenvolver esforços para uma conquista de segmentos do mercado não militar. Assume agora e em complemento um novo projeto, na sequência do desafio delineado para si por parte das Tutelas, e na linha de experiências congêneres em todo o mundo – a criação e o

desenvolvimento de uma plataforma que oriente e potencie, estrategicamente, a afirmação comercial do tecido empresarial, público e privado, da área da Defesa.

No **Núcleo Tecnológico**, de Equipamentos e Software de Telecomunicações, estão ainda em curso os processos de privatização da ETI e da nossa participação na EID, ambos em fase, já, relativamente avançada.

A EDISOFT, na sequência do processo de reestruturação societária, onde o Parceiro assume e desempenha papel central na estratégia comercial, revela já as valências (e já não o mero potencial) que permitirão uma sã consolidação da estrutura patrimonial.

No **Núcleo Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento** aguarda-se a evolução do processo, a despoletar pelas Tutelas, que conduzirá à extinção da DEFLOC e da DEFAERLOC, mediante a sua integração na estrutura do Ministério da Defesa Nacional.

No âmbito do **Núcleo Imobiliário** registe-se, como elemento a merecer maior destaque, a conclusão da difícil e morosa negociação conducente ao desaparecimento do endividamento bancário negociado pela Empordef para apoio da tesouraria da RIBEIRA d'ATALAIA. Tornou-se possível conciliar posições da Maxam e dos bancos financiadores, de molde a suprimir operação associada a custos financeiros muitíssimo elevados, com o contributo do parceiro espanhol. A empresa foi extinta em Dezembro, com a prévia transferência do seu património para a EXTRA, por ela detida a 100%, ao mesmo tempo que se tornou possível negociar com a Maxam, em condições vantajosas, o mecanismo de partilha do produto da venda de terreno em Alcochete, único activo da nossa Participada. Por outro lado, está em curso a formulação de estratégia adequada para a sua comercialização – identificação e abordagem de potenciais interessados.

Também a **Nível Institucional** se manteve uma nossa contribuição para a reafirmação da estratégia associativa para as Industrias de Defesa através da DANOTEC, no envolvimento com as Associações ProEspaço e PEMAS com vista à criação da AED Portugal - Associação da Aeronáutica, Defesa e Espaço, em prol da dignificação da nossa presença institucional e da maximização do aproveitamento das potencialidades representadas pelo Projeto Horizonte 2020, que poderá ser decisivo para a afirmação de Portugal na Economia do Conhecimento.

A Empordef encontra-se em ponto decisivo da sua existência. A reestruturação que se pretende se opere trará novas filosofias de intervenção, um novo paradigma ao papel e à intervenção do Sector Defesa no contexto da economia portuguesa e no da sua articulação com os mercados comunitário e extra comunitário. A Empordef iria, teria de ser diferente, nos seus processos, autonomia e filosofia de intervenção, ainda que a sua vida viesse a persistir.

Esvazia-se o seu conteúdo na medida em que as suas Participadas amadurecem, se tornam mais robustas, conquistam autonomia. Outras Participadas perderão essa possibilidade – e a sua extinção ou reenquadramento mais não serão que o saneamento de um agregado e o seu repensar que constituem, ao fim e ao cabo, a solução sistémica de um ente vivo em constante evolução.

Como habitualmente, a praxe numa Mensagem do Presidente envolveria, neste ponto, os tradicionais agradecimentos pelo apoio e colaboração dispensadas por um conjunto de actores, consideradas decisivas para o desempenho tornado possível ao longo de um convencionado período menor.

E eles não faltarão, já que o momento especial da Empordef não os dispensa - bem pelo contrário, não pode deixar de ser valorizada a colaboração sempre recebida do nosso Acionista Estado, Tutela Setorial e Financeira, Bancos e outras Entidades Financeiras, Parceiros de negócio e Acionistas das Participadas, Clientes do Grupo e Fornecedores. Não posso deixar de aproveitar o momento para reforçar uma palavra de agradecimento especial aos Colaboradores – sempre dispostos a dar o seu melhor, nunca regatearam a sua adesão e entrega, o que é de salientar, num contexto para eles anormalmente difícil e decisivamente interrogativo.

Mas as circunstâncias do momento exigem uma outra referência especial – sendo eu potencialmente o último a desempenhar este papel, não posso deixar de prestar também a minha homenagem, e agora num plano estritamente pessoal, a todos os que intervieram na administração do projeto Empordef que, desde o seu sonho, a sua conceção e o seu nascimento, lhe emprestaram o que mais sabiam e podiam.

Antevendo o fim deste percurso, não faltarão oportunidades para fazer o seu balanço, identificar o que de bom e de menos bom se produziu, retirar lições, capitalizar experiências. Cremos afinal que o dever foi cumprido, depois do aparecimento de barreiras, dificuldades, a par de momentos de plena satisfação e empenhamento por êxitos conseguidos pela Equipa da Empordef, ao longo dos anos da sua existência.

Ao fim e ao cabo, é isto que normalmente acontece quando se olha para trás com a consciência tranquila, depois de tudo se fazer para honrar a Missão confiada, e dignificar o Orgulho afirmado e sentido pelo seu exercício.

Eduardo Carvalho
Presidente do
Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhor Acionista

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da EMPORDEF, SGPS, S.A. submete à apreciação do Acionista o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras que resumem as atividades e os resultados alcançados durante o exercício de 2014.

1. INTRODUÇÃO

A EMPORDEF é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional e pelo Ministério das Finanças, criada em 1996 (DL n.º 235/B/96, de 12 de dezembro) cujos estatutos foram atualizados com as deliberações de 11 de julho de 2006, 2 de junho de 2008 e 29 de outubro de 2010, agrupando as participações do Estado em todas as empresas da área da Defesa Nacional, detidas direta ou indiretamente e constituindo-se como o Centro de Decisão Estratégico da Indústria de Defesa.

Os principais objetivos da EMPORDEF são:

- Assegurar a gestão do Grupo segundo os mais rigorosos critérios de racionalidade económica, ambiental e social, gerando valor para os Acionistas e todos os *stakeholders*;
- Desenvolver o Grupo mantendo as atividades diretamente ligadas à atividade de defesa e alienar todas as participações fora desse âmbito;
- Apoiar as Tutelas nas decisões relacionadas com as indústrias de defesa;
- Adaptar o Grupo às novas condições do mercado, aumentando a eficiência das operações, criando novos produtos, novos serviços e procurando novos clientes pelas vias institucionais, diplomáticas e bilaterais;
- Promover as sinergias entre as participadas, racionalizando os recursos existentes e potenciando a integração.
- Promover a sua imagem institucional e inserção nas organizações e mercados internacionais, de forma a incrementar a realização comercial das suas participadas.

Em Resolução Conselho de Ministros nº 42/2014, de 26 de Junho de 2014, o Conselho de Ministros determinou a apresentação de um plano de liquidação no prazo de 90 dias, *“considerando que a grande maioria das empresas da defesa que integram o Grupo EMPORDEF*

atravessa presentemente, ou já concluiu, um processo de reestruturação, tendo em vista conferir-lhes maior sustentabilidade, reequilíbrio económico, ou conduzir à sua privatização”.

Desta forma, foi iniciado o processo conducente à dissolução, liquidação e consequente extinção da EMPORDEF de forma a cumprir o estabelecido, ou seja, desenvolver os procedimentos necessários para esse efeito.

2. ATIVIDADE DO GRUPO EM 2014

2.1. O GRUPO EMPORDEF

O Grupo EMPORDEF é composto por 5 núcleos:

- Industrial – que integra as empresas OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, SA e idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, SA;
- Tecnológico e de Comunicações – que integra as empresas ETI – Empordef Tecnologias de Informação, SA, EDISOFT – Empresa de Serviços e de Desenvolvimento de Software, SA e EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, SA;
- Imobiliário – que integra a empresa Extra – Explosivos da Trafaria, SA;
- Naval – que integra as empresas ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA, Naval Rocha – Sociedade de Reparação e Construção Navais, SA, Arsenal do Alfeite, SA e EMPORDEF – Engenharia Naval, SA;
- Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento – que integra as empresas Defloc – Locação de Equipamentos de Defesa, SA e Defaerloc – Locação de Aeronaves Militares, SA.

O ano de 2014 foi marcado pela mudança de ciclo de gestão, que teve como consequência a nomeação de um novo Conselho de Administração, a partir do dia 19 de setembro, um elenco reduzido a dois membros, com a missão principal de dar corpo às determinações da Resolução do Conselho de Ministros nº 42/2014, que determinou “o início do processo conducente à dissolução da Empordef (SGPS) SA”.

A nomeação da nova Administração acarretou o reequacionamento da estratégia do grupo, sendo que como tal ocorreu em setembro, existiram dois períodos distintos de gestão no exercício de 2014.

O ano de 2014 foi marcado pela continuação da contração económica em Portugal e pela continuação das políticas de austeridade implementadas pelo Governo, com grandes repercussões na vida das empresas do SEE, como o Grupo Empordef, e nas disponibilidades de

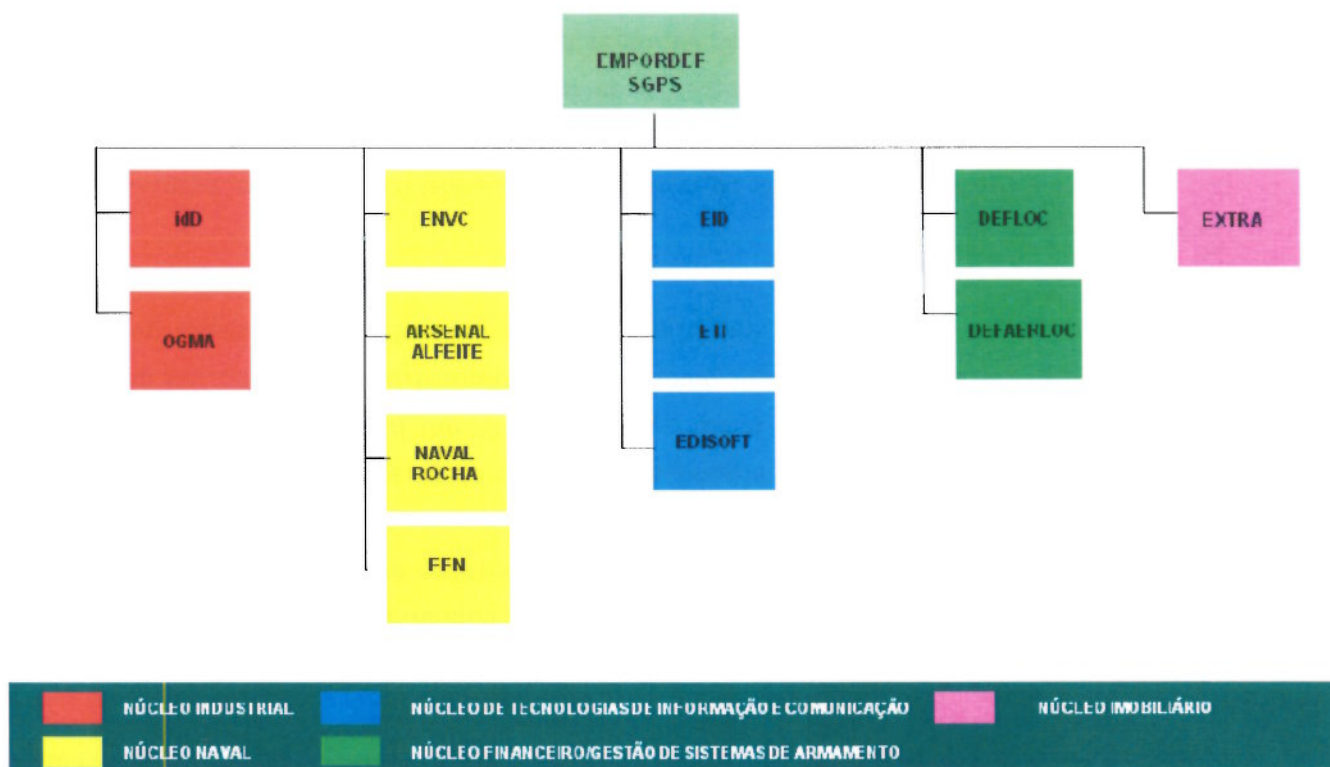
fundos para investimento das Forças Armadas portuguesas, principal cliente das empresas do Grupo. No período que mediou entre 27 de novembro e 19 de dezembro concretizou-se a consolidação da dívida bancária, com a transferência do passivo de 207,9 milhões de euros para o IGCP, com a consequente fixação de taxas mais favoráveis, o que terá um efeito muito positivo nas Contas a partir desta data.

Por imposição do cumprimento das orientações da Resolução do Conselho de Ministros nº 42/2014, que determinou “incumbir o conselho de administração da Empordef de apresentar à tutela sectorial e financeira, no prazo de 90 dias,[...], um plano de liquidação [...] as regras tendentes à transferência para a administração direta do Estado dos ativos e das participações financeiras”, foi adjudicada por concurso à empresa Deloitte Consultores a prestação de serviços de assessoria para a elaboração de um plano de liquidação da Empordef, que foi concluído na data imposta pela Resolução; de seguida iniciaram-se conversações com as Tutelas que levaram ao envio do Plano e documentos assessoriais às Tutelas, já em Fevereiro de 2015.

Durante 2014, prosseguiram as atividades tendentes a reorganizar as participações, segundo as orientações das Tutelas. Concretizou-se a subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, com a passagem do controlo das instalações à West Sea, a 2 de maio 2014; procedeu-se à alteração da denominação da IDD, para idD – Plataforma das Indústrias Nacionais, e ao alargamento do objeto da idD, com a extensão das suas atividades à “promoção, divulgação, nacional e internacional, da atividade das empresas do setor da Defesa, incluindo as que integram a base tecnológica e industrial de defesa, bem como a realização de ações de formação e ações promocionais no âmbito da economia de defesa”; concretizou-se a extinção e dissolução da Ribeira D’Atalaia; deu-se início ao processo de alienação da ETI; procedeu-se à alteração da denominação da OGMA Imobiliária para Empordef Engenharia Naval e ao alargamento do objeto da empresa, com a extensão das suas atividades à “engenharia naval, gestão de projetos de construção e reparação naval e prestação dos serviços necessários às atividades construção e reparação naval”; deu-se início ao processo de alienação da participação na EID, de acordo com os Despachos das Tutelas de 10 de julho de 2014 e de 2 de outubro de 2014 e do acordo de venda conjunta firmado com a Efacec em 25 de julho de 2014; culminando um período alargado de negociação, com a participação da Força Aérea e da DGAIED, foi assinado pela Defloc, a 3 de junho de 2014, o novo contrato manutenção - full in service support – para a frota de helicópteros, com a Agusta Westland.

A estrutura do Grupo em 2014 tinha a configuração seguinte:





2.2. EMPORDEF, SGPS, S.A.

O ano de 2014 foi caracterizado pelo início das ações de preparação do processo de extinção e liquidação da Empordef. Prosseguiu o desenvolvimento das ações de transformação e de reestruturação do Grupo, com envolvimento da maioria das participadas, na alteração de objeto em algumas participadas, revisão dos planos de investimento, reformulação de políticas comerciais, elaboração de cenários de desenvolvimento de negócios e medidas extraordinárias de redução das despesas operacionais; nas participadas com outros acionistas, prosseguiram as conversações e negociações com vista ao desinvestimento nestas participações.

Em concertação com as Tutelas, ocorreu a consolidação do endividamento bancário da holding e a sua transferência para o DGTF.

Apesar do fim da intervenção, as medidas do Memorando de Acordo com a União Europeia, BCE e FMI, continuaram a marcar de uma forma muito impressiva o funcionamento das nossas atividades, por um lado pelas restrições impostas ao SEE, e por outro pela redução substancial das disponibilidades de fundos pelas Forças Armadas, principal cliente das empresas do Grupo. Em 2014 mais quatro empresas, EMPORDEF, idD, Extra e EEN, passaram a estar integradas no perímetro do Orçamento Geral do Estado, a par da reclassificação em 2012 da Arsenal do Alfeite e em 2013 da DEFLOC e DEFAERLOC.

2.2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

São relatadas no Relatório e Contas Consolidadas de 2014, as principais atividades das empresas participadas.

2.2.2. EVENTOS E ACONTECIMENTOS EM QUE O GRUPO EMPORDEF PARTICIPOU

São relatados no Relatório e Contas Consolidadas de 2014, os eventos e acontecimentos em que o grupo EMPORDEF participou.

3. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. INTRODUÇÃO

3.1.1. Comportamento da Economia Mundial

Com um carácter marcadamente estruturante relativamente à dinâmica evolutiva da economia portuguesa, alguns aspetos mais notáveis determinaram a evolução da economia mundial e a europeia em particular, durante o ano de 2014.

A economia global continuou a sua expansão em 2014 a um ritmo moderado – a ténue recuperação tarda a libertar-se das amarras ditadas pela crise financeira recente. Com efeito, e para um significativo número das economias mais representativas, a taxa de crescimento do PIB situa-se a níveis inferiores aos previamente estimados para o período.

No entanto, e pese embora a persistência de constrangimentos mais ou menos esperados, admite-se que o PIB à escala mundial venha a registar níveis de crescimento de 3,1 e 3,3% em 2015 e 2016, respetivamente. Esta evolução média virá, no entanto, testemunhar dois comportamentos distintos – o caso chinês, com crescimentos inferiores aos recentes dois dígitos mas ainda assim a situar-se em cerca de 7,0 a 7,5% e a generalidade das economias mais desenvolvidas com níveis de crescimento pouco acima de zero.

Na reunião de 4 de Dezembro, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento, a níveis muito baixos (cedência de liquidez a cerca de 0,3%, a título de exemplo). O Conselho declarou que irá reavaliar no início de 2015 o impacto do recente estímulo monetário (injecção de liquidez no mercado financeiro europeu via

compra de dívidas soberanas de estados-membro da EU), e as perspectivas para a evolução dos preços, assumindo desde logo o compromisso de implementar mais e novas medidas, evitando o risco de um período prolongado de baixa inflação / estagnação do ritmo da recuperação económica – concretamente manter o nível da inflação abaixo mas próximo dos 2%.

O preço internacional do petróleo manteve a tendência de queda acentuada, atingindo níveis mínimos similares aos registados em Julho de 2009. No dia 16 de Dezembro de 2014 o preço do barril de brent situava-se em 62 dólares norte americanos (49,5 euros), o que representava uma queda de 28,1% face aos níveis registados no final do mês anterior. Esta variação veio implicar, consequentemente, uma redução dos níveis de preços (inflação) à escala europeia.

No que respeita aos próximos anos, e de acordo com as projeções macroeconómicas elaboradas para a área do euro, a taxa de variação anual do PIB real deverá ter-se cifrado em cerca de 0,8% em 2014 (após -0,4% em 2013) e aumentar para 1,0 e 1,5% em 2015 e 2016, respetivamente. Mantendo embora o ritmo de crescimento em 2015 a níveis modestos, admite-se que alguns fatores favoráveis externos e internos possam vir a contribuir para aumentar o ritmo de crescimento do PIB em 2015 – nomeadamente, a procura interna deverá também beneficiar de uma política orçamental de um modo geral menos restritiva e de uma melhoria nas condições de oferta de crédito. Adicionalmente, a atividade deverá também ser impulsionada pelo lado das exportações, dado o fortalecimento gradual da procura externa associado ao efeito da desvalorização do euro.

No entanto, as perspectivas de médio prazo poderão ser negativamente condicionadas pela necessidade de reestruturação adicional dos balanços público e privado (contenção de alto nível de endividamento externo...), assim como pelo ainda elevado nível de desemprego e capacidade produtiva excedentária nalguns países da zona euro.

Por outro lado, as expectativas para a inflação apontam para a manutenção de níveis baixos no médio prazo e uma subida gradual ao longo do horizonte de projeção (médio prazo) – 0,7% em 2015 e 1,3% em 2016. A queda recente do preço do petróleo levou a uma revisão significativa em baixa do cenário para a inflação. A redução gradual do excesso de oferta (ligeira recuperação dos níveis da procura), as pressões ascendentes externas sobre os preços e o nível mais baixo da taxa de câmbio do euro deverão contribuir para uma subida na taxa de inflação. Contudo, a ainda baixa taxa de utilização da capacidade produtiva da economia trará essa tendencial subida acentuada dos níveis de preços.

3.1.2. Comportamento da Economia Nacional

As primeiras considerações relativamente ao comportamento da economia nacional em 2014, provenientes do FMI, apontavam, ainda em Outubro, para uma fixação do crescimento do PIB em torno de 1%, confirmando as projeções do Governo para o crescimento económico e para o desemprego incluídas no segundo orçamento retificativo do ano (na altura também 14,2% para a taxa de desemprego), apresentado em Agosto.

O FMI alinhava pelas novas estimativas do Governo, que atualizava então a sua projeção para o crescimento da economia portuguesa revendo, em baixa, a previsão de 1,2% mencionada no Documento de Estratégia Orçamental, preparado em Abril.

Essa sintonia estende-se então à análise do desemprego e inflação – dos 14,2 em 2014 admitia-se que a taxa de desemprego possa descer para 13,5% em 2015; já no que respeita à evolução dos preços admitia-se que a inflação possa atingir em 2015 1,1%, depois de em 2014 se cifrar num valor muito próximo de zero.

Já no que respeita ao comportamento da balança comercial, as estimativas para 2015 apontavam para um excedente de 0,8%, depois de 0,6% verificáveis em 2014.

Já em Fevereiro do ano corrente se admitia, entretanto, que o crescimento do PIB pudesse ter registado uma décima abaixo do esperado pelo Governo (na sequência de uma desaceleração da procura interna), a par de uma melhoria no comportamento das exportações.

Com efeito, e de acordo com o INE, instituto responsável por estes indicadores, a economia cresceu 0,5% no último trimestre do ano, face ao trimestre imediatamente anterior, crescendo ao melhor ritmo desde o quarto trimestre de 2014. Ao longo dos segundo e terceiro trimestres de 2014 a economia cresceu 0,3%, depois de uma contração no primeiro trimestre, em parte explicada pela paragem da refinaria de Sines.

No final, e pela força conjugada de todas estas tendências, a economia teria registado um comportamento similar ao esperado pelo Governo. O INE confirmava assim valores já anteriormente apresentados pelo Banco de Portugal - o valor anual seria influenciado pelo comportamento da economia no último trimestre de 2014, período esse em que se perdeu algum fulgor:

TRIMESTRES	Crescimento economia, face a períodos homólogos de 2014
1º	1,0%
2º	0,9%
3º	1,1%
4º	0,7%

Ao nível da União Europeia, o decréscimo do 4º trimestre é verificado também em Itália, Finlândia, Chipre, Áustria e França (nas 3 primeiras economias regista-se mesmo decréscimo).

Já no final do primeiro trimestre de 2015 o secretário geral da OCDE estima que a economia portuguesa pode crescer de 1,3 a 1,5 em 2015, e mesmo 2% em 2016, beneficiando da desvalorização do petróleo e do euro, durante a apresentação pública do relatório de diagnóstico da organização: “a previsão da OCDE para o crescimento da economia era um pouco mais baixa mas perante as condições atuais a Organização reviu em alta a evolução do PIB português”. A criação de emprego continuará a ser o maior desafio de Portugal – em particular, urge avançar com medidas para combater os elevadíssimos níveis de desemprego jovem (quarta taxa mais elevada entre os países da OCDE), a par de medidas específicas de combate ao desemprego de longa duração.

A expectativa de uma ténue retoma do processo de recuperação económica deverá assentar, basicamente, numa consolidação dos índices de confiança de Consumidores e Produtores quanto à evolução dos mercados.

Em paralelo, as recentes medidas tomadas pelo BCE no que toca à libertação de liquidez nos mercados financeiros implicarão custos baixos para o financiamento bancário, o que poderá servir de alavanca para a retoma do investimento, a par da promoção de outras medidas de incentivo – estratégia concertada por várias Instituições para uma frutuosa implementação do Programa Portugal 2020, manutenção de apoios à contratação, programas de estímulo ao Empreendedorismo, nomeadamente.

Estima-se também a relativa estabilidade cambial a par da possibilidade de ligeiro aumento da inflação, a “níveis virtuosos”, tradutor de reinício de crescimento nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Neste contexto, e na expectativa de extinção da sua atividade, no decurso de processo de liquidação patrimonial, a intervenção da EMPORDEF continuará, até final, a prosseguir o

objetivo para que foi mandatada pelas Tutelas – “Reestruturar as Indústrias de Defesa, conferindo-lhes sustentabilidade e iniciar um processo que conduza à sua privatização”.

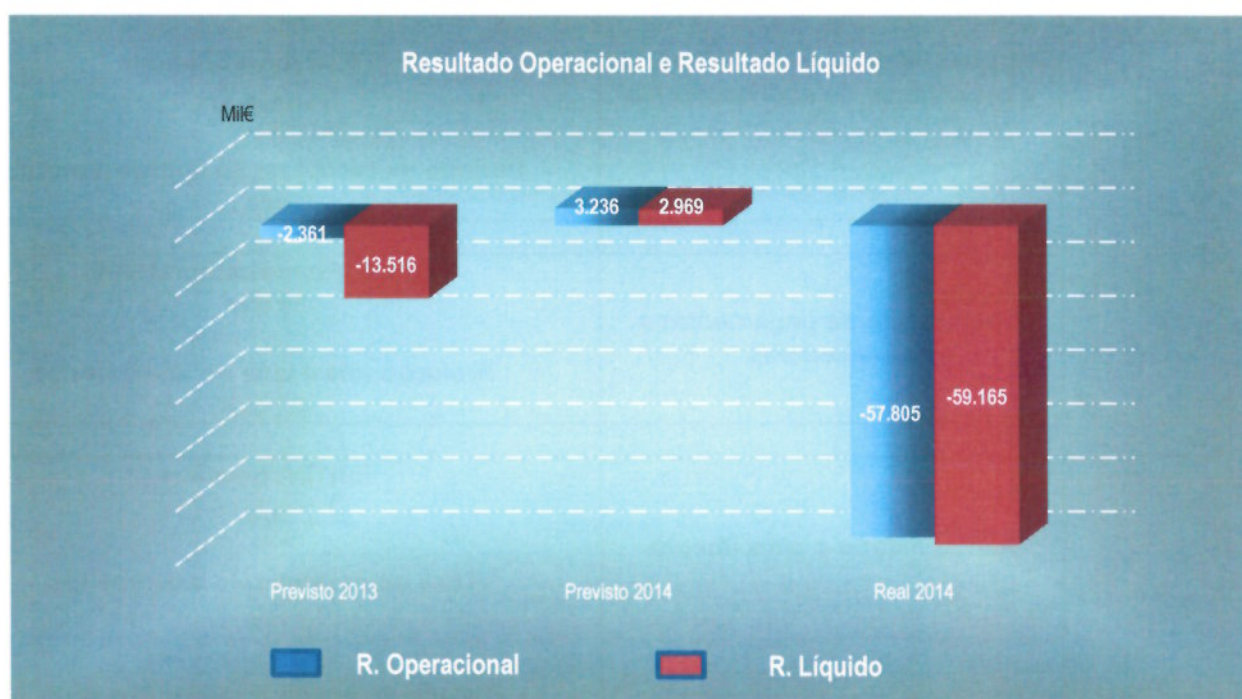
Prenuncia-se, cremos, a concretização de condições favoráveis para o sucesso, em mercado aberto, dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos com essa finalidade.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ESPECÍFICOS

3.2.1. Para a EMPORDEF SGPS

Foram estabelecidos Objetivos de Gestão para 2014 agrupados em dois níveis:

Objetivos da Área Financeira, e Objetivos de Cumprimento de Gestão Operacional, sendo o seguinte o ponto de situação da sua realização:



O resultado líquido registado foi negativo em cerca de 59,17M€ ficando abaixo do orçamentado pois este apontava para um cenário em que o resultado se situava em cerca de 3M€.

Este resultado deve-se essencialmente a Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) que provocou um efeito negativo de 61.411.109 euros compensado com um efeito positivo de 5.205.352 euros de ganhos imputados de subsidiárias que absorveram o Resultado Financeiro

negativo de 1.349.705 euros, resultante dos custos de financiamento de tesouraria corrente da SGPS e participadas.

INDICADORES FINANCEIROS

Áreas de Atuação	Indicador
Eficiência	Gastos operacionais/EBITDA -2,61%
	Gastos com Pessoal/EBITDA -1,07%
	Gastos de Aprovisionamento/EBITDA n/a
	Taxa de variação dos custos de aprovisionamento n/a
Comportabilidade de investimentos e capacidade de endividamento	Dívida/Capital próprio -245,93%
	EBITDA/Juros Líquidos n/a
	Período de recuperação do Investimento n/a
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Fornecedores/compras*365 55 dias
	Evolução (dias) face ao ano anterior -22 dias
Rentabilidade e crescimento	EBITDA/Receitas n/a
	Taxa de crescimento das receitas n/a
Remuneração do Capital Investido	Resultado Líquido/Capital Investido -41,60%

No que respeita aos demais indicadores quantitativos a situação é a seguinte:

INDICADORES QUANTITATIVOS

Indicadores	Real 2013	Real 2014	Variação
Nº Efectivos	8	9	13%
Margem EBITDA = (EBITDA/Vendas + Pr. Serviços)	n/a	n/a	n/a
FSE + Custos Com Pessoal	1.304.003	1.424.747	9%
Indemnizações compensatórias	0	0	-
Aumentos Capital	0	0	-
Níveis de endividamento bancário CP e M/LP (incluindo contas caucionadas)	150.563.933	207.900.000	38%

De notar que em 2014 os gastos com FSE e Gastos com Pessoal decresceram comparativamente a 2010 devido às medidas estabelecidas no sentido de cumprimento das determinações relativas a redução de custos fixados no Programa de Estabilidade e Crescimento em cerca de 38%.

3.2.2. Para o Grupo EMPORDEF

- Os mercados de Defesa são complexos e só uma adequada especialização poderá dar resultados, em termos de concorrência com os principais operadores mundiais, o que exige níveis de investimento significativos e, por conseguinte, a privatização das empresas ou a diminuição da participação do Estado permitindo a entrada/reforço de acionistas com capacidade financeira e *know how* para este tipo de investimento;
- O Estado deve utilizar o seu papel seja como cliente, acionista ou regulador para promover ativamente todas as empresas da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID);
- O desenvolvimento de soluções eficientes, com utilização nas Forças Armadas portuguesas ou no mercado alargado das nossas empresas, deverá servir de base de venda de soluções no mercado internacional.

Todos estes pontos têm sido prosseguidos pelas empresas do grupo.

4. RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Durante o ano de 2014 não existiu nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas.

5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DE 2014

A EMPORDEF SGPS, S.A. não tem proveitos autónomos e a informação financeira da mesma traduz, com as circunstâncias assinaladas, o reflexo do desempenho das empresas em que participa.

A EMPORDEF SGPS não teve quaisquer Rendimentos Operacionais, que resultem de prestações de serviços.

Os Gastos Operacionais decresceram relativamente a 2010 em cerca de 38%, sendo de destacar:

- Fornecimentos e Serviços Externos (-23%); e
- Gastos com o Pessoal (-33%)

Os Rendimentos e Gastos Financeiros são, fundamentalmente, resultantes do custo com os empréstimos ao ENVC e neutros quanto à posição da *holding*.

A EMPORDEF SGPS, S.A, apresentou, ao nível das contas individuais, um resultado negativo de 59.165.487,04 euros.

No que respeita ao Balanço destacam-se os seguintes aspetos:

- a) Aumento de outras contas a receber;
- b) Aumento dos financiamentos obtidos;
- c) Redução do capital Próprio.



6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Relativamente a eventos subsequentes, conforme alínea b) do nº 5 do artº 66º do CSC, referimos as seguintes situações:

ENVC

A Empordef SGPS, S.A, deliberou, em 05 de Maio de 2015, a dissolução do pacto social de suporte à sua participada ENVC, S.A., tendo-se iniciado de imediato, o processo da sua liquidação.

Foi também nomeada uma Comissão Liquidatária para a gestão do processo referido.

7. PERSPETIVAS DE FUTURO

Não se apresentam com especial detalhe as perspetivas de futuro, atendendo à vontade expressa do Governo em extinguir e liquidar a Empordef a curto prazo. Contudo, em 2014 assistiu-se à continuação da contração da atividade económica, em geral e com incidência particular no Sector Empresarial do Estado, em que nos inserimos. A contração económica já referida condicionou de igual forma as disponibilidades orçamentais das Forças Armadas, com uma redução significativa dos montantes históricos, antes do período de ajustamento. Estas realidades continuaram a ter um grande impacto no volume de negócios das empresas do Grupo, por via da elevada taxa de prestação de serviços das empresas do Grupo às Forças Armadas portuguesas.

Prosseguiu a reconfiguração do *portfolio* de participações, pelo desinvestimento em áreas não diretamente relacionadas com as atividades ligadas às indústrias de defesa e a realização de mais-valias pela alienação de participações.

O controlo de gestão implementado no Grupo permitiu acompanhar mais de perto a evolução dos resultados das empresas do Grupo, bem como efetuar os necessários ajustamentos ao longo do exercício de 2014, procurando inverter rumos deficitários de há alguns anos.

Em 2014, iniciaram-se as atividades da idD com a promoção integrada das capacidades do conjunto das indústrias de defesa, com a divulgação junto do tecido empresarial nacional dos desígnios desta nova estrutura.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos da Sociedade, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral uma proposta de Aplicação de Resultados, pelo que propõe que o resultado negativo de 59.165.487,04 euros (cinquenta e nove milhões cento e sessemta e cinco mil quatrocentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos) seja levado à conta de Resultados Transitados.



9. AGRADECIMENTOS

No que respeita ao exercício de 2014, o Conselho de Administração pretende manifestar o seu agradecimento:

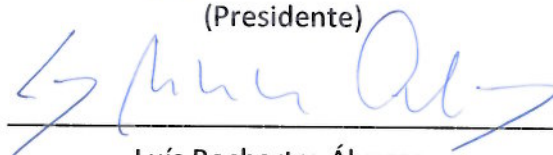
- Ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, à Senhora Ministra das Finanças, à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e à Senhora Secretária de Estado do Tesouro, pelas orientações e apoio concedidos;
- À Senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, por toda a colaboração;
- À Banca, pelo reiterado apoio recebido;
- Aos outros Órgãos Sociais da EMPORDEF pela colaboração prestada;
- Aos Gestores das empresas participadas pelo seu esforço e dedicação; e
- Aos restantes colaboradores de todas as empresas do Grupo pelo serviço e trabalho dedicado.

Lisboa, 21 de maio de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eduardo Carvalho
(Presidente)



Luís Rochartre Álvares
(Vogal Executivo)

10. ANEXO

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que se mantiveram as posições acionistas na EMPORDEF.

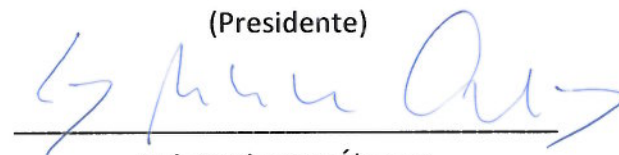
Em 31 de dezembro de 2014 eram titulares de pelo menos 10% do capital social, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças com 100%, correspondente a 34.855.000 ações nominativas.

Lisboa, 21 de maio de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eduardo Carvalho
(Presidente)



Luís Rochartre Álvares
(Vogal Executivo)

CONTAS INDIVIDUAIS



[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2014



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - reexpresso (em liquidação) UNIDADE MONETÁRIA: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013 reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	546.269,96	574.944,32
Propriedades de investimento	8	667.091,61	696.583,05
Ativos intangíveis	9	21.972,29	23.156,74
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	130.939.499,32	125.235.165,56
Outros ativos financeiros	11	7.896.527,36	7.936.583,71
		140.071.360,54	134.466.433,38
Ativo Corrente			
Outras contas a receber	12	912.019,24	764.144,58
Adiantamentos a fornecedores		-	323,76
Estado e outros entes públicos	13	15.727,80	5.595,53
Diferimentos	14	6.566,84	5.849,15
Caixa e depósitos bancários	4	1.228.587,54	12.636.545,88
		2.162.901,42	13.412.458,90
Total do ativo		142.234.261,96	147.878.892,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15 (i)	174.275.000,00	174.275.000,00
Prémios de emissão	15 (i)	16.475.828,25	16.475.828,25
Reservas legais	15 (i)	9.440.936,97	9.440.936,97
Resultados transitados	15 (i)	(282.399.710,83)	(259.138.444,63)
Ajustamentos em ativos financeiros	15 (i)	56.837.663,74	57.365.738,34
Resultado líquido do período	(i)	(59.165.487,04)	(20.687.708,31)
Total do capital próprio		(84.535.768,91)	(22.268.649,38)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	17	-	1.872.274,94
		-	1.872.274,94
Passivo corrente			
Fornecedores	16	78.322,07	201.475,40
Estado e outros entes públicos	13	16.303,53	21.142,77
Financiamentos obtidos	17	207.900.000,00	148.691.658,11
Outras contas a pagar	12	18.775.405,27	19.360.990,44
Provisões		-	-
		226.770.030,87	168.275.266,72
Total do passivo		226.770.030,87	170.147.541,66
Total do capital próprio e do passivo		142.234.261,96	147.878.892,28

(i) - ver Demonstração individual das alterações no capital próprio.

As notas 1 a 29 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - reexpresso (em liquidação)

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

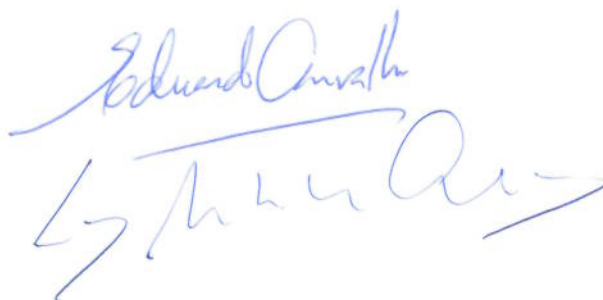
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013 reexpresso
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr.conjuntos	10	5.205.352,64	(720.815,04)
Fornecimentos e serviços externos	18	(807.219,04)	(647.111,90)
Gastos com o pessoal	19	(617.528,11)	(656.891,02)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	20	(61.411.108,83)	(15.557.796,13)
Imparidade de investimentos (perdas/reversões)	21	(230.177,54)	(138.480,19)
Outros rendimentos e ganhos	22	140.370,29	168.964,08
Outros gastos e perdas	23	(15.609,39)	(34.184,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		(57.735.919,98)	(17.586.314,61)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	(69.151,94)	(70.707,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(57.805.071,92)	(17.657.021,80)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	9.642.396,04	6.186.701,46
Juros e gastos similares suportados	25	(10.992.101,26)	(9.201.861,78)
Resultado antes de impostos		(59.154.777,14)	(20.672.182,12)
Imposto sobre o rendimento do período	26	(10.709,90)	(15.526,19)
Resultado líquido do período		(59.165.487,04)	(20.687.708,31)
Resultado por ação básico		(1,697)	(0,594)

As notas 1 a 29 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014 (em liquidação)

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados Transfidos (a)	Ajustamentos em ativos financeiros (b)	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 - reexpresso		174.275.000,00	16.475.828,25	9.440.936,97	(259.138.444,63)	57.365.738,34	(20.687.708,31)	(22.268.649,38)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado do período anterior					(20.687.708,31)		20.687.708,31	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					(2.573.557,89)	(528.074,60)		(3.101.632,49)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(23.261.266,20)	(528.074,60)	20.687.708,31	(3.101.632,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							(59.165.487,04)	(59.165.487,04)
RESULTADO INTEGRAL							(59.165.487,04)	(59.165.487,04)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014		174.275.000,00	16.475.828,25	9.440.936,97	(282.399.710,83)	56.837.663,74	(59.165.487,04)	(84.535.768,91)

As notas 1 a 29 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

a) A variação nesta rubrica deve-se essencialmente à aplicação do resultado líquido de 2013 no montante de 5.625.409,34 euros, ao reconhecimento do ajustamento resultante da liquidação da Ribeira d'Atalaia no montante de 2.564.471,05 euros e ao reconhecimento de uma imparidade nas contas a receber dos ENVC no montante de 141.400.639,73 euros.

b) A variação nesta rubrica deve-se essencialmente à variação da participada Arsenal do Alfeite referente a um subsídio não monetário associado ao contrato de concessão.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013 - reexpresso (em liquidação)

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros (a)	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013 - reexpresso		174.275.000,00	16.475.828,25	9.440.936,97	(248.438.930,02)	57.901.002,93	(10.699.514,61)	(1.045.676,48)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					(10.699.514,61)		10.699.514,61	
Aplicação do resultado do período anterior						(535.264,59)		(535.264,59)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(10.699.514,61)	(535.264,59)	10.699.514,61	(535.264,59)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							(20.687.708,31)	(20.687.708,31)
RESULTADO INTEGRAL							(20.687.708,31)	(20.687.708,31)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013 - reexpresso		174.275.000,00	16.475.828,25	9.440.936,97	(259.138.444,63)	57.365.738,34	(20.687.708,31)	(22.268.649,38)

As notas 1 a 29 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

a) A variação nesta rubrica deve-se essencialmente à variação da participada Arsenal do Alfeite referente a um subsídio não monetário associado ao contrato de concessão.

O TÉCNICO ORÇAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



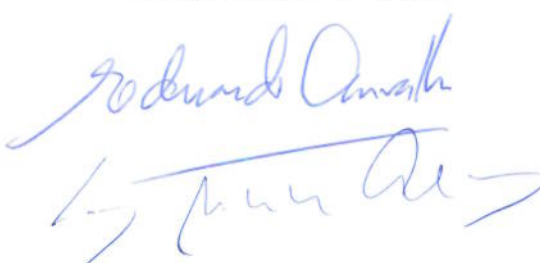
Demonstração individual de Fluxos de Caixa
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(em Euros)

	NOTAS	2014	2013
Atividades Operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(984.784,93)	(816.954,40)
Pagamentos ao pessoal		(521.813,63)	(507.570,95)
Caixa gerada pelas operações		(1.506.598,56)	(1.324.525,35)
Pagamento IRC		(404,47)	4.991,73
Outros recebimentos/pagamentos		18.233,82	7.654,47
Fluxo das Atividades Operacionais (1)		(1.488.769,21)	(1.311.879,15)
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-	(26.202,76)
Activos fixos intangíveis		(9.801,26)	(23.156,74)
Investimentos financeiros		-	(175.000,00)
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis		-	5.000,00
Activos fixos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		65.163,30	-
Dividendos		1.067.311,61	1.345.689,65
Fluxo das atividades de Investimento (2)		1.122.673,65	1.126.330,15
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.242.477.347,02	589.174.478,52
Outras operações de financiamento		22.663.636,80	6.170.774,54
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.185.175.687,88)	(556.173.185,88)
Juros e gastos similares		(11.570.455,78)	(8.733.096,75)
Reduções de capital e outros instrumentos de cap. Próprio		-	-
Outras operações de financiamento		(79.436.702,94)	(18.816.767,28)
Fluxo das atividades de Financiamento (3)		(11.041.862,78)	11.622.203,15
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(11.407.958,34)	11.436.654,15
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e equivalentes no início do período	4	12.636.545,88	1.199.891,73
Caixa e equivalentes no fim do período	4	1.228.587,54	12.636.545,88

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2014

1. Nota Introdutória

A **EMPORDEF, Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.** (adiante designada apenas por Empordef) foi criada pelo Decreto-Lei nº235-B/96 de 12 de dezembro. Trata-se de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo objeto social é a gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas, direta ou indiretamente, a atividades de defesa.

Sede social: Rua Braamcamp, Nº90 7º Piso, 1250-052 Lisboa.

Capital Social: 174.275.000,00 euros

NIPC: 503 852 090

As demonstrações financeiras da Empordef, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia 21 de maio de 2015, são expressas em euros. Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas por derrogação do princípio da continuidade das operações, tendo sido preparadas tendo por base o princípio da liquidação em sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº42/2014 de 26 de junho.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



Os valores apresentados encontram-se expressos em euros (EUR).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras da Empordef são preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") emitidas e em vigor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empordef, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.18.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos fixos tangíveis



Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos de vida útil
Equipamento básico	5-8
Equipamento transporte	6-20



Equipamento administrativo	3-25
Outras imobilizações	4-30

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem as suas vidas úteis estimadas.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos ou outros gastos operacionais.

3.2 Ativos intangíveis

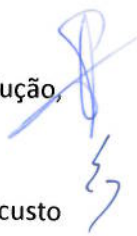
Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são identificáveis e mensurados pelo modelo do custo depreciado, isto é, após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é registado pelo seu custo, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

3.3 Propriedades de Investimento

A Empresa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.



Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo depreciado, isto é, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:



Anos de vida útil:

- Edifícios e outras Construções - 12-20

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

3.4 Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5 Participações financeiras

3.5.1. Participações financeiras – Subsidiárias



Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Empordef tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a administração das subsidiárias.

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a Empordef exerce o controlo são incluídas nas demonstrações financeiras individuais, sendo a sua valorização efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Neste método a quota-parte da Empordef nos resultados da sua subsidiária após a aquisição é reconhecida como resultado do exercício. Os movimentos cumulativos após aquisição anteriormente

descritos são ajustados por contrapartida do valor líquido do investimento em subsidiárias. Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o investimento na mesma, a Empordef não reconhece perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades adicionais ou tiver efetuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Empordef. Na aplicação do método da equivalência patrimonial, são eliminadas as transações, saldos e ganhos não realizados.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da subsidiária nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na nota 9.

3.5.2. Participações financeiras - Associadas

Investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Sociedade. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empordef no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a Empresa detém entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Sociedade tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na mesma, a Empordef reconhece perdas adicionais no futuro, se a Empresa tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das “associadas” são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Empordef.

3.6 Ativos financeiros



O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empordef classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) cujo prazo seja à vista ou tenha maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.



A Empordef avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7 Contas a receber

As contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio e são inicialmente reconhecidas ao custo (valor nominal), sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.8 Caixa e equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.9 Capital

As ações são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10 Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empordef classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.



Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços e são inicialmente registadas pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.13 Financiamentos obtidos



Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empordef possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.15 Rendimentos, gastos e especialização dos períodos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”.

3.16 Gastos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.17 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras (eventos ajustáveis).



Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materialmente relevantes (eventos não ajustáveis).

3.18 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Empordef são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.18.1 Provisões

A Empordef analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.18.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão.

3.18.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empordef, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria e detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	1.352,32	250,00
Depósitos bancários	1.227.235,22	12.636.295,88
Total	1.228.587,54	12.636.545,88

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empordef reconheceu uma imparidade no montante de 202.811.748,56 euros relativa ao saldo a receber da sua participada Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.

Por se considerar que relativamente a este saldo já deveria ter sido reconhecida imparidade em anos anteriores, a Empordef procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras nos períodos comparativos apresentados, com os seguintes impactos:

	31-12-2013 divulgado	Efeito da reexpressão	31-12-2013 reexpresso
Balanço			
Ativo			
Outras contas a receber	142.164.784,31	141.400.639,73	764.144,58
Total ativo	289.279.532,01	141.400.639,73	147.878.892,28
Capital próprio			
Resultados transitados	(132.800.103,87)	(126.338.340,76)	(259.138.444,63)
Resultado líquido do período	(5.625.409,34)	(15.062.298,97)	(20.687.708,31)
Total capital próprio	119.131.990,35	141.400.639,73	(22.268.649,38)
Demonstração de resultados			
Imparidade de dívidas a receber	(495.497,16)	15.062.298,97	(15.557.796,13)
Resultado líquido do período	(5.625.409,34)	(15.062.298,97)	(20.687.708,31)

6. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 existiam os seguintes saldos e foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2014		Financiamentos/ Prestações suplementares	Rendas e alugueres obtidos	Juros obtidos/suportados	Outros gastos suportados
	Contas a receber	Contas a pagar				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A. (a)	22.466.883,34	34.827,11	187.844.865,22	-	9.406.629,32	-
IdD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.	111.473,56	-	1.991.000,00	128.973,72	10.418,65	82.959,82
EEN - Empordef Engenharia Naval (Ex OGMA Imobiliária)	6.693,79	-	92.250,00	-	-	-
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	169.599,38	-	3.028.930,00	-	-	-
Defloc, S.A.	22.822,41	-	355.000,00	-	-	-
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	53.869,26	-	44.663,59	-	-	-
Defaerloc, S.A.	17.514,61	-	70.000,00	-	-	-
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	1.281.958,41	(17.200.000,00)	-	(349.097,48)	-
OGMA, S.A.	-	1.744,17	5.172.806,95	-	-	22.229,87
EID - Empresa de Investigação Desenv. S.A.	5.365,02	-	-	-	-	-
Edisoft	-	-	-	-	-	-
Naval Rocha, S.A.	-	-	1.012.500,00	-	-	-
	22.854.221,37	1.318.529,69	182.412.015,76	128.973,72	9.067.950,49	105.189,69

(a) Relativamente aos valores a receber dos ENVC, encontra-se reconhecida uma imparidade para a totalidade do saldo, conforme referido na nota 5.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 existiam os seguintes saldos e foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2013		Financiamentos/ Prestações suplementares	Rendas e alugueres obtidos	Juros obtidos/suportados	Outros gastos suportados
	Contas a receber	Contas a pagar				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A. (a)	13.042.743,83	-	135.857.895,90	-	5.963.907,52	-
IdD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.	45.401,15	-	1.991.000,00	128.973,72	11.909,75	87.604,72
EEN - Empordef Engenharia Naval (Ex OGMA Imobiliária)	1.809,75	-	40.000,00	-	-	-
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	169.599,38	-	3.028.930,00	-	-	-
Defloc, S.A.	12.004,12	-	290.000,00	-	-	-
Ribeira D'Atalaia - Sociedade Imobiliária, S.A.	9.006,84	-	4.640.924,02	-	65.515,16	-
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	117.727,70	-	-	-	-	-
Defaerloc, S.A.	17.125,53	-	50.000,00	-	-	-
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	933.293,99	(17.200.000,00)	-	(349.097,48)	-
OGMA, S.A.	-	-	5.043.247,92	-	-	21.468,09
EID - Empresa de Investigação Desenv. S.A.	5.467,21	-	-	-	-	-
Edisoft	-	302,08	-	-	-	-
Naval Rocha, S.A.	862,18	-	1.012.500,00	-	-	-
	13.421.747,69	933.596,07	134.754.497,84	128.973,72	5.692.234,95	109.072,81

(a) Relativamente aos valores a receber dos ENVC, encontra-se reconhecida uma imparidade para a totalidade do saldo, conforme referido na nota 5.

As remunerações do pessoal chave de gestão, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram conforme se segue:

2014

Conselho de Administração

Remuneração anual ilíquida	285.035,99
Gastos na utilização de telefones	1.116,15
Despesas com viaturas serviço	22.687,65
Total	308.839,79

2013

Conselho de Administração

Remuneração anual ilíquida	303.309,14
Gastos na utilização de telefones	564,21
Despesas com viaturas serviço	30.154,01
Total	334.027,36

A remuneração anual ilíquida inclui encargos sociais suportados.

7. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no valor dos ativos tangíveis bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

31/12/2014

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras constr.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto							
Saldo inicial	168.209,57	511.372,24	205.953,65	89.690,67	111.265,19	953,97	1.087.445,29
Aquisições							-
Alienações				(38.395,84)			(38.395,84)
Transferências/Abates					(6.008,13)	(268,00)	(6.276,13)
Saldo final	168.209,57	511.372,24	205.953,65	51.294,83	105.257,06	685,97	1.042.773,32
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	178.271,66	161.677,41	89.690,67	81.907,26	953,97	512.500,97
Depreciações do exercício		13.665,48	10.297,68		4.711,20		28.674,36
Alienações				(38.395,84)			(38.395,84)
Transferências/Abates					(6.008,13)	(268,00)	(6.276,13)
Saldo final	-	191.937,14	171.975,09	51.294,83	80.610,33	685,97	496.503,36
Ativos Líquidos	168.209,57	319.435,10	33.978,56	-	24.646,73	-	546.269,96

31/12/2013

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras constr.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto							
Saldo inicial	168.209,57	511.372,24	205.953,65	127.904,43	85.062,43	953,97	1.099.456,29
Aquisições					26.202,76		26.202,76
Alienações							-
Transferências/Abates				(38.213,76)			(38.213,76)
Saldo final	168.209,57	511.372,24	205.953,65	89.690,67	111.265,19	953,97	1.087.445,29
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		- 164.505,78	151.379,73	127.904,43	64.755,07	953,97	509.498,98
Depreciações do exercício		13.765,88	10.297,68		17.152,19		41.215,75
Alienações							-
Transferências/Abates				(38.213,76)			(38.213,76)
Saldo final		- 178.271,66	161.677,41	89.690,67	81.907,26	953,97	512.500,97
Ativos Líquidos	168.209,57	333.100,58	44.276,24	-	29.357,93	-	574.944,32

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total dos bens em ativos fixos tangíveis, incluem ativos implantados em propriedade alheia, com o valor líquido de 23.606,66 euros e de 33.987,21 euros, respetivamente.

8. Propriedades de Investimento

Durante os períodos de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

31/12/2014

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras constr.	Total
Ativo bruto			
Saldo inicial	4.887,67	1.179.657,03	1.184.544,70
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo final	4.887,67	1.179.657,03	1.184.544,70
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	487.961,65	487.961,65
Depreciações do exercício	-	29.491,44	29.491,44
Alienações			-
Saldo final	-	517.453,09	517.453,09
Ativos Líquidos	4.887,67	662.203,94	667.091,61

31/12/2013

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras constr.	Total
Ativo bruto			
Saldo inicial	4.887,67	1.179.657,03	1.184.544,70
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo final	4.887,67	1.179.657,03	1.184.544,70
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	458.470,21	458.470,21
Depreciações do exercício		29.491,44	29.491,44
Alienações			-
Saldo final	-	487.961,65	487.961,65
Ativos Líquidos	-	691.695,38	696.583,05

9. Ativos intangíveis

Durante os períodos de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na rubrica ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

31/12/2014

	Programas computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto			
Saldo inicial	-	23.156,74	23.156,74
Aquisições	9.801,69	-	9.801,69
Alienações	-	-	-
Transferências	23.156,74	(23.156,74)	-
Saldo final	32.958,43	-	32.958,43
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Amortizações do exercício	10.986,14	-	10.986,14
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	10.986,14	-	10.986,14
Ativos Líquidos	21.972,29	-	21.972,29

31/12/2013

	Programas computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	-	23.156,74	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	-	23.156,74	23.156,74
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Amortizações do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	-	-	-
Ativos Líquidos	-	23.156,74	23.156,74

10. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, as participações em empresas do grupo e associadas, bem como a informação financeira extraída das respectivas demonstrações financeiras auditadas e reportadas a esta data, eram como segue:

2014

Empresa	Sede	%	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganho/Perda Imputado
Empresas Participadas							
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Av. Da Praia Norte 4900-350 Viana do Castelo	100	2.500.000,00	0,00	(223.877.386,28)	(29.036.918,75)	0,00
Arsenal do Alfeite, S.A.	Base Naval de Lisboa 2810-001 Almada	100	32.400.000,00	86.708.157,87	86.708.157,87	2.366.750,78	2.366.750,78
IDD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.	Rego da Amoreira 2890-000 Alcochete	100	50.000,00	0,00	922.005,86	122.284,72	0,00
EEN Empordef Engenharia Naval (Ex OGMA Imobiliária S.A.)	Rua Braamcamp, Nº90 1250-052 Lisboa	100	38.962.479,15	0,00	(17.950,43)	(86.447,16)	(68.496,73)
Empordef TI Tecnologias de Informação S.A.	Quinta dos Medronheiros Lazarim 2825-049 Caparica	100	396.318,05	0,00	692.805,08	(302.671,60)	0,00
Defaerloc, Locação de Aeronaves Militares, S.A.	Rua Braamcamp, Nº90 1250-052 Lisboa	100	50.000,00	5.852,24	55.852,23	(2.344,71)	(2.344,71)
Defloc, Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.	Rua Braamcamp, Nº90 1250-052 Lisboa	81	101.250,00	0,00	125.844,02	(32.347,52)	0,00
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	Rua Braamcamp, Nº90 1250-052 Lisboa	59,80	926.900,00	2.113.061,90	3.608.236,60	56.107,03	2.796,00
Sub Total			75.386.947,20	88.827.072,01	(131.782.435,05)	(26.915.587,21)	2.298.705,34
Empresas Associadas							
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	Parque Aeronáutico de Alverca 2615-150 Alverca	35	34.930.000,00	35.037.676,00	100.107.645,00	6.728.515,00	2.354.980,25
Edisoftware - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	Rua calvet magalhães, 245 2770-153 Paço de Arcos	17,5	175.000,00	87.728,55	501.305,00	(351.486,00)	(61.510,05)
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	Quinta dos Medronheiros Lazarim 2825-049 Caparica	38,57	2.476.307,96	6.245.209,88	16.191.892,00	1.427.891,00	550.737,56
Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	Estaleiro da Rocha Conde Óbidos 1399-036 Lisboa	45	2.016.696,42	741.812,88	1.648.472,13	138.754,53	62.439,54
Sub Total			39.598.004,38	42.112.427,31	118.449.314,13	7.943.674,53	2.906.647,30
TOTAL			114.984.951,58	130.939.499,32	-13.333.120,92	(18.971.912,68)	5.205.352,64

Em Assembleia Geral de 2 de abril de 2014 da Ribeira D'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A, foi decidida a dissolução desta Sociedade tendo ocorrido a sua liquidação em 5 de dezembro de 2014. Com esta liquidação, as ações detidas pela Ribeira D'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A da sociedade EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A. passaram a ser detidas pela EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SA (185.380 ações) e pela INFACAL – Gestão de Investimentos, Lda (124.620 ações).

As participações financeiras nos ENVC, e EEN estão registadas por valor contabilístico nulo uma vez que apresentam a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 capitais próprios negativos. Adicionalmente as participadas IDD, ETI e Defloc, apesar de não terem capitais próprios negativos, o seu valor contabilístico também é nulo uma vez que a Empordef tem prestações suplementares nessas empresas, sem as quais os seus resultados ficariam também negativos.

Em 31 de dezembro de 2014, as participações em empresas do grupo e associadas, bem como a informação financeira extraída das respetivas demonstrações financeiras auditadas e reportadas a esta data, eram como segue:

2013

Empresa	Sede	%	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganho/Perda imputado
Empresas Participadas							
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Av. Da Praia Norte 4900-350 Viana do Castelo	100	2.500.000,00	0,00	(193.463.771,81)	(52.420.063,91)	0,00
Arsenal do Alfeite, S.A.	Base Naval de Lisboa 2810-001 Almada	100	32.400.000,00	84.869.642,16	84.869.642,16	(4.890.433,57)	(4.017.251,57)
IDD, Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	Rego da Amoreira 2890-000 Alcochete	100	50.000,00	0,00	799.721,14	(81.862,12)	0,00
EEN Empordef Engenharia Naval (Ex OGMA Imobiliária S.A.)	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	100	38.962.479,15	68.496,73	68.496,73	3.298,28	3.298,28
Empordef TI Tecnologias de Informação S.A.	Quinta dos Medronheiros Lazarim 2825-049 Caparica	100	396.318,05	0,00	979.578,12	17.747,25	0,00
Defaerloc, Locação de Aeronaves Militares, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	100	50.000,00	8.196,95	58.196,95	(8.062,48)	(8.062,48)
Defloc, Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	81	101.250,00	0,00	158.191,54	(70.806,92)	(18.956,28)
Ribeira D'Atalaia, Sociedade Imobiliária, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	56,58	974.628,40	0,00	(11.651.952,36)	(760.182,76)	0,00
Sub Total			75.434.675,60	84.946.335,84	(118.181.897,53)	(58.210.366,23)	(4.040.972,05)
Empresas Associadas							
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	Parque Aeronáutico de Alverca 2615-150 Alverca	35	34.930.000,00	33.189.635,75	94.827.530,00	7.230.417,00	2.530.645,95
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	Rua calvet magalhães, 245 2770-153 Paço de Arcos	17,5	175.000,00	164.976,70	942.724,00	49.819,00	8.718,33
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	Quinta dos Medronheiros Lazarim 2825-049 Caparica	38,57	2.476.307,96	6.254.843,93	16.216.867,00	1.529.332,00	589.863,35
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	Estaleiro da Rocha Conde Óbidos 1399-036 Lisboa	45	2.016.696,42	679.373,34	1.509.717,60	424.287,51	190.929,38
Sub Total			39.598.004,38	40.288.829,72	113.496.838,60	9.233.855,51	3.320.157,01
TOTAL			115.032.679,98	125.235.165,56	-4.685.058,93	(48.976.510,72)	(720.815,04)

11. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Outros ativos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Outros ativos financeiros		
Empordef T.I., S.A.	a) 811.805,08	1.098.578,11
IDD - Indústria Desmilitarização e Defesa, S.A.	b) 922.005,86	799.721,14
Defloc - Locação de Equipamentos Defesa, S.A.	c) 125.844,02	175.634,68
Defaerloc - Locação Aeronaves Militares, S.A.	d) 50.000,00	50.000,00
Extra - Explosivos da tráfaria, S.A.	e) 44.663,59	-
OGMA, S.A.	f) 5.172.806,95	5.043.247,92
Naval Rocha, S.A.	g) 751.500,00	751.500,00
Fundínio	17.901,86	17.901,86
Saldo final	7.896.527,36	7.936.583,71

- a) O valor da participada Empordef T.I. é relativo a prestações suplementares efetuadas pela Empordef, S.G.P.S. no valor de 2.909.930 euros, as quais foram objeto de imparidade no

montante de 2.217.124,92 euros. A imparidade constituída foi pela diferença entre o valor da prestação suplementar efetuada e o valor dos capitais próprios da participada após retirar as referidas prestações suplementares. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo de 119.000 euros à mesma participada que não vence juros.

- b) O valor da participada IDD, S.A. é relativo a prestações suplementares efetuadas pela Empordef, S.G.P.S. no valor de 1.991.000 euros, as quais foram objeto de imparidade no montante de 1.068.994,14 euros. A imparidade constituída foi pela diferença entre o valor da prestação suplementar efetuada e o valor dos capitais próprios da participada após retirar as referidas prestações suplementares.
- c) O valor da participada Defloc, S.A. é relativo a prestações acessórias efetuadas em 2013 pela Empordef, S.G.P.S. no valor de 250.000 euros, as quais foram objeto de imparidade no montante de 124.155,98 euros. A imparidade foi constituída pela diferença entre o valor da prestação acessória efetuada e o valor dos capitais próprios da participada após retirar as referidas prestações acessórias.
- d) O valor da participada Defaerloc, S.A. é relativo a prestações acessórias efetuadas em 2013 pela Empordef, S.G.P.S. no valor de 50.000 euros.
- e) O valor da participada Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. é relativo a prestações acessórias efetuadas em 2014 pela Empordef, S.G.P.S. no valor de 44.663,59 euros.
- f) O valor da associada OGMA, S.A é relativo a um empréstimo no valor de 5.837.429,73 euros, a liquidar em 2018, que não vence juros. Este valor foi descontado à taxa de 3,068%.
- g) O valor da associada Naval Rocha, S.A é relativo a prestações acessórias efetuadas no valor de 751.500,00.

12. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as rubricas “outras contas a receber” e “outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:



Outras contas a receber		2014	2013
Participadas			
ENVC - Empréstimos - Capital	a)	187.844.865,22	135.857.895,90
ENVC - Empréstimos - Juros	a)	22.290.537,16	12.883.907,84
ENVC - conta corrente		176.346,18	158.835,99
Ribeira D'Atalaia - Empréstimos - Capital	b)	-	3.882.266,37
Ribeira D'Atalaia - Empréstimos - Juros	b)	-	758.657,65
Outras Participadas - Empréstimos - Capital		647.646,96	510.396,96
Outras Participadas - Empréstimos - Juros		20.456,95	-
Outras Participadas - conta corrente		197.281,70	209.606,90
Perdas por imparidade acumuladas (ENVC)	a)	(210.311.748,56)	(148.900.639,73)
Perdas por imparidade acumuladas (Ribeira D'Atalaia)	b)	-	(4.640.924,02)
Outros		46.633,63	44.140,72
Saldo final		912.019,24	764.144,58

Outras contas a pagar		2014	2013
Participadas			
Arsenal do Alfeite - Empréstimos - Capital	c)	17.200.000,00	17.200.000,00
Arsenal do Alfeite - Empréstimos - Juros	c)	1.281.958,41	933.293,99
Outras Participadas - conta corrente		-	302,08
Outros			
Acréscimo remunerações		48.385,04	61.284,53
Juros a pagar (financiamentos bancários)	d)	222.044,00	1.149.496,00
Outros		23.017,82	16.613,84
Saldo final		18.775.405,27	19.360.990,44

- a) Estes montantes referem-se essencialmente a financiamentos concedidos aos ENVC, em diversas tranches e com taxas de juro compreendidas entre 2% e 9%. Durante o exercício de 2014, a Empordef reconheceu uma imparidade para estes saldos a receber no montante de 202.811.748,56 euros.
- b) Em 5 de Dezembro de 2014 a Ribeira d'Atalaia foi liquidada e os créditos detidos sobre esta foram reconhecidos em capital próprio da Empordef.
- c) Estes montantes compreendem, essencialmente, financiamentos obtidos da participada Arsenal do Alfeite que vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazo obtidos pela Arsenal do Alfeite. Em 2014 essa taxa média foi de 2%.
- d) Este montante compreende essencialmente juros estimados do financiamento do IGCP e que, à data de 31 de dezembro de 2014 ainda não tinham sido debitados à Empordef e com taxas de juro compreendidas entre 1,09% e 1,14%.

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades de dividas a receber em 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014				31.12.2014
	31.12.2013	Reforço	Reversões	Transferências	
Imparidade de outras contas a receber					
Outras contas a receber - ENVC	7.500.000,00	202.811.748,56			210.311.748,56
Outras contas a receber - Ribeira D'Atalaia	4.640.924,02		4.640.924,02		-
Total	12.140.924,02	202.811.748,56	4.640.924,02	-	- 210.311.748,56

	2013				31.12.2013
	31.12.2012	Reforço	Reversões	Transferências	
Imparidade de outras contas a receber					
Outras contas a receber - ENVC	7.500.000,00				7.500.000,00
Outras contas a receber - Ribeira D'Atalaia	4.145.426,86	495.497,16			4.640.924,02
Total	11.645.426,86	495.497,16	-	-	12.140.924,02

A imparidade de outras contas a receber – Ribeira D'Atalaia foi revertida no exercício de 2014, uma vez que essa empresa foi liquidada em 5 de dezembro de 2014 e os créditos detidos sobre esta foram reconhecidos em capital próprio da Empordef.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubrica	2014		2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC	15.727,80	-	5.595,53	-
IASFA	-	-	-	93,86
Segurança Social	-	7.240,57	-	8.989,76
IRS (Retenção na fonte)	-	9.062,96	-	10.252,06
CGA	-	-	-	1.807,09
Total	15.727,80	16.303,53	5.595,53	21.142,77

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2014	2013
Seguros	1.347,68	681,15
Rendas	5.219,16	5.168,00
Outros diferimentos ativos	-	-
Saldo final	6.566,84	5.849,15

15. Capital próprio

15.1 – Capital realizado

O capital da empresa é composto por 34.855.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada totalizando 174.275.000,00 euros.

O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado sendo o seu único acionista a Direção Geral do Tesouro.

15.2 – Prémios de emissão

Os prémios desta natureza resultam da diferença entre o valor subscrito e o valor nominal das ações emitidas, não podendo este exceder o montante das entradas dos acionistas. Aos prémios de emissão de ações é aplicável o regime da reserva legal.

15.3 – Reservas legais

O código das sociedades comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado positivo anual é destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que represente, no mínimo, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobertura da parte dos prejuízos acumulados que não o possam ser através do resultado positivo do período ou de outras reservas, por um lado, ou para incorporação no capital, pelo outro.

15.4 – Resultados transitados

O movimento em resultados transitados é apresentado como segue:

	<u>Resultados transitados</u>
Saldo inicial reexpresso	(259.138.444,63)
Aplicação do resultado do exercício anterior	(20.687.708,31)
Liquidação Ribeira D'Atalaia	(4.728.478,38)
Aquisição participação Extra (liquidação Ribeira D'Atalaia)	<u>2.154.929,49</u>
Saldo final	(282.399.701,83)

15.5 – Ajustamentos em ativos financeiros

O movimento em ativos financeiros é apresentado como segue:

	<u>Ajustamento ativos financeiros</u>
Saldo inicial	57.365.738,34
Variação capitais próprios:	
ETI	15.898,57
Arsenal Alfeite	(528.235,07)
Edisoft	<u>(15.738,10)</u>
Saldo final	56.837.663,74

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

<i>Fornecedores</i>	2014	2013
<i>Empresas do grupo</i>	34.827,71	16.511,74
<i>Empresas associadas</i>	4.744,17	11.918,54
<i>Outras empresas</i>	38.750,19	173.045,12
Saldo final	78.322,07	201.475,40

17. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Financiamentos obtidos" apresentava a seguinte composição:

Tipo Financiamento	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários				
CGD	-	-	-	73.320.695,00
Millennium bcp	-	-	-	40.682.501,45
BPI	-	-	-	14.625.000,00
Banif	-	-	984.731,28	1.966.188,90
BES	-	-	-	15.875.000,00
Parvalorem	-	-	-	2.044.764,03
Santander Totta	-	-	887.543,66	177.508,73
Direcção Geral Tesouro e Finanças	-	207.900.000,00		
Total	-	207.900.000,00	1.872.274,94	148.691.658,11

Os financiamentos contratados em 2013 foram integralmente amortizados durante o ano de 2014. As condições contratuais desses financiamentos eram as seguintes:



Banco	Tipo de financiamento	Montante contratado	Data de contratação	Data de vencimento	Taxa de juro efetiva a 31.12.2013	Capital em dívida em 31.12.2013
CGD	Crédito em conta corrente	37.000.000,00	23-12-2009	21-01-2014	5,847%	37.000.000,00
CGD	Crédito em conta corrente	10.442.996,00	30-10-2012	14-01-2014	5,847%	10.442.996,00
CGD	Crédito em conta corrente	23.606.899,00	14-10-2013	10-01-2014	5,847%	23.606.899,00
CGD	Crédito em conta corrente	1.104.000,00	14-11-2013	10-01-2014	5,850%	1.104.000,00
CGD	Crédito em conta corrente	1.166.800,00	14-11-2013	10-01-2014	5,876%	1.166.800,00
BCP	Hot Money	40.682.501,45	27-12-2013	30-01-2014	3,895%	40.682.501,45
BPI	Empréstimo	1.000.000,00	23-12-2013	14-03-2014	7,298%	1.000.000,00
BPI	Empréstimo	8.625.000,00	11-12-2013	14-03-2014	7,455%	8.625.000,00
BPI	Empréstimo	5.000.000,00	16-12-2013	14-03-2014	7,423%	5.000.000,00
Banif	Empréstimo	5.375.000,00	24-05-2012	24-05-2015	8,500%	2.843.920,18
Banif	Empréstimo	107.000,00	09-04-2013	09-04-2017	7,470%	107.000,00
BES	Empréstimo	15.875.000,00	05-12-2012	28-02-2014	7,544%	15.875.000,00
Parvalorem	Empréstimo	5.111.910,08	19-09-2012	19-08-2014	N/A	2.044.764,03
Santander Totta	Empréstimo	1.065.052,39	10-04-2013	10-04-2017	6,318%	1.065.052,39
		156.162.158,92				150.563.933,05

No final do ano de 2014 foram obtidos financiamentos junto da Direcção Geral Tesouro e Finanças e que tiveram como finalidade liquidar os financiamentos acima mencionados. As condições contratuais dos financiamentos efetuados pela Direcção Geral Tesouro e Finanças e em vigor a 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Banco	Tipo de financiamento	Montante contratado	Data de contratação	Data de vencimento	Taxa de juro efetiva a 31.12.2014	Capital em dívida em 31.12.2014
Direcção Geral Tesouro e Finanças	Empréstimo	200.000.000,00	26-11-2014	31-05-2017	1,140%	200.000.000,00
Direcção Geral Tesouro e Finanças	Empréstimo	6.000.000,00	27-11-2014	31-05-2017	1,090%	6.000.000,00
Direcção Geral Tesouro e Finanças	Empréstimo	1.900.000,00	18-12-2014	31-05-2017	1,130%	1.900.000,00
		207.900.000,00				207.900.000,00

A data de reembolso dos financiamentos acima referidos é 31 Maio de 2017 ou até ao fim do processo de liquidação, consoante o que ocorrer primeiro. Uma vez que se prevê que o processo de liquidação ocorra durante o ano de 2015, esta rubrica foi registada em passivo corrente.

18. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:



Rubrica	2014	2013
Consultoria/Assessoria	393.509,39	310.217,34
Deslocações estadas	139.586,83	67.638,98
Rendas e alugueres	68.556,71	75.351,44
Honorários	58.969,13	64.196,28
Auditoria/ROC	28.167,00	28.167,00
Serviços especializados	21.986,88	17.448,35
Comunicação	16.957,59	13.808,78
Conservação e reparação	12.930,89	12.395,33
Combustíveis	12.627,87	19.757,72
Publicidade e propaganda	6.759,00	5.020,55
Eletricidade	5.533,52	3.908,38
Seguros	5.261,44	4.712,89
Limpeza, higiene e conforto	5.061,73	4.883,03
Vigilância e segurança	4.063,26	2.739,86
Material escritório	2.823,81	5.258,66
Outros	24.423,99	11.607,31
Total	807.219,04	647.111,90

Os gastos com consultoria/assessoria em 2014 apresentavam a seguinte composição:

Gastos consultoria/assessoria 2014

Vieira de Almeida	69.194,32	Serviços jurídicos na análise de medidas de auxílio estatal aos ENVC
PBBR	53.012,11	Serviços jurídicos na renegociação contrato de construção de dois navios asfalteiros
PwC	11.193,00	Prestação de serviços de análise das contas dos ENVC
Nextpower	62.484,00	Prestação de serviços de aconselhamento estratégico e assessoria mediática
Tsdacc	1.871,51	Prestação de serviços de assessoria jurídica
Augusto Mateus, Assoc	72.816,00	Prestação de serviços de Consultoria Técnica para o Arsenal do Alfeite
Ribeiro Pires e Sousa, Assoc	36.900,00	Assessoria financeira na privatização da ETI
Pares Advogados	7.380,00	Prestação de serviços de assessoria jurídica no âmbito operação privatização da ETI,
Ribeiro Pires e Sousa, Assoc	12.931,75	Assessoria financeira na operação alienação da participação da EMPORDEF na EID
Deloitte	59.501,25	Serviços de assessoria para a elaboração de um plano de liquidação da EMPORDEF
Marsh	4.535,57	Prestação de serviços de assessoria técnica na área dos seguros
Outros	1.689,88	
Total	393.509,39	

Os gastos significativos com consultoria/assessoria em 2013 resultam essencialmente de trabalhos realizados no âmbito da reprivatização e/ou subconcessão dos ENVC, conforme quadro:



Gastos consultoria/assessoria 2013

BESI	30.750,00	ENVC (Assessoria financeira)
Fonte II	42.619,50	Empordef
Ribeiro Pires e Sousa, Assoc	41.497,13	ETI (Assessoria financeira)
PBBR	98.967,83	ENVC (Assessoria jurídica)
Marsh	11.377,44	Empordef
Vieira de Almeida	59.040,00	ENVC (Assessoria jurídica)
Qualitas	676,50	Empordef
Pares Advogados	8.610,00	ETI (Assessoria jurídica)
PwC	13.621,02	Empordef, ENVC, Defloc e Defaerloc
Outros	<u>3.057,92</u>	Empordef
Total	310.217,34	

A rubrica de honorários compreende essencialmente despesas realizadas com tsdacc - Sociedade de Advogados.

19. Gastos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Gastos com o pessoal" apresentava a seguinte composição:

<i>Gastos com o pessoal</i>	2014	2013
<i>Remunerações</i>	510.381,56	550.874,68
<i>Encargos s/ remun.</i>	93.897,52	93.137,42
<i>Outros</i>	13.249,03	12.878,92
Saldo final	617.528,11	656.891,02

No final de 2014 a empresa tinha 9 colaboradores, 3 em regime de cedência, no final de 2013 tinha 8 colaboradores, 3 em regime de cedência.

20. Imparidade de dívidas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "imparidade de dívidas a receber" apresentava a seguinte composição:



<i>Imparidade de dívidas a receber</i>	2014	2013 reexpresso
<i>Estaleiros Navais Viana Castelo</i>	(61.411.108,83)	(15.062.298,97)
<i>Ribeira D'Atalaia</i>		- (495.497,16)
Saldo final	(61.411.108,83)	(15.557.796,13)

21. Imparidade de investimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “imparidade de investimentos” apresentava a seguinte composição:

	2014			
	31.12.2013	Reforço	Reversões	Reconhecidas cap próprio 31.12.2014
Imparidade de investimentos				
Perda por imparidade/(reversão) - IDD	1.191.278,86		(122.284,72)	1.068.994,14
Perda por imparidade/(reversão) - ETI	1.930.351,89	302.671,60		2.217.124,92
Perda por imparidade/(reversão) - Defloc	74.365,32	49.790,66		124.155,98
Total	3.195.996,07	352.462,26	(122.284,72)	3.410.275,04

	2013			
	31.12.2012	Reforço	Reversões	Reconhecidas cap próprio 31.12.2013
Imparidade de investimentos				
Perda por imparidade/(reversão) - IDD	1.109.416,74	81.862,12		1.191.278,86
Perda por imparidade/(reversão) - ETI	1.933.647,59		(17.747,25)	1.930.351,89
Perda por imparidade/(reversão) - Defloc	0,00	74.365,32		74.365,32
Total	3.043.064,33	156.227,44	(17.747,25)	3.195.996,07

Ver nota 11 – outros ativos financeiros

22. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos	2014	2013
Aluguer instalações	128.973,72	128.973,72
Outros	11.396,57	39.990,36
Saldo final	140.370,29	168.964,08

23. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outros gastos e perdas” apresentava a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	2014	2013
Impostos	7.290,48	5.117,01
Correções relativas a per. anteriores	2.012,91	22.943,15
Quotas Danotec	6.000,00	6.000,00
Outros gastos e perdas	306,00	124,25
Saldo final	15.609,39	34.184,41

24. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” apresentava a seguinte composição:

<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i>	2014	2013
<i>Juros obtidos depositos prazo</i>	85.750,74	-
<i>Outros juros obtidos (ENVC)</i>	9.406.629,32	5.963.907,52
<i>Outros juros obtidos (IDD)</i>	10.418,65	11.909,75
<i>Outros juros obtidos (Ribeira D'Atalaia)</i>	-	65.515,16
<i>Outros juros obtidos (outras empresas grupo)</i>	10.038,30	-
<i>Ganho financeiro desconto dívida da OGMA</i>	129.559,03	145.369,03
Total	9.642.396,04	6.186.701,46

25. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte composição:

<i>Juros e gastos similares suportados</i>	2014	2013
<i>Juros e despesas suportados (Arsenal Alfeite)</i>	349.097,48	349.097,48
<i>Juros e despesas suportados (CGD-ENVC)</i>	4.963.769,23	4.548.575,29
<i>Juros e despesas suportados (BPI)</i>	1.266.044,42	865.546,83
<i>Juros e despesas suportados (Millennium BCP)</i>	2.062.232,24	1.610.100,04
<i>Juros e despesas suportados (BANIF)</i>	207.569,61	370.122,43
<i>Juros e despesas suportados (BES)</i>	1.585.784,54	1.389.986,63
<i>Juros e despesas suportados (Santander Totta)</i>	301.947,96	61.056,67
<i>Juros e despesas suportados (IGCP)</i>	253.856,90	-
<i>Juros locação</i>	-	58,41
<i>Juros devedores</i>	1.798,88	6.813,79
<i>Outros gastos suportados</i>	-	504,21
Total	10.992.101,26	9.201.861,78

Ver detalhe dos empréstimos concedidos pelo Arsenal do Alfeite na Nota 11 – Outras contas a receber e a pagar e detalhe das condições de financiamento dos empréstimos bancários obtidos na Nota 17 – Financiamentos obtidos.

26. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa normal de 23%, sendo a derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, determinados encargos da Empresa são objeto de tributação autónoma às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores a 2010 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência, os gerados em 2010 e 2011 são reportáveis durante um período de 4 anos após a sua ocorrência, os gerados em 2012 e 2013 são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência e os gerados a partir de 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência, sendo estes prejuízos suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante os períodos referidos.

Adicionalmente a dedução dos prejuízos fiscais está limitada a 75% para as deduções efetuadas em 2012 e 2013 e de 70% a partir de 1 janeiro de 2014.

A empresa apresenta 11.164.356,47 euros de prejuízos fiscais reportáveis que não originaram o reconhecimento de impostos diferidos ativos face à imprevisibilidade da sua recuperação, porque não se espera que venham a existir lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação das diferenças temporais ativas.

A decomposição dos prejuízos fiscais reportáveis por anos é conforme segue:

Ano	Montante	Validade
2009	1.425.108,48	2015
2011	1.156.623,55	2015
2012	1.587.324,75	2017
2013	4.278.289,32	2018
2014	2.717.010,37	2026
Total	11.164.356,47	

A decomposição do montante do imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2014	2013 reexpresso
Resultado antes de imposto	(59.154.777,14)	(20.672.182,12)
Taxa de imposto	23,00%	25,00%
Imposto esperado	0,00	0,00
Diferenças permanentes	12.980.685,48	3.954.527,27
Diferenças temporárias	-	172.707,02
Imposto associado ao prejuízo fiscal do exercício	(570.572,18)	(1.124.959,48)
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	10.709,90	15.526,19
Taxa efetiva de imposto	-0,02%	-0,08%
Imposto corrente do exercício	10.709,90	15.526,19
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
Total	10.709,90	15.526,19

27. Outras informações legalmente exigidas

As remunerações do Revisor Oficial de Contas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

	2014	2013
<i>Honorários</i>	22.714,00	21.786,50
Saldo final	22.714,00	21.786,50

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nula a quantidade de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2014.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28. Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

A responsabilidade da Empresa relativa a garantias bancárias, cartas conforto e livranças reparte-se da seguinte forma:

Cartas Conforto	31-12-2014	31-12-2013
ENVC		- 12.970.000,00
Naval Rocha	591.915,98	748.196,85
Ribeira D'Atalaia		- 8.550.000,00
Edisoft		-
Total	591.915,98	22.268.196,85

A carta conforto relativa aos ENVC foi cancelada uma vez que foram cumpridas as obrigações que lhe estavam associadas, nomeadamente o cumprimento do 4º pagamento relativo ao contrato celebrado entre a ENVC e a PDVSA Naval no âmbito da construção de dois navios asfalteiros.

A carta conforto relativa à Ribeira D'Atalaia, emitida a favor do Banco BPI e Millenium BCP foi cancelada após a liquidação integral do financiamento que lhe estava associado.

29. Eventos Subsequentes

ENVC

Não existiram quaisquer eventos entre a data do fecho de contas e a data de emissão das demonstrações financeiras que requeiram ajustamentos e/ou divulgações, para além das abaixo referidas:

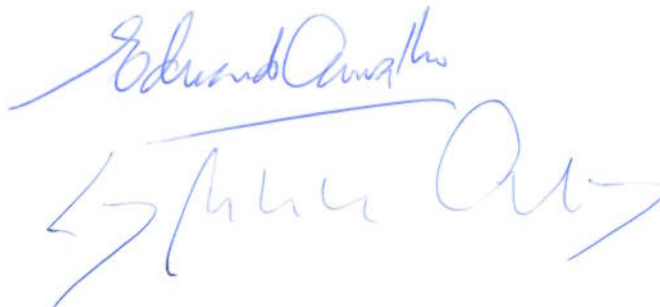
A Empordef SGPS, S.A, deliberou, em 05 de Maio de 2015, a dissolução do pacto social de suporte à sua participada ENVC, S.A., tendo-se iniciado de imediato, o processo da sua liquidação.

Foi também nomeada uma Comissão Liquidatária para a gestão do processo referido.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

E

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



[Handwritten signature]



Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. (em liquidação), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 142.234.261,96 euros e um total de capital próprio negativo de 84.535.768,91 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 59.165.487,04 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Reserva

8 a) Os ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., detidos a 100% pela Empordef, SGPS, S.A., são incluídos nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial, sendo que a respetiva participação financeira apresentada nas contas da Empordef, SGPS, S.A. se encontra valorizada a zero. Embora as demonstrações financeiras daquela participada apresentem, em 31 de dezembro de 2014, capitais próprios negativos que ascendem a 223.877 milhares de euros, fundo de maneo negativo em cerca de 254.606 milhares de euros e resultado líquido negativo de 29.037 milhares de euros, e tenha entretanto ocorrido a subconcessão de terrenos e infraestruturas e sido decidido o encerramento da atividade naval dos Estaleiros, as contas do exercício de 2014 foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, pelo que a recuperabilidade dos ativos e a garantia dos passivos dependem totalmente do apoio financeiro do acionista. Nestas circunstâncias, não é possível avaliar, à data deste relatório, quais as potenciais responsabilidades que tenham de vir a ser assumidas pela Empordef, SGPS, S.A., e, consequentemente, avaliar, com razoável grau de confiança, o valor de responsabilidades a provisionar nas contas da Empordef, SGPS, S.A..

Realçamos também que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. se encontram abrangidos pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais “perda de metade do capital”, devendo o acionista adotar as medidas legalmente previstas para solver esta situação.

b) Registe-se ainda que não tendo sido efetuada, por entidade credenciada, qualquer estudo do possível impacto ambiental resultante da atividade dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e não estando ainda clarificado de quem é a responsabilidade pela recuperação daqueles impactos, não existem condições para quantificar, com algum grau de segurança, o valor das eventuais responsabilidades dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. que deveriam encontrar-se provisionadas.

c) Tal como referido na nossa Certificação Legal das Contas individuais relativa ao exercício de 2013, emitida em 22 de maio de 2014, a imparidade de inventários dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. encontrava-se insuficiente em cerca de 7.000 milhares de euros para fazer face à perda referente ao Navio Ferry Atlântida. Considerando que o referido Navio foi vendido em 2014, gerando uma menos-valia de cerca de 11.250 milhares de euros, o Resultado líquido negativo daquela participada encontra-se sobreavaliado e os Resultados transitados negativos subavaliados naquele montante, respetivamente.

d) Adicionalmente, as demonstrações financeiras da participada ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., foram objeto de revisão por outro Revisor Oficial de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, com data de 26 de março de 2015, a qual apresenta a seguinte reserva:

- i) Os Ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, sendo que, para aqueles que tinham sido objeto de revalorização, optou-se, aquando da conversão das contas para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pela exceção prevista na NCRF 3, transitando em 1 de janeiro de 2010 pelo seu valor revalorizado como custo considerado, dado que o mesmo não se afastava significativamente do seu justo valor aquela data, sendo que, nos termos da NCRF 12, a Empresa deve avaliar, em cada data de relato, se há indicações de que os ativos possam estar com imparidade. Considerando a atual situação

da Empresa, o processo de subconcessão dos terrenos e infraestruturas afetas à atividade e as medidas de desinvestimento em curso, não nos é possível concluir quanto à suficiência das imparidades existentes para esta classe de ativos.

As situações acima referidas afetam de forma significativa as demonstrações financeiras daquela participada, nomeadamente o seu capital próprio, não tendo sido também registada qualquer responsabilidade adicional nas contas da Empordef, SGPS, S.A. para fazer face às potenciais responsabilidades resultantes do capital próprio negativo desta subsidiária, estando a participação financeira valorizada a zero.

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. (em liquidação) em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 9 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

a) Os valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que são apresentados nas demonstrações financeiras anexas apenas para efeitos comparativos, foram por nós objeto de revisão, tendo sido emitida a Certificação Legal das Contas Individuais, com data de 22 de maio de 2014, a qual apresentava várias reservas, como segue:

- (i) uma reserva por desacordo, devido ao facto de a Empordef, SGPS, S.A. se ter endividado significativamente com o objetivo de financiar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., apresentando, em 31 de dezembro de 2013, saldos a receber daquela participada de cerca de 148.901 milhares de euros, relativamente aos quais apenas se encontrava reconhecida uma imparidade de 7.500 milhares de euros. Dado que em 2014, tal como referido na Nota 6 – Partes relacionadas, os saldos a receber daquela participada ascendiam a cerca de 210.277 milhares de euros e encontrava-se reconhecida imparidade para a totalidade daquele montante (parte significativa da mesma, 202.812 milhares de euros, foi reconhecida apenas em 2014 com a reexpressão dos valores comparativos de 2013, conforme apresentado na Nota 5 do Anexo), a referida reserva deixou de ser aplicável;

- (ii) uma reserva por limitação de âmbito, resultante da impossibilidade de concluir quanto à eventual imparidade de um conjunto de bens reconhecidos na rubrica de Inventários da participada ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., no montante líquido de 2.114 milhares de euros, à data de 31 de dezembro de 2013. Dado que os referidos bens foram vendidos durante o exercício de 2014, a referida reserva deixou de ser aplicável;
 - (iii) uma reserva por limitação de âmbito, decorrente do facto de, relativamente à Extra – Explosivos da Trafaria, S.A., não haver certeza quanto à renovação do contrato de cessão de exploração das instalações que constituem o seu principal ativo, o qual estava reconhecido na rubrica de Propriedades de investimento. Esta situação e o facto de existir uma incerteza material sobre a capacidade da Acionista única Ribeira d'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A. prosseguir a sua atividade, não permitiam concluir sobre a capacidade de a Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. prosseguir a sua atividade bem como sobre o eventual efeito nas demonstrações financeiras se estas fossem preparadas com base no princípio de liquidação, nomeadamente a eventual desvalorização das Propriedades de investimento. Em 2014, com a dissolução da Ribeira d'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A., a Empordef, SGPS, S.A. e a Infacal – Gestão de Investimentos, Lda. passaram a ser as acionistas da Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. e o contrato de cessão de exploração das suas instalações foi renovado por um período de cinco anos, sucessivamente renovável por períodos de três anos, pelo que esta reserva deixou de ser aplicável.
- b) Relativamente aos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., cujas demonstrações financeiras foram objeto de revisão por outro Revisor Oficial de Contas, a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de 26 de março de 2015, apresenta as seguintes ênfases:
- (i) por razões de prudência associadas ao novo quadro de cumprimento do contrato existente para a construção de dois navios asfalteiros, consubstanciado na assinatura de um convénio para a sua cessão em 14 de novembro de 2014, a Empresa alterou em 2013, a sua política contabilística de reconhecimento do rédito. Assim, a recuperação do valor relevado na rubrica de Inventários (produtos e trabalhos em curso), assenta no pressuposto que será possível ceder em condições vantajosas a posição dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. no referido contrato;
 - (ii) em 3 de fevereiro de 2015 foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego o projeto de decreto-lei que procede à transferência para a Caixa Geral de Aposentações, IP (CGA) da responsabilidade pelo pagamento dos complementos de pensão do Fundo de Pensões dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e, como compensação pela transferência dessa responsabilidade, foi transferido para a CGA o património do Fundo de Pensões. O referido projeto de decreto-lei estabelece que o valor das responsabilidades transferidas é de 23.597 milhares de euros ao que acresce o montante de 295 milhares de euros a título de comissão de gestão, sendo que o montante das responsabilidades e da comissão de gestão não provisionadas deverá ser assegurado pelos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., pelo seu Acionista único ou pelo Estado. Embora o decreto-lei não tenha ainda sido publicado em Diário da República, a Empresa procedeu ao desreconhecimento destas responsabilidades em 2014, no pressuposto de que as mesmas não venham a recair sobre os ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..

c) Relativamente ao ponto b) (ii) acima, referimos que foi entretanto publicado o decreto-lei nº 62/2015 de 23 de abril, o qual não altera de forma significativa o acima referido.

d) Tal como referido no ano anterior e conforme mencionado no Anexo às Demonstrações financeiras na Nota 6 – Partes relacionadas, a Empordef, SGPS, S.A. obteve financiamentos da sua participada Arsenal do Alfeite, S.A., no montante de 17.200 milhares de euros, sendo que para o montante de 17.000 milhares de euros as condições de reembolso não se encontram devidamente formalizadas;

e) A participada EEN – Empordef Engenharia Naval, S.A., apresenta, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, capital próprio inferior a metade do valor do capital social (capital próprio negativo de 18 milhares de euros), estando, assim, perante a situação referida no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais “perda de metade do capital”, e o passivo corrente é superior ao ativo corrente em cerca de 147 milhares de euros. No entanto, as respetivas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações, o qual está integralmente dependente da continuação do apoio financeiro do acionista único, Empordef, SGPS, S.A., ou de quem a venha a substituir como acionista, e do desenvolvimento das respetivas atividades para assegurar o reequilíbrio económico-financeiro daquela participada.

f) As demonstrações financeiras individuais da Empordef, SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2014, apresentam fundo de maneo negativo em cerca de 224.607 milhares de euros e resultados operacionais negativos de cerca de 57.805 milhares de euros, os quais seriam ainda mais negativos se tivessem sido reconhecidos os prejuízos verificados em algumas participadas, nomeadamente os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (resultado líquido negativo de 29.037 milhares de euros). Face a esta situação e à resolução do Conselho de ministros nº 42/2014, de 26 de junho, que incumbiu o Conselho de Administração da Empresa de apresentar um plano de liquidação da mesma, as demonstrações financeiras individuais da Empordef, SGPS, S.A. foram preparadas com base no princípio de liquidação, tal como referido na Nota 1 do Anexo às Demonstrações financeiras individuais.

7 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por: ,



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único (contas individuais)

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas Individuais, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto quanto ao referido no parágrafo nº 7 da Certificação Legal das Contas Individuais, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas Individuais;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a informação prestada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado. Conforme referido no Relatório de Gestão, que contém um capítulo individualizado sobre o cumprimento das orientações legais, de acordo com o modelo previsto no Anexo I do Ofício circular nº 1211 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, as mesmas foram cumpridas, designadamente as medidas de redução remuneratória, nos termos da lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, com exceção de: (i) limites de crescimento do endividamento; (ii) redução do número de trabalhadores; e (iii) promoção e execução dos ajustamentos contabilísticos necessários e conducentes à emissão de uma Certificação Legal das Conta sem reservas. Relativamente ao Relatório de governo societário o mesmo inclui os elementos previstos na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, estando o modelo adotado em conformidade com as orientações previstas no Anexo II do Ofício circular acima mencionado;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Conforme referido no parágrafo 10 f) da Certificação Legal das Contas Individuais, a Empordef, SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2014, apresenta fundo de maneo negativo em cerca de 224.607 milhares de euros e resultados operacionais negativos de cerca de 57.805 milhares de euros, os quais seriam ainda mais negativos se tivessem sido reconhecidos os prejuízos verificados em algumas participadas, nomeadamente os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (resultado líquido negativo de 29.037 milhares de euros). Nas circunstâncias e atendendo à resolução do Conselho de ministros nº 42/2014, de 26 de junho, que incumbiu o Conselho de Administração de apresentar um plano de liquidação da Empresa, as Demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no princípio de liquidação.

6 Chamamos também a atenção para o aspeto mencionado na alínea e) do parágrafo nº 10 da Certificação Legal das Contas Individuais.

7 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Individuais, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

8 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

7 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Senhor Acionista

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da EMPORDEF, SGPS, S.A. submete à apreciação do acionista o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, que resumem as atividades e os resultados alcançados tanto pela Empresa-Mãe como pelas várias empresas do Grupo durante o exercício de 2014.

1. O GRUPO EMPORDEF

A EMPORDEF SGPS está caracterizada no Relatório Individual, para o qual se remete.

1.1. EVENTOS E ACONTECIMENTOS EM QUE O GRUPO EMPORDEF PARTICIPOU

Durante o ano de 2014, a EMPORDEF SGPS e as suas empresas participadas intensificaram as suas iniciativas de marketing com o objetivo de uma maior consolidação das atividades industriais e do reforço da presença do Grupo no mercado internacional da Defesa. Com a criação da IdD criou-se um instrumento de promoção alargado das capacidades nacionais nesta área.

No que se refere às atividades do conselho de administração cessante, quer no âmbito empresarial quer em apoio às atividades de diplomacia económica do Ministério da Defesa, a EMPORDEF fez-se representar em Seminários, Conferências, Reuniões de Cooperação Bilateral e Multilateral, Exposições Nacionais e Internacionais e em Missões oficiais a acompanhar membros do Governo.

Em 2014, as empresas do Grupo Empordef, SGPS participaram como membros de diversas organizações, nomeadamente nas seguintes:



NACIONAIS

- DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias
- PROESPAÇO - Associação Portuguesa das Industrias do Espaço
- PEMAS - Associação Nacional da Indústria Aeronáutica
- AIN – Associação das Indústrias Navais
- ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas
- APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade
- ISQ - Instituto da Soldadura e Qualidade
- FEM - Fórum Empresarial do Mar
- AFCEA- Portugal
- COTEC – Associação Empresarial para a Inovação
- ANETIE - Associação Nacional das Empresas das Tecnologias de Informação e Eletrónica

INTERNACIONAIS

- NIAG - NATO Industry Advisory Group
- EOS - European Organization for Security
- CESA – Community of European Shipbuilders Associations
- ERA – European Regions Airline Association
- EBAA – European Business Aviation Association
- NAFEMS – International Association of the Engineering Modeling, Analysis and Simulation Community
- EARSC - European Association of Remote Sensing Companies
- NEREUS – Network of European regions Using Space Technologies
- ETSA – European Training and Simulation Association
- Extreme Seas

1.2. INICIATIVAS DE DIPLOMACIA ECONÓMICA EFETUADAS PELA EMPORDEF SGPS

No ano de 2014 permaneceram os efeitos da redução do Orçamento Geral do Estado para a Defesa nas atividades industriais da Empordef SGPS e das suas participadas, em particular naquelas que dependem quase exclusivamente de encomendas oriundas das Forças Armadas. Perante estas circunstâncias, a Empordef SGPS decidiu reforçar a sua política de internacionalização e intensificar as ações de diplomacia económica, atuando nos mercados alvo identificados e aprofundando as relações com as delegações dos diversos países, com os quais Portugal estabeleceu acordos bilaterais na área da Defesa, ações estas que passaram para as atividades desenvolvidas pela idD assim que a mesma se tornou operacional.

1.3. I&D - ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO POR EMPRESAS DO GRUPO EMPORDEF

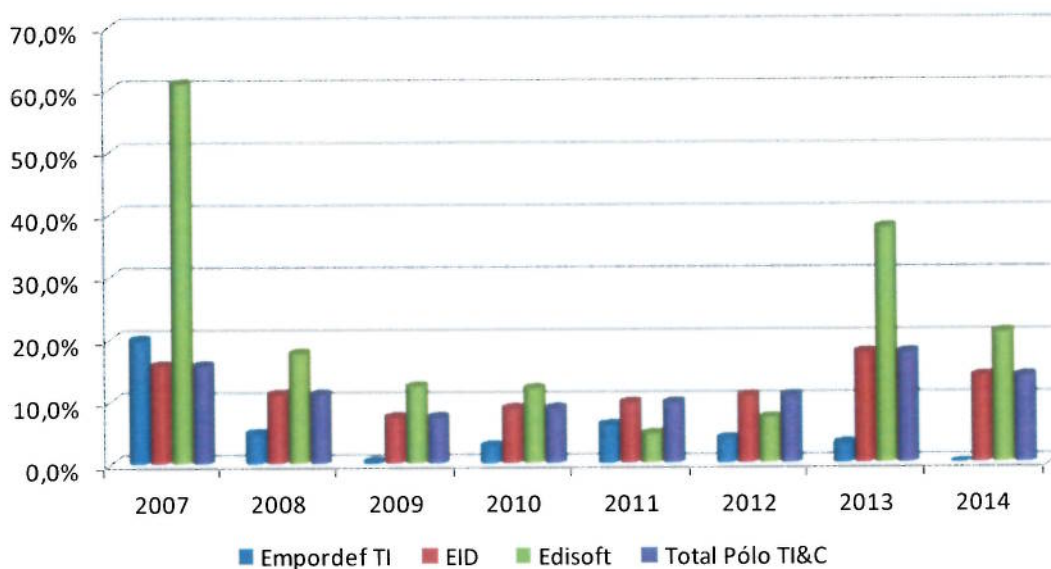
O esforço de I&D do Grupo tem sido transversal, mas com um natural enfoque nas empresas do pólo das Tecnologias de Informação e Comunicações, que têm ao longo dos últimos anos desenvolvido um esforço na participação em projetos de Investigação e Desenvolvimento de modo a serem reconhecidas tanto no mercado doméstico como internacional.

O esforço feito, ao longo do último ano, ascendeu a cerca de 2,8 milhões de euros e representou cerca de 14% do Volume de Negócios do Pólo das TI &C, o que representa um decréscimo em termos absolutos, bem como em termos relativos, quando comparado com o ano anterior, assim decomposto:

Inovação e I&D Desenvolvimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total Pólo TI&C								
Despesas efetuadas (€)	4.054.332	3.087.428	2.315.835	2.082.407	2.529.614	2.721.706	3.882.623	2.780.188
Volume de Negócios (€)	25.566.435	27.492.623	30.740.321	23.243.720	25.746.159	24.917.165	21.793.370	19.866.792
Despesas/Volume de Negócios	15,9%	11,2%	7,5%	9,0%	9,8%	10,9%	17,8%	14,0%
EID								
Despesas efetuadas (€)	747.403	1.907.603	1.556.907	1.550.838	2.194.118	2.324.029	2.107.839	1.988.922
Volume de Negócios (€)	19.374.085	19.512.988	22.464.273	17.297.453	19.390.350	18.671.283	15.432.505	14.506.490
Despesas/Volume de Negócios	3,9%	9,8%	6,9%	9,0%	11,3%	12,4%	13,7%	13,7%
Empordef TI								
Despesas efetuadas (€)	229.488	92.620	8.276	60.560	119.348	78.563	59.149	0
Volume de Negócios (€)	1.149.266	1.870.903	2.270.837	2.063.799	1.907.150	1.938.934	1.833.093	1.594.754
Despesas/Volume de Negócios	20,0%	5,0%	0,4%	2,9%	6,3%	4,1%	3,2%	0,0%
Edisoft								
Despesas efetuadas (€)	3.077.441	1.087.205	750.652	471.010	216.149	319.114	1.715.635	791.266
Volume de Negócios (€)	5.043.084	6.108.732	6.005.211	3.882.468	4.448.659	4.306.949	4.527.772	3.765.548
Despesas/Volume de Negócios	61,0%	17,8%	12,5%	12,1%	4,9%	7,4%	37,9%	21,0%

Graficamente:

Despesas de Inovação e I&D face ao Volume de Negócios



Como resultado desta atividade o Grupo tem ligação com inúmeras entidades ligadas ao SISTEMA CIENTÍFICO NACIONAL, tais como:

- IST	- IM
- FCUL (Ex Ineti)	- LNEC
- INESC-ID	- ISEL
- Univ. Minho	- UNIV. NOVA
- I.T. – Coimbra	- FCT
- INEGI	- FCUL
- PIEP	- FCUP
- ISEG	- Univ. Açores
- IH	- LIP
- INOV	- CINAMIL
- CENTI	- IT
- Univ. Beira Interior	- IGE
- IGP	- IICT
- INRB (L-Inia)	- IPS -Est (Setúbal)
- Univ. Evora – C.G.	- Univ. Évora – C.I.T.I.
- ISCTE-ADETI	

Tem ainda desenvolvido parcerias com as seguintes entidades nacionais e internacionais:

Nacionais

Gmv, (Ex Skysoft)	Cpc-Hs	Promosoft	Univ. Nova
Iberomoldes	Rdp	Indra	Im
Critical Sw	Inov	Ana Consulting	Ih
Tekever	Priberam	Ipimar	Unl-Fct
Ative Space Sw	Datelka	Lnec	Ist
Listral	Anditec	Deimos Engenharia	IseI
Spinworks	Tecmic	Univ. Açores/Dop	It
Thales, Pt	Univ. Évora	Academia Militar	Eid
Ogma	Appla	Helibravo	Algartext
Aerocad	Aemnium	Meditor	Globaleda

Internacionais

Thales, NI	Tecnobit	Esri	Ohb Systems
Wass	Rolls-Royce	QinetiC	CLS
Turbomeca	Ngss Technologies	E-Geos	Luxspace

Sagem	DS	Erdas Telespazio	DLR
ESG	Autodesk	Ksat	EADS
Eurocopter	Intergraph	Indra	Spacebel
Selex	Mapiufo	TAS-F	Planetek
Infremer	Infoterra	Interface	Ged Spain
Tecner	Antycip	Presagis	Lockeed Martin
Simigon	Bvr/Eibit	Esigma	EADS-Test & Serv.
EADS, De	Fokker	Airbus Military	Tubitak-Emrc
Alenia	Steyer Daimler Puch	Indra	Aermachi
U.S. Naval	Postgraduate School	Thales Training & Simulation	

2. O GRUPO EMPORDEF

2.1. O GRUPO EMPORDEF - Situação Atual

O Grupo EMPORDEF está subdividido em cinco núcleos, tal como referido no Relatório Individual, para o qual se remete.

Neste contexto, julga-se útil, para dar uma ideia da atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo, apresentar de uma forma resumida as vendas das empresas do Grupo EMPORDEF e caracterizar a situação atual.

Evolução do Volume de Negócios das Empresas do Grupo EMPORDEF



	Participação a 31/12/2014	2014	2013	2013/2014	
		€	€	€	%
Total		298.618.750	281.483.287	17.135.463	6%
1. Núcleo Naval					
ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	100,00%	12.837.375	3.785.661	9.051.714	239%
NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	45,00%	5.150.034	7.373.543	-2.223.509	-30%
Arsenal do Alfeite SA	100,00%	18.647.118	12.883.697	5.763.421	45%
EEN - EMPORDEF Engenharia Naval, S.A. ¹	100,00%	14.379	14.183	196	1%
1. Núcleo Industrial					
IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	100,00%	1.048.449	847.506	200.943	24%
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	35,00%	166.772.293	168.636.238	-1.863.945	-1%
3. Núcleo Tecnologias de Informação e Comunicações					
EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	17,50%	3.765.548	4.527.772	-762.224	-17%
EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	38,57%	14.506.490	15.432.505	-926.015	-6%
ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.	100,00%	1.594.754	1.833.093	-238.339	-13%
4. Núcleo Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento					
DEFLOC – Locação de equipamentos de Defesa, S.A.	81,00%	42.865.673	36.833.824	6.031.849	16%
DEFAERLOC – Locação de Aeronaves Militares, S.A.	100,00%	31.416.637	29.315.264	2.101.373	7%
5. Núcleo Imobiliário					
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	59,80%	0	0	0	0%

Nota:

¹ Antiga OGMA Imobiliária, S.A.

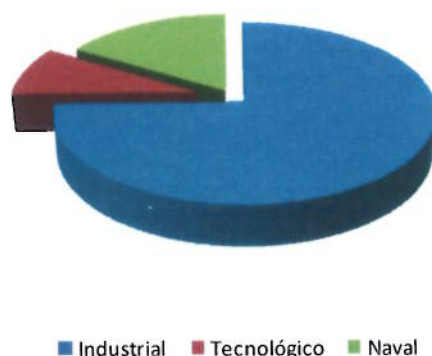
Analisando o Mapa do Volume de Negócios, verifica-se que as vendas totais (**não consolidadas**) registaram uma variação positiva de cerca de 6%. Este impacto no volume de vendas e prestação de serviços, foi fruto do acréscimo verificado, especialmente, nos ENVC, S.A.; AA, S.A.; idD, S.A.; DEFLOC, S.A. e DEFAERLOC, S.A..

Utilizando outro indicador verifica-se também que o mercado militar, tanto nacional como internacional, continua a ser o mais expressivo.



Este gráfico espelha bem o sucesso de uma estratégia continuada de diversificação de mercados de produto e geográficos que, apesar de tudo, tem permitido manter algum dinamismo comercial, pese embora a contração generalizada dos mercados de segurança e defesa.

No que respeita à contribuição dos vários pólos da empresa, importa salientar o peso da OGMA, S.A., que impulsiona o pólo industrial para a posição cimeira:



Para uma melhor visualização do desempenho económico da EMPORDEF, cuja atividade principal é gerir participações sociais, apresenta-se o seguinte mapa relativo aos **resultados operacionais** das várias empresas do Grupo:

	Participação a 31/12/2014	Resultados Operacionais			
		2014	2013	2013/2014	
		€	€	€	%
1. Núcleo Naval					
ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	100,00%	-19.810.773	-41.454.193	21.643.420	-52%
NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	45,00%	207.129	600.294	-393.165	-65%
Arsenal do Alentejo SA	100,00%	2.276.279	-5.182.799	7.459.078	-144%
EEN - EMPORDEF Engenharia Naval, S.A. ¹	100,00%	-81.346	3.298	-84.644	-2566%
1. Núcleo Industrial					
IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	100,00%	146.147	-67.603	213.751	-316%
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	35,00%	9.313.271	9.552.693	-239.422	-3%
3. Núcleo Tecnologias de Informação e Comunicações					
EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	17,50%	-373.524	41.297	-414.821	1004%
EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	38,57%	1.431.051	1.383.369	47.682	3%
ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.	100,00%	-275.902	32.170	-308.072	-958%
4. Núcleo Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento					
DEFLOC – Locação de equipamentos de Defesa, S.A.	81,00%	-31.228	-79.585	48.357	61%
DEFAERLOC – Locação de Aeronaves Militares, S.A.	100,00%	-6.963	-8.981	2.019	-22%
5. Núcleo Imobiliário					
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	59,80%	76.268	74.006	2.262	-3%

Nota:

¹ Antiga OGMA Imobiliária, S.A.

Relativamente aos **Resultados Líquidos** verificou-se:

	Participação a 31/12/2014	Resultados Líquidos			
		2014	2013	2013/2014	
		€	€	€	%
1. Núcleo Naval					
ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	100,00%	-29.036.919	-52.420.064	23.383.145	45%
NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	45,00%	138.755	424.288	-285.533	-67%
Arsenal do Alfeite SA	100,00%	2.366.751	-4.890.434	7.257.184	148%
EEN - EMPORDEF Engenharia Naval, S.A. ¹	100,00%	-86.447	3.298	-89.745	-2721%
1. Núcleo Industrial					
IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	100,00%	122.285	-81.862	204.147	249%
OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	35,00%	6.728.515	7.230.417	-501.902	-7%
3. Núcleo Tecnologias de Informação e Comunicações					
EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	17,50%	-351.486	49.819	-401.305	-806%
EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	38,57%	1.427.891	1.529.332	-101.441	-7%
ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.	100,00%	-302.672	17.747	-320.419	-1805%
4. Núcleo Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento					
DEFLOC – Locação de equipamentos de Defesa, S.A.	81,00%	-32.348	-70.807	38.459	54%
DEFAERLOC - Locação de Aeronaves Militares, S.A.	100,00%	-2.345	-8.062	5.718	71%
5. Núcleo Imobiliário					
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	59,80%	56.107	51.420	4.687	9%

Nota:

¹ Antiga OGMA Imobiliária, S.A.

2.2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

A nível contabilístico, assistimos à passagem em 2010 do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e com ele a adoção de outras metodologias pelo que só se poderão apresentar, em termos evolutivos e comparativos, os anos de 2009 a 2013.

NÚCLEO NAVAL

2.2.1. ENVC

Durante o exercício de 2014, foram múltiplas as etapas associadas à implementação das orientações enunciadas na Resolução do Conselho de Ministros, RCM 86 / 2013, de 5 de Dezembro, que declarou a ENVC, S.A. em situação económica difícil.

Neste sentido foram adotadas as medidas consideradas necessárias e indispensáveis de redução de efetivos e de desinvestimento, com alienação de bens móveis não afetos à “Subconcessão de Utilização Privativa do Domínio Público e das Áreas Afetas à Subconcessão Dominial”, propriedade dos ENVC.

Foram realizados 123 procedimentos de venda por leilão em sessão pública, de bens e equipamentos, tendo sido realizado um valor superior a 12,2 M€, incluído neste montante a venda por Concurso Público Internacional do Atlântida e a venda, ao Governo de Timor-Leste, dos equipamentos da construção C-259.

Assinala-se como facto relevante, associado à redução de efetivos, a disponibilização por parte da EMPORDEF dos recursos financeiros, o que tornou possível a negociação e conclusão, com sucesso, do respetivo Plano Social.

Dando continuidade à decisão de adjudicação à empresa West Sea – Estaleiros Navais, Lda, da Subconcessão, foi assinado, em 10 de Janeiro de 2014, o respetivo contrato, tendo sido realizadas ao longo do ano diversas reuniões, entre ENVC S.A. e o Subconcessionário, com vista a operacionalizar a entrega dos bens objeto do respetivo contrato.

No sentido de preservar o acervo físico, histórico e documental da empresa implementou-se um projeto de levantamento do espólio dos ENVC, tendo, na sequência das orientações do Acionista e da Tutela, sido assinados protocolos de cedência temporária do espólio com a Marinha Portuguesa e com as Câmaras Municipais de Viana do Castelo e de Ílhavo.

Ponto muito importante foi o desenvolvimento, em sintonia com o Acionista e respetivas Tutelas (MDN e MF), de ações com vista à resolução do não provisionamento do Fundo de Pensões dos ENVC, tendo no final do ano sido concretizada uma solução estável que permite a passagem das responsabilidades, pelo pagamento de todos os complementos de pensões, para a CGA (Caixa Geral de Aposentações).

Facto relevante foi, na sequência das entregas à Marinha Portuguesa dos Navios de Patrulha Oceânica (NPO), NRP Viana do Castelo e NRP Figueira da Foz – ter ocorrido a docagem de garantia deste último e a realização de reuniões de projeto com o cliente, com vista à resolução de assuntos pendentes.

Não se podendo dissociar as etapas em curso na empresa, do Processo de Subconcessão e das etapas já percorridas no âmbito do contrato existente entre os ENVC e a PDVSA NAVAL, no ano em apreço, foram desenvolvidas diversas reuniões de trabalho em Caracas (Venezuela), com o Armador PDVSA NAVAL, tendo resultado na assinatura de um Convénio entre as Partes, que fixou as condições para a cedência da posição contratual da construção dos dois navios asfalteiros de 27.000 DWT, da ENVC, S.A. para a EEN, S.A. (Empordef Engenharia Naval, S.A.), tendo sido dada continuidade aos trabalhos de engenharia, aquisição dos principais equipamentos e materiais.

ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2014, ficou marcado pelo aumento da atividade.

Os ENVC, encerraram o exercício de 2014, com um resultado líquido negativo de 29.036.918,75 €.

De relevar ainda o comportamento negativo registado ao nível dos resultados financeiros (-12.633.626€), que se ficou a dever por um lado ao aumento do endividamento global e ao agravamento das condições de financiamento.

De referir ainda que a solvência dos compromissos dos ENVC, só foi possível com o recurso a financiamentos regulares junto do acionista.

À semelhança dos últimos exercícios, 2014 fica marcado, pelo agravamento registado ao nível dos capitais próprios em 16%.

As demonstrações financeiras, nos últimos anos, registaram a evolução seguinte:

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	55.576	20.222	15.110	30.378	3.786	12.837
Margem Bruta	30.574	16.644	12.796	28.778	1.673	4.807
Resultados Operacionais	-16.510	-37.074	-14.671	2.879	-41.454	-19.811
Resultados Financeiros	-3.953	-4.789	-7.961	-11.563	-10.971	-12.634
Resultado Líquido	-20.485	-41.886	-22.675	-8.777	-52.420	-29.037
EBITDA	-13.149	-33.031	-11.935	5.255	-39.211	-17.969
Número de Trabalhadores	833	744	657	632	614	122



(Mil Euros)

Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	110.981	100.333	72.230	64.424	61.601	48.950
Ativo corrente	104.585	65.412	52.760	73.439	46.077	38.543
Disponibilidades	95	464	6	335	3.668	10.394
Diferimentos	270	277	228	98	39	3
Total do Ativo	215.566	165.746	124.990	137.863	107.678	87.493
Capitais Próprios	-25.620	-74.491	-129.631	-142.447	-193.464	-223.877
Passivo não Corrente	75.513	70.442	65.900	58.763	35.158	18.221
Passivo Corrente	165.672	169.795	188.721	221.548	265.984	293.149
Diferimentos	10.268	9.948	13.996	6.399	5.781	4.616
Passivo+Cap. Próprios	215.566	165.746	124.990	137.863	107.678	87.493

2.2.2. NAVAL ROCHA

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Serviços comerciais

O número de consultas do mercado interno sofreu uma redução significativa, cerca de 17%, fixando-se em 28. O total de consultas recebidas resultou num total de 89.

Verifica-se um aumento significativo na taxa de sucesso (passou de 37% para 44%).

Reparações efetuadas

Durante o exercício de 2014 foram efetuadas 25 docagens de navios/embarcações.

Foram ainda efetuadas 14 reparações a flutuar, resultando assim um número total de 39 encomendas.

RELAÇÕES COM A CONCESSIONÁRIA APL, S.A.

A Navalrocha e a APL, SA mantinham, há já algum tempo um conflito em relação à interpretação dos termos do contrato de concessão, tendo em início de 2013 o Tribunal Arbitral tomado uma decisão sobre o processo, confirmando a validade da tese defendida pela Navalrocha. Neste âmbito, o Conselho de Administração encetou negociações com a APL,SA, tendo em vista uma adequada regularização dos valores correspondentes às rendas fixa e variável pendentes de pagamento - esse processo foi oportunamente acordado e formalizado num acordo entre as partes, que tem vindo a ser cumprido de forma regular.

Para além do Contrato de Concessão, a Navalrocha e a APL,SA mantém em aberto um conjunto de questões estratégicas e operacionais pendentes, que estão a ser objeto de conversações

bilaterais, tendo em vista chegar a um entendimento adequado para o futuro da empresa, no contexto das suas perspetivas de negócio.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em cerca de 139 mil euros.

O EBITDA registou um valor positivo de cerca de 496 mil euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	5.393	4.771	3.931	5.970	7.374	5.150
Margem Bruta	5.393	4.771	3.931	5.970	7.374	5.150
Resultados Operacionais	563	277	-690	388	600	207
Resultados Financeiros	-109	-42	-48	-45	4	3
Resultado Líquido	301	144	-576	235	424	139
EBITDA	867	554	-420	658	871	496
Número de Trabalhadores	30	28	27	23	23	23

(Mil Euros)

Balanco	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	2.624	2.377	2.202	1.896	1.562	1.744
Ativo corrente	2.883	2.724	1.844	3.363	3.686	2.621
Disponibilidades	93	68	98	295	628	801
Diferimentos	77	58	13	27	54	49
Total do Ativo	5.506	5.101	4.046	5.259	5.249	4.365
Capitais Próprios	1.585	1.728	967	1.202	1.510	1.648
Passivo não Corrente	779	678	632	615	815	641
Passivo Corrente	3.142	2.695	2.447	3.442	2.924	2.075
Diferimentos	0	0	0	0	0	0
Passivo+Cap. Próprios	5.506	5.101	4.046	5.259	5.249	4.365

2.2.3. ARSENAL DO ALFEITE

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A atividade da empresa caracterizou-se no ano de 2014 por uma forte estabilidade na carteira de encomendas relativamente ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, com a realização das docagens e reparações planeadas do navio patrulha NRP “Zaire” e da corveta NRP “António Enes”. Estes projetos, ambos com génese em 2013, são os primeiros contratos de cariz plurianual a serem celebrados entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, passo fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencia e otimiza a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano. Os resultados demonstram claramente a imperatividade na

existência de planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, sob pena de existência de elevada ineficiência nos processos, com perdas para a Arsenal do Alfeite, S.A. e para a Marinha. Cumulativamente, em 2014 existiu uma forte carteira de trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) executados nos navios da Marinha Portuguesa, com especial incidência nas fragatas das classes “Bartolomeu Dias” e “Vasco da Gama”.

Paralelamente, foi iniciado em Fevereiro de 2014 a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”, materializando o terceiro passo, e a consolidação da vertente internacionalização da atividade do estaleiro, representando o corolário de um esforço de desenvolvimento do negócio para com este cliente internacional, com quem a Arsenal do Alfeite, S.A. tem trabalhado, fortalecido e estreitado relações desde 2012. Recorde-se que a vertente de internacionalização da atividade da empresa, registou a docagem do primeiro navio combatente de uma Marinha estrangeira, mais exatamente o segundo navio da Marinha Real de Marrocos a reparar no estaleiro, a fragata “Hassan II”, em Setembro de 2013 e, em 2012, do BSL “Dakhla”.

Uma vez mais, o apoio dado pelo estaleiro não se resumiu aos aspetos fabris, tendo sido assegurado o apoio logístico à Commission de Surveillance de la Marine Royale (similar a uma Missão de Acompanhamento e Fiscalização), desde o alojamento, à alimentação e transportes, que asseguraram o interface usualmente requerido por este tipo de cliente.

A vertente internacionalização, por via dos projetos da Marinha Real de Marrocos, atingiu um patamar de relevância global significativa no negócio do estaleiro, e perspetiva-se uma relação de continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível das simples docagens, mas também das grandes intervenções de reparação planeada dos navios da esquadra desta Marinha.

Ainda em 2014, a atividade relativa aos clientes não Marinhas militares (nacionais e estrangeiras), especialmente os privados, foi marginal em termos do impacto na faturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras, para clientes distintos, como sejam a Svitser, e as OGMA S.A. Este ano projetou claramente a perceção de que o mercado comercial, embora potencialmente atrativo em períodos de menor atividade em obras do cliente principal é, em larga escala, caracterizado por um produto centrado em tecnologias de baixo valor acrescentado, cuja rentabilidade é marginal, e com quase nula incorporação de tecnologias de elevado valor acrescentado, onde a Arsenal do Alfeite, S.A. detém significativas capacidades e vantagem competitiva.

Este facto é justificativo do aparecimento da Svitser no sector da marinha mercante, e da OGMA S.A. no sector da indústria aeronáutica, como dois dos maiores clientes não ligados a marinhas

militares, pela via da utilização da capacidade da Arsenal do Alfeite, S.A. no desenvolvimento de produtos específicos e adaptados, de médio/elevado valor acrescentado.

Ao nível da reparação e manutenção industrial, o ano de 2014 pautou-se por uma estabilização do volume de negócios deste nicho de mercado, embora tenhamos assistido a uma diversificação da carteira de clientes.

Neste contexto, a figura seguinte representa os cinco principais clientes do Estaleiro em 2014. Para além da Marinha Portuguesa, principal cliente, há a destacar a Sonaservice (entidade responsável pelo Projeto da Marinha Real de Marrocos). A ThyssenKrupp Marine Systems – Portugal foi também um cliente a salientar no ano de 2014, principalmente devido aos trabalhos executados nos submarinos da classe Tridente, dentro do âmbito de garantia e de outros trabalhos da responsabilidade da ThyssenKrupp Marine Systems, contratualizados à Arsenal do Alfeite, S.A.

PERSPETIVA SECTORIAL DA ATIVIDADE

De forma análoga aos anos de 2012 e 2013, ao nível sectorial da atividade interna, mais exatamente nas atividades das diversas áreas tecnológicas do estaleiro, verificou-se em 2014 alguma atenuação da discrepância de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Eletricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, onde estas últimas tiveram um muito reduzido nível de atividade para clientes, relativamente às valências e capacidade instaladas no estaleiro. Esta redução de assimetria só foi possível através da indução de grandes trabalhos no sector do armamento pesado e dos sensores, pela via de uma grande revisão a uma peça Creusot-Loire de 100mm e de recuperação de um volume significativo de elementos SET sonar. Recorda-se que a assimetria tecnológica no perfil da carteira de encomendas é resultante da inexistência de navios militares com real capacidade combatente em reparação no estaleiro no âmbito de acções de manutenção planeada, ou seja, de fragatas em Revisão Intermédia, que per si acarretam uma muito grande incorporação de obra neste sector tecnológico.

Não será demais reforçar que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Electrónica representam as atividades que incorporam maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, S.A. a única entidade nacional que as detém e integra, e que, materializa a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (materializado na Marinha Portuguesa e na Força Aérea Portuguesa), muitas vezes numa ordem de grandeza insuficiente para colmatar os custos da sua existência, representam um “custo de soberania”, que não se encontra suportado de forma consistente. O espalhar progressivo dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à

impossibilidade de a Marinha efetuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e consequentemente, do estaleiro manter em pleno a sua atividade nestes sectores específicos. Corre-se hoje o risco, mercê do decréscimo da população fabril por passagens à reforma (sem realimentação de Recursos Humanos devido às barreiras legislativas impostas) e da inatividade por inexistência de obra (que origina perda de competências por insuficiente exposição ao trabalho técnico de elevada complexidade), que as valências e capacidades ainda residentes no estaleiro se desgastem progressivamente até a um patamar de exiguidade, que ditará a sua extinção.

Será ainda importante referir que a existência deste nicho de tecnologia e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não apenas ao nível da formação de recursos humanos, mas também de atualização de formação e, acima de tudo, de exercício da atividade. Uma simples análise de mercado demonstra que este sector de capacidade do estaleiro é substancialmente mais económico que o recurso à subcontratação, se esta for possível, cifrando-se em diferenciais de acréscimo de preço de mercado sempre superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, S.A. Assim, uma vez extintas as referidas capacidades, o único recurso residirá nos grandes grupos industriais multinacionais do sector, com a incorporação não apenas de custos diretos e indiretos substancialmente mais altos, mas também da introdução de fatores de perturbação como sejam a inexistência de capacidade de resposta em tempo, a indisponibilidade de capacidade para prestação de serviços, ou mesmo a inexistência das valências pretendidas no mercado. Haverá, por isso que ser equacionado ao nível das instâncias que tutelam a empresa qual o rumo estratégico que se pretende estabelecer, pois dentro do atual, e dos constrangimentos supra mencionados, a extinção a curto prazo destas capacidades será uma realidade.

REPARAÇÃO NAVAL MILITAR

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projetos:

- Revisão Intermédia + Docagem da corveta “António Enes”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem do patrulha “Zaire”, da Marinha Portuguesa;
- Grande Revisão (Grand Carénage) do patrulha PHM “El Lahiq” da Marinha Real de Marrocos;
- Docagem da Fragata “Bartolomeu Dias”, da Marinha Portuguesa;
- Docagem da Fragata “Álvares Cabral”, da Marinha Portuguesa;
- Docagem do Navio-escola “Sagres”, da Marinha Portuguesa;
- Pequena Revisão + Docagem da lancha “Dragão”, da Marinha Portuguesa;
- Pequena Revisão + Docagem da lancha “Orion”, da Marinha Portuguesa;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

REPARAÇÃO NAVAL COMERCIAL

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar os seguintes projetos:

- Docagem do rebocador “Lisboa” da Svitzer, S.A.;
- Reparação de componentes e subsistemas de bordo, de armadores diversos.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Ao nível do sector de negócio da Construção Naval, apesar de inúmeras ações desenvolvidas, não há atividade significativa a referir.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O total do ativo líquido em 31 de Dezembro de 2014 era de 108.809,72 milhares de euros, tendo registado um decréscimo de 2% em relação a 31 Dezembro de 2013.

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em cerca de 2,4 milhões de euros.

O EBITDA registou um valor positivo de cerca de 5,7 milhões de euros.

(Mil Euros)						
Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	10.929	26.885	13.731	10.325	12.884	18.647
Margem Bruta	10.078	24.607	12.663	9.156	11.694	17.523
Resultados Operacionais	692	3.295	-3.253	-5.857	-5.183	2.276
Resultados Financeiros	409	514	1.041	451	359	361
Resultado Líquido	795	2.772	-2.265	-5.495	-4.890	2.367
EBITDA	1.661	6.265	-146	-2.413	-1.705	5.678
Número de Trabalhadores	683	638	608	597	561	516

(Mil Euros)						
Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
				(reexp)		
Ativo não corrente	94.293	93.965	92.548	89.366	86.083	82.918
Ativo corrente	23.710	38.800	31.389	26.296	24.592	25.892
Disponibilidades	18.892	17.522	12.254	5.346	5.757	6.321
Diferimentos	104	99	74	11	13	19
Total do Ativo	118.003	132.765	123.937	115.661	110.675	108.810
Capitais Próprios	111.053	127.061	121.219	90.210	84.870	86.708
Passivo não Corrente	0	0	20	21.876	19.525	17.261
Passivo Corrente	6.949	5.704	2.698	3.576	6.281	4.840
Diferimentos	391	1	1	1	1.300	737
Passivo+Cap. Próprios	118.003	132.765	123.937	115.661	110.675	108.810

2.2.4. EEN

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A OGMA - Imobiliária, S.A. foi constituída em dezembro de 2004, resultando da cisão simples verificada no ativo imobiliário da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A., e tem como objeto social “a compra, venda e arrendamento de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, bem como a administração e gestão de imóveis, podendo adquirir ou alienar participações em sociedades com objeto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e como sócio de responsabilidade limitada, assim como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, constituir novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associações em participação”.

Em maio de 2014, a OGMA - Imobiliária, S.A, sofreu um processo de redenominação e alteração do seu objeto social (ao abrigo do despacho de SESET Nº 753/2014), passando a chamar-se EMPORDEF Engenharia Naval SA. Ao objeto social da sociedade foi acrescentada a engenharia naval, a gestão de projetos de construção e a reparação naval e prestação dos serviços necessários às atividades de construção e reparação naval, designadamente nas áreas de procurement, supply chain management e formação.

Conforme projeto de cisão, em 23 de dezembro de 2004, e em conformidade com as condições acordadas no âmbito do processo de privatização da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. foi celebrado um contrato promessa de arrendamento com esta sociedade, pelo prazo de 30 anos, e com uma renda mensal de €1.000, entretanto atualizada para €1.193,65. Os locais arrendados destinam-se a fins direta ou indiretamente relacionados com a atividade industrial da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

Desde Outubro de 2014 (data em que ficou concluído o processo de redenominação e alteração estatutária, com a entrada em plenitude de funções do novo conselho de administração), a Empresa tem desenvolvido esforços para se dotar dos meios técnicos, financeiros e humanos para o cumprimento do seu novo objeto social.



Designadamente, em Novembro de 2014 em Caracas, a empresa tomou parte na assinatura de um convénio tripartido entre a PDVSA NAVAL e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, convénio esse que visa estabelecer as condições para a concretização da cessão do contrato de construção de dois navios asfalteiros para a PDVSA NAVAL, empresa com sede na Venezuela, a favor da EEN.

Este contrato permitirá assegurar a atividade e viabilidade da empresa para os próximos três anos, estando prevista a sua concretização até final do primeiro semestre de 2015.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em cerca de 86 mil euros.

O EBITDA registou um valor negativo de cerca de 77 mil euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2013	2014
Volume de Negócios	14	14
Margem Bruta	14	14
Resultados Operacionais	3	-81
Resultados Financeiros	0	-2
Resultado Líquido	3	-86
EBITDA	6	-77
Número de Trabalhadores	0	2

(Mil Euros)

Balanço	2013	2014
Ativo não corrente	133	129
Ativo corrente	27	36
Disponibilidades	17	30
Diferimentos	0	0
Total do Ativo	159	165
Capitais Próprios	68	-18
Passivo não Corrente	0	0
Passivo Corrente	91	183
Diferimentos	49	53
Passivo+Cap. Próprios	159	165

NÚCLEO TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

2.2.5. EDISOFT

O volume de negócios da Edisoft em 2014 sofreu um decréscimo de 17% em comparação com 2013.

Este impacto ficou a dever-se ao volume de encomendas recebidas durante o ano de 2013 e durante os primeiros nove meses do ano de 2014. A recuperação do volume de encomendas

recebidas verificou-se apenas no último trimestre do ano de 2014 não permitindo atingir o volume de negócios expectável para o ano.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício registado foi negativo em cerca de 351 mil de euros, representando uma variação negativa significativa (806%) uma vez que o resultado registado em 2013 foi positivo em cerca de 50 mil euros.

O EBITDA foi também negativo cifrando-se em 181 mil de euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	9.539	3.882	4.449	4.307	4.528	3.766
Margem Bruta	9.418	3.801	4.331	3.101	4.460	3.631
Resultados Operacionais	2.544	-2.625	-407	-2.511	41	-374
Resultados Financeiros	-145	-213	-375	-495	-12	0
Resultado Líquido	2.302	-2.677	-773	-3.216	50	-351
EBITDA	4.398	-1.778	3	-2.392	232	-181
Número de Trabalhadores	111	105	86	68	53	58

(Mil Euros)

Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	1.786	1.139	759	959	856	737
Ativo corrente	7.154	4.941	4.947	3.209	4.147	3.362
Disponibilidades	11	16	8	49	1.309	1.546
Diferimentos	160	68	81	190	59	68
Total do Ativo	8.940	6.081	5.706	4.168	5.002	4.099
Capitais Próprios	-1.665	-4.377	-5.150	-8.568	943	501
Passivo não Corrente	578	537	1.439	2.908	1.386	754
Passivo Corrente	10.027	9.920	9.416	9.828	2.674	2.844
Diferimentos	1.971	1.060	974	442	67	472
Passivo+Cap. Próprios	8.940	6.081	5.706	4.168	5.002	4.099

2.2.6. ETI

ATIVIDADES REALIZADAS

A ETI assenta a sua estratégia comercial numa relação de proximidade com os grandes OEM's (Original Equipment Manufacturer) do Mercado Aeronáutico e da Defesa.

Na linha dessa estratégia e correspondendo por sua vez a uma maior aproximação/investimento da Embraer a Portugal, a ETI investiu fortemente na sua

competitividade na oferta de desenvolvimento de conteúdos de aprendizagem, vulgo CBTs (Computer Based Training), junto da Embraer Defesa & Segurança (EDS). O resultado deste esforço e investimento traduziu-se já na angariação de uma importante encomenda com a EDS e posicionou a ETI para várias outras "leads" junto deste cliente.

De igual modo e em resultado de uma utilização inteligente dos mecanismos associados a alguns programas de contrapartidas em renegociação, a ETI viu reforçada a sua ligação com um importante OEM do mercado da Defesa o que permite alargar de uma forma consistente a sua oferta de simulação e treino neste mercado em expansão.

Os resultados destas apostas concretizam-se no volume de encomendas da ETI que atingiu em 2014 os 7,9M€, apresentando um crescimento de 7% em relação a 2013.

As contas de 2014 apresentam um resultado negativo expressivo.

A concorrer para este resultado estão um conjunto de condicionantes exógenas e endógenas. Estas condicionantes, muitas delas de sentido negativo, criaram uma "tempestade perfeita" e colocaram a ETI numa espécie de "olho do furacão".

De entre essas condicionantes e não necessariamente pela sua relevância e/ou impacto, podem ser referidas as seguintes:

✓ Processo de Privatização: A ETI atravessou mais um ano de indefinição sobre o seu enquadramento futuro, tendo esta situação um forte impacto negativo, para além de outros aspetos, nos recursos humanos. Numa primeira fase, o "arrastar" do processo, aumentou o sentimento de injustiça derivado dos cortes a que o SEE foi obrigado e à impossibilidade de aplicação de um regime de compensação pelo desempenho e de progressão na carreira. Numa segunda fase e após lançamento público do processo, aumentaram os receios e incertezas dos colaboradores quanto ao futuro, fator ao qual não foi alheio os critérios de privatização definidos. Estas incertezas traduziram-se por exemplo numa maior predisposição dos colaboradores em equacionarem a procura de alternativas no mercado de trabalho, tendo-se inclusive verificado a saída de elementos da empresa. Traduziu-se igualmente numa maior dificuldade nos processos de recrutamento com vista a substituir os elementos que saíram e, por exemplo, numa maior dificuldade nas parcerias com empresas subcontratadas pelo receio destas em se comprometerem quanto ao futuro.

✓ Desmantelamento/liquidação da EMPORDEF SGPS: A falta de estabilidade no acionista da ETI, o anúncio da sua liquidação e a sua classificação como EPNRC (Reclassificação), influenciou negativamente a sua capacidade para ajudar a melhorar o apoio direto e o sentimento dos colaboradores da ETI.

✓ Desinvestimento na Defesa (Nacional e Internacional): Apesar de alguns focos de conflito internacionais, todos do tipo assimétrico ou "proxy wars", continua-se a assistir a uma forte desaceleração dos investimentos da defesa no ocidente e em particular em Portugal. Atendendo a que a ETI apresenta, como já foi referido anteriormente, uma forte dependência dos OEMs e que por sua vez estes dependem muito da conclusão e/ou lançamento de novos

projetos/programas de investimento, assistiu-se durante 2014 à redução de encomendas, atraso na conclusão de programas e ou adiamento do lançamento de novos programas.

✓ Em função da situação que viveu o mercado nacional, e como foi referido acima, a ETI em 2014 fez um esforço enorme para capitalizar a aproximação/investimento da Embraer a Portugal tendo investido importantes recursos nesta aposta. Este investimento comercial e operacional no Brasil, associado ao facto de que a ETI produziu em 2014 mais de 90% da sua atividade para o mercado internacional, obrigou a empresa a incorrer em maiores custos operacionais, particularmente os relacionados com a instalação, treino, "commissioning", garantia e suporte.

✓ Também é sabido que em Portugal, apesar de algumas medidas tomadas pelo BCE no sentido de melhorar as condições de financiamento da economia, as dificuldades para as empresas se financiarem na Banca continuaram a ser enormes. A ETI, sem poder recorrer ao seu acionista pelas razões já aqui referidas, viveu em 2014 um ano de enormes dificuldades de financiamento da sua tesouraria, traduzido em dois componentes muito importantes:

- 1) falta de acesso aos mecanismos de financiamento;
- 2) um enorme aumento do custo do dinheiro.

A pesar também muito negativamente neste ponto, deve referir-se que, pelas dificuldades de financiamento da economia e pela redução dos investimentos na Defesa, os clientes da ETI (grandes OEMs), começaram a impor aos seus clientes condições de pagamento "draconianas" e difíceis de gerir numa empresa com dificuldades acrescidas no seu financiamento. Deve referir-se que estas dificuldades de financiamento, para além da instabilidade emocional na equipa, tiveram impacto direto na produção da ETI, por se refletirem, talvez de uma forma mais severa, em alguns dos fornecedores da ETI.

✓ Um outro aspeto que importa salientar e que continua a afetar negativamente as contas da ETI é a impossibilidade, por falta de visibilidade quanto ao seu futuro enquadramento acionista, de poder tomar decisões relativas à localização, dimensão e infraestruturas das suas instalações, atuando na redução do valor dos custos de contexto. De facto, os custos de contexto da ETI são fortemente influenciados pela sua localização no Pólo Tecnológico do Lazarim, pela sua dependência dos custos de operação/produção da EID, tendo sofrido um enorme crescimento com o impacto da saída da EDISOFT ocorrida em Junho de 2013.

✓ Um dos aspetos que mais afetou negativamente a ETI em 2014, tendo subjacentes alguns ou todos os aspetos já referidos anteriormente, foi a instabilidade da equipa da ETI. Como é sabido, por força do seu enquadramento acionista, que o atraso na privatização infelizmente não resolveu, a ETI nos últimos anos não foi capaz de reter importantes recursos humanos. Estes recursos levaram consigo enormes e valiosas capacidades e competências adquiridas ao longo dos anos por força do investimento que a ETI fez no seu treino e exposição aos projetos. Deste modo, a ETI e em particular a sua capacidade de produção/venda tem sido ao longo dos últimos anos e em particular neste último, fortemente afetada (negativamente) por:



- 1) Saída de Engenheiros com experiência e competências importantes para o negócio da ETI;
- 2) Incapacidade, por falta de capacidade para oferecer as melhores condições do mercado de engenharia, para atrair e recrutar Engenheiros com experiência e competências importantes para o negócio da ETI;
- 3) Esforço adicional e recorrente da ETI no treino e capacitação para Engenheiros com experiência e competências importantes para o negócio da ETI;
- 4) Custo adicional, decorrente da necessidade de efetuar "outsourcing " de recursos humanos.

A ETI, por estar limitada na sua capacidade para de uma forma dinâmica responder às demandas do negócio, através da atração e recrutamento de perfis com experiência e competências importantes para o negócio da ETI, vê-se obrigada a ter de incorrer em custos suplementares com o "outsourcing" de recursos humanos.

✓ Por último, sendo este aspeto naturalmente objeto de detalhe operacional e contabilístico em outras secções deste documento, deve ser referido o tremendo impacto negativo que o projeto NH90/GPATE teve neste período e poderá ter em futuros exercícios da ETI. Sobre este projeto importa dizer que em resultado da saída do Programa NH90, concretizada em Dezembro de 2014 através do CA24 (Contract Ammendment 24), o programa industrial de Portugal foi cancelado. O projeto com envolvimento da indústria portuguesa por via da participação da ETI continha dependências fortes da participação de Portugal no NH90, desde logo pelo seu financiamento a montante, depois pelas perspetivas de negócio que lhe estavam associadas e finalmente pela força que esta participação imprimia nas relações da ETI com o seu cliente e os utilizadores finais (países da NAHEMO). É neste contexto que a ETI foi empurrada para uma situação em que o projeto está a ser reavaliado com os países e foi convidada pelo seu cliente (Selex ES) para rever a sua participação no programa. Esta situação teve um impacto negativo nas contas da ETI em 2014 na ordem dos 230k€, podendo a conclusão deste processo vir afetar negativamente as contas da ETI em exercícios futuros.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em cerca de 303 mil euros, representando um decréscimo significativo relativamente ao período homólogo que apresentou um resultado positivo de cerca de 18 mil euros.

O EBITDA decresceu quando comparado com o registado no ano de 2013 cifrando-se num valor negativo de cerca de 163 mil euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	2.271	2.064	1.907	1.939	1.833	1.595
Margem Bruta	2.121	2.004	1.543	1.732	1.766	1.396
Resultados Operacionais	210	115	197	360	32	-276
Resultados Financeiros	-8	-7	14	-17	-7,4	-21
Resultado Líquido	58	107	176	334	18	-303
EBITDA	314	267	356	427	125	-163
Número de Trabalhadores	25	24	25	26	25	26

(Mil Euros)

Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	368	217	255	269	241	138
Ativo corrente	1.348	1.432	1.592	1.622	1.673	1.537
Disponibilidades	19	78	50	1	3	3
Diferimentos	23	8	10	7	7	7
Total do Ativo	1.716	1.649	1.848	1.891	1.914	1.675
Capitais Próprios	393	446	611	976	980	693
Passivo não Corrente	288	288	288	288	288	288
Passivo Corrente	1.034	914	948	626	646	694
Diferimentos	259	80	286	50	80	191
Passivo+Cap. Próprios	1.716	1.649	1.848	1.891	1.914	1.675

2.2.7. EID

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

À semelhança de anos anteriores, a área de negócios de **comunicações navais** apresenta um grande contributo para as exportações da empresa, tendo assegurado 71% das vendas totais da EID no mercado externo em 2014. A excelente aceitação dos sistemas ICCS - integrated Communications Control System, no mercado internacional, tem sido instrumental para este desempenho.

O ICCS permite gerir de forma eficiente todos os meios de comunicação instalados a bordo de navios militares, sejam eles patrulhas, fragatas, porta-aviões ou submarinos, pondo à disposição dos operadores um conjunto de ferramentas para estabelecer, simples e dinamicamente, canais de comunicações externas e internas, bem como controlar os parâmetros de funcionamento dos equipamentos de comunicações e monitorizar, em tempo real, o seu estado de funcionamento. Para além disto, esta unidade de negócios dispõe de um conjunto de competências multidisciplinares que lhe permitem realizar a complexa tarefa de integração de sistemas de comunicações dos navios de guerra.

A captação de encomendas em 2014 não ultrapassou €3 milhões, valor bastante inferior ao verificado no exercício anterior. Contudo, já no final de 2014, foi oficialmente anunciado o ajuste directo à EID de 10 sistemas, destinados a navios das marinhas portuguesa, holandesa e belga, no montante de cerca de 14 milhões de euros.

A atividade do ano de 2014 focou-se fundamentalmente na execução dos contratos em curso, sendo de destacar: a entrega de seis sistemas para os submarinos Coilins da Marinha Real Australiana; a entrega de ICCS para 3 patrulhas da classe Macaé, da Marinha do Brasil; o fornecimento do segundo sistema à Marinha da Argélia; a entrega de seis sistemas para a Marinha da Indonésia e o fornecimento à Marinha Real Australiana de um simulador de operação do ICCS para os Air Warfare Destroyer da classe Hobart. Foi também dada formação, na área das comunicações, a militares da marinha da Argélia e prestados serviços de manutenção e apoio logístico às armadas portuguesa, espanhola, holandesa, inglesa e australiana.

No decurso de 2014 foi também realizado um esforço significativo no desenvolvimento da sexta geração do ICCS, tanto do ponto de vista do *hardware* como da sua funcionalidade.

A unidade de **sistemas de comunicação** desenvolve a sua atividade na área da engenharia de sistemas de telecomunicações e dos equipamentos de comunicações de campanha.

Em 2014, alcançou progressos relevantes no desenvolvimento e consolidação dos negócios de comunicações de campanha no Médio Oriente: no Bahrain e nos Emirados Árabes, concretizaram-se os primeiros contratos, enquanto no Egipto foi celebrado um novo contrato, em resultado de um concurso internacional em que a proposta da EID se superiorizou perante a concorrência internacional. Prosseguiu igualmente o fornecimento de telefones de campanha para este país.

Na Arábia Saudita, também se verificaram progressos relevantes que deverão potenciar encomendas no início de 2015; todavia, os resultados ficaram aquém do orçamentado, pois havia a expectativa que esses negócios se concretizassem em 2014. Situação semelhante ocorreu na Austrália, onde foi confirmada a adjudicação do contrato JP2072 à Boeing Defence Austrália que propôs o fornecimento do equipamento da EID; neste caso, atrasos do Ministério da Defesa Australiano na celebração do contrato protelaram para o 2º semestre de 2015 uma encomenda de valor superior a 4M€ que se esperava em 2014.

No domínio dos sistemas de comunicações, prosseguiu a execução do contrato do BRASS Portugal, que está praticamente concluído e em operação, à exceção da componente de comando e controlo, pois só no final de 2014 foi formalizada a sua contratação. Neste ano, foi

ainda adjudicado e parcialmente executado um contrato para o fornecimento do Sistema GMDSS nacional que será concluído em 2015.

Finalmente, a prestação de serviços de manutenção de sistemas de comunicações e de VTS (Vessey Traffic Services) ultrapassou as previsões.

As expectativas para 2015 são positivas já que, além de outras oportunidades a serem seguidas, se espera a concretização das encomendas que não ocorreram em 2014.

A unidade de negócios de **comunicações táticas** desenvolve e fornece sistemas integrados seguros para comunicações de voz analógica, voz sobre IP, dados e vídeo para todos os tipos de viaturas militares e postos de comando, em que na vertente rádio se incluem desde comunicações de proximidade (rádios pessoais) até comunicações de longa distância.

Em termos de desenvolvimento o ano de 2014 foi consagrado principalmente à evolução da família rádio pessoal TWH, que passou a incluir uma versão com maior alcance, e à implementação de uma forma de onda “multi—salto” que proporciona uma melhor cobertura; a família de intercomunicadores ICC-201/251 também foi enriquecida através de novas funções que serão já incluídas nos fornecimentos correspondentes aos mais recentes contratos, de uma variante do ICC-201 para a Malásia e de um terminal de comandante com visor que alargará bastante as funcionalidades oferecidas.

No mercado nacional foram efetuados os fornecimentos previstos no quadro do contrato do rádio PRC-525, celebrado com o Ministério da Defesa Nacional em 2007, e que ficará concluído em 2015. Foram recebidas encomendas pontuais do Exército Português, nomeadamente a conclusão das atualizações dos rádios PRC-525 de primeira geração, mas em relação ao programa SIC-Tático, e não obstante o esforço desenvolvido, não foram tomadas ainda decisões por parte do Exército e do Ministério da Defesa Nacional.

A nível do mercado externo voltou a ser incrementado o esforço comercial desenvolvido pela unidade de negócios em várias regiões, sendo de salientar uma muito significativa encomenda de quase dois mil sistemas de intercomunicação para viaturas blindadas, de valor global acima de 11M€, por parte do exército de um país do Médio Oriente.

É ainda de referir o acordo assinado com a firma Sapura, da Malásia, para o desenvolvimento conjunto de um sistema de comunicações IP veicular baseado no ICC-201, em que posteriormente a EID produzirá e fornecerá a sua componente do sistema à Sapura, para o mercado local.

Estamos também convictos de que esforços semelhantes, que em alguns casos envolveram extensos testes de laboratório e de campo, levados a cabo noutros mercados, nomeadamente no Paquistão e na Argélia, trarão resultados já em 2015.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O resultado líquido do exercício situou-se em cerca de 1,5 milhões de euros tendo registado uma variação positiva de cerca de 7% quando comparado com o exercício anterior.

O EBITDA cifrou-se em 2,2 milhões de euros.

(Mil Euros) (Mil Euros)						
Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	22.464	17.297	19.390	18.671	15.433	14.506
Margem Bruta	15.066	11.197	11.945	13.336	11.261	10.885
Resultados Operacionais	3.432	1.944	1.941	1.662	1.383	1.431
Resultados Financeiros	40	142	398	315	263	224
Resultado Líquido	2.513	1.472	1.748	1.483	1.529	1.428
EBITDA	5.452	3.469	3.471	2.613	2.391	2.223
Número de Trabalhadores	148	156	150	148	143	136

(Mil Euros) (Mil Euros)						
Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	6.924	4.754	3.810	3.021	2.304	1.976
Ativo corrente	17.751	21.968	25.161	21.535	23.860	23.521
Disponibilidades	5.357	9.256	13.717	13.782	15.289	16.861
Diferimentos	105	175	92	74	80	89
Total do Ativo	24.675	26.722	28.971	24.556	26.164	25.497
Capitais Próprios	13.416	14.889	16.637	16.529	16.217	16.192
Passivo não Corrente	285	212	151	63	70	32
Passivo Corrente	10.973	11.621	12.183	7.964	9.877	9.273
Diferimentos	4.439	4.297	5.120	4.280	5.615	5.947
Passivo+Cap. Próprios	24.675	26.722	28.971	24.556	26.164	25.497

NÚCLEO INDUSTRIAL

2.2.8. idD

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Após a mudança de estatutos da empresa em agosto de 2014, a idD passou a desenvolver a atividade de promoção das indústrias de defesa nacionais.

Esta atividade visa essencialmente a organização de ações de prospeção económica junto de potenciais parceiros internacionais que possam acrescentar valor para a economia de defesa Nacional com o objetivo de divulgar internamente as oportunidades identificadas no exterior, abrindo caminho ao aumento das exportações da indústria de defesa Portuguesa.

Nesta ação a idD está a organizar missões empresariais a feiras e exposições internacionais promovendo a indústria Nacional relacionada com a economia de defesa.

Com estas ações internacionais pretende-se promover contactos e parcerias com organizações, agências e outras entidades de interesse público, Nacionais e Internacionais, bem como estabelecer protocolos no âmbito da economia de Defesa com contrapartes internacionais.

Com o objetivo de iniciar esta nova valência entre agosto e dezembro de 2014, foram realizadas as seguintes atividades promocionais das indústrias de defesa nacionais:

- Visita ao air show Farnborough com empresas Portuguesas por ocasião da feira internacional de aeronáutica;
- Missão empresarial à Colômbia onde a idD teve um Stand próprio e onde estiveram presentes 12 empresas da área da defesa;
- Visita à camara de comércio e investimento do Kosovo por altura do Natal;
- Participação na comitiva do Vice-Primeiro-Ministro a Abu Dhabi por altura da assinatura do acordo da comissão mista Portugal/EAU;
- Participação na reunião dos Amigos do Golfo da Guiné, no Ghana, a convite da presidência Francesa, onde identificou oportunidades para a indústria Nacional.

A atividade de desmilitarização continuou a centrar-se na desmilitarização de munições das Forças Armadas prevista no Contrato de Desmilitarização para 2014, assinado em Fevereiro desse ano. Em articulação com a DGAIED procedeu-se a um adequado planeamento da atividade de produção ao longo do ano, que permitiu a sua execução nos moldes previstos e com um envolvimento satisfatório dos recursos internos da empresa.

Embora ainda sem um peso significativo, continuou a proceder-se à destruição de materiais diversos oriundos da área civil, com particular destaque para air-bags, artifícios pirotécnicos e materiais energéticos da indústria farmacêutica, de que se podem referir os seguintes exemplos:

- Indústria de defesa ou equivalente
 - Destruição de material diverso (munições) – Polícia Judiciária Militar
- Indústria automóvel

- Desativação de air-bags - Empresas EGEO (SISAV) e VANPRO, Assentos, Lda.
- Sinalização Marítima
 - Materiais pirotécnicos de sinalização marítima - Empresa EGEO (SISAV)
- Indústria farmacêutica – Farmácia Silveira

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No exercício de 2014 os Resultados Líquidos foram positivos em cerca de 122 mil euros, enquanto que em 2013 foram negativos em cerca de 82 mil euros.

O EBITDA apresenta um valor positivo de 188 mil euros, refletindo um acréscimo em relação ao ano anterior em que o montante era negativo em cerca de 27 mil euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	900	1.162	1.259	1.013	848	1.048
Margem Bruta	874	1.143	1.250	1.004	843	1.039
Resultados Operacionais	72	206	-241	17	-68	146
Resultados Financeiros	1	-14	-19	-4	-10	-8
Resultado Líquido	64	138	-263	6	-82	122
EBITDA	504	394	-134	75	-27	188
Número de Trabalhadores	20	20	20	20	19	17

(Mil Euros)

Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	633	484	380	328	294	296
Ativo corrente	1.095	1.101	708	762	751	1.014
Disponibilidades	181	210	114	284	702	994
Diferimentos	4	6	7	4	4	3
Total do Ativo	1.728	1.586	1.088	1.090	1.045	1.309
Capitais Próprios	1.145	1.143	875	882	800	922
Passivo não Corrente	0	0	0	0	0	0
Passivo Corrente	583	442	213	209	245	387
Diferimentos	0	0	0	6	0	0
Passivo+Cap. Próprios	1.728	1.586	1.088	1.090	1.045	1.309

2.2.9. OGMA

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No decorrer do ano de 2014, alguns factos merecem ser destacados pela sua importância no desenvolvimento de novas capacitações Internas e na geração de novas oportunidades de negócios, a saber:

- No desenvolvimento de negócios de manutenção de Aeronaves de Defesa, deu-se início ao contrato de "Full Fleet Support" estabelecido com a Força Aérea dos Camarões que envolve a manutenção de três aeronaves Lockheed C-130 Hércules e dos seus respetivos componentes, bem como todo o suporte técnico e logístico, pelo período de 5 anos. Foi também concluída em Março de 2014 a primeira inspeção pesada do programa de inspeções das aeronaves C-295 da Força Aérea Portuguesa, no âmbito do contrato estabelecido com a Airbus Military;
- De realçar ainda a presença da OGMA nos maiores eventos mundiais referentes a aeronaves de defesa, nomeadamente o Hercules Operators Council (HOC), o Orion International Operators Support Conference (OSC) e o Technical Coordination Group c-130 (TCG), conferências onde a Empresa teve oportunidade de apresentar à comunidade aeronáutica o trabalho que tem vindo a desenvolver na melhoria contínua das ferramentas de suporte à manutenção;
- No negócio da Aviação Comercial e Executiva, a OGMA reforçou a sua presença no mercado, com a intervenção nas aeronaves de novos clientes e com a recuperação de clientes antigos. Esta diversificação verificou-se no mercado das aeronaves executivas, mas principalmente nos ERJ-145, fruto da parceria com a Embraer na penetração em mercados resultantes da transferência de aeronaves usadas para novos países, como por exemplo a Rússia;
- No negócio de Componentes, foi prosseguida a estratégia de investimento iniciada em 2013, através da negociação e revisão do contrato com o Cliente Embraer Aviation International (EAI) e pela extensão daquele à manutenção das válvulas "Hamilton", aumentando assim o leque de serviços e capacitações para o cliente. A OGMA foi ainda reconhecida como Centro Autorizado de Manutenção pela AS- Avionics Services;

A OGMA foi em 2014 reacreditada para o processo especial de Ensaios Não Destrutivos (NDT- Ultrasons-Compósitos), após a auditoria efetuada pela Entidade Certificadora PRI-Nadcap, que decidiu estender a certificação por 18 meses, ao invés dos habituais 12 meses, resultado das respostas à auditoria e desempenho demonstrado pela OGMA:

- No desenvolvimento de novos negócios de Aeroestruturas, destacam-se pela sua importância no desenvolvimento de novas capacitações internas e na geração de novas oportunidades de negócios:
 - Renovação contratual até 2020 do Programa AW101, da Agusta Westland, incluindo quantidades adicionais para as novas versões do produto;

- Renovação contratual até 2019 do Contrato de fornecimento dos Tralling Edge Paneis do C-130J da Lockheed Martin;
- Início do contrato para a Fase 2 do programa C-295 da Alrbus Military;
- O desenvolvimento do programa KC 390 observou um forte Incremento, através da produção e entrega do segundo e terceiro protótipos dos painéis de fuselagem, bem como a entrega dos primeiros protótipos do Sponson, do Elevator e da MLG Door do KC 390, dentro dos prazos requeridos pelo cliente;
- A OGMA esteve presente no Farnborough International Airshow, Inglaterra, um dos mais importantes certames relacionados com a área da aeronáutica e defesa. Durante o evento a OGMA promoveu uma intensa agenda de reuniões e visitaram o stand da OGMA diversas delegações de várias Forças Aéreas Internacionais.
- Foram efetuados Investimentos significativos em máquinas e equipamentos de elevado grau tecnológico, nomeadamente a aquisição de uma rebitadora automática e um moderno e sofisticado equipamento de remoção de revestimentos por jacto de água, com vista à melhoria da produtividade e eficiência, respetivamente na área de Aeroestruturas e de Motores e Componentes;

A OGMA obteve a certificação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001:2007), visando a execução de uma gestão eficaz dos riscos operacionais e melhoria do desempenho, com foco nas condições de saúde e de segurança das atividades e na prevenção de acidentes, na redução de riscos e no bem-estar dos seus Colaboradores.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido cifrou-se em 6,7 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 7% comparado com o ano de 2013.

O EBITDA cifrou-se em cerca de 12,6 milhões de euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	140.142	120.197	141.136	159.372	168.636	166.772
Margem Bruta	99.249	78.929	79.067	81.649	83.478	89.341
Resultados Operacionais	6.282	11.487	14.169	13.292	9.553	9.313
Resultados Financeiros	-398	-185	12	-175	-254	-315
Resultado Líquido	10.336	10.505	10.813	9.075	7.230	6.729
EBITDA	10.014	13.220	15.854	15.072	12.084	12.591
Número de Trabalhadores	1.684	1.652	1.616	1.517	1.574	1.563

(Mil Euros)

Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	21.598	22.998	24.468	27.552	28.544	35.176
Ativo corrente	111.715	111.656	119.186	132.437	134.883	125.552
Disponibilidades	7.762	9.049	6.201	9.980	18.471	20.502
Diferimentos	606	491	434	252	493	840
Total do Ativo	133.313	134.654	143.654	159.989	163.427	160.728
Capitais Próprios	65.723	74.753	83.274	89.413	94.828	100.108
Passivo não Corrente	12.403	5.794	5.403	10.415	8.952	7.824
Passivo Corrente	55.187	54.107	54.977	60.161	59.648	52.797
Diferimentos	4.075	5.577	3.061	9.929	7.543	17.884
Passivo+Cap. Próprios	133.313	134.654	143.654	159.989	163.427	160.728

NÚCLEO FINANCEIRO/GESTÃO DE SISTEMAS DE ARMAMENTO

2.2.10. DEFAERLOC

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Mediante Despacho do Senhor Ministro da Defesa Nacional em outubro de 2005, foi confiada, à Empordef (SGPS), S.A., a criação de uma SPV - Special Purpose Vehicle - denominada DEFAERLOC, através da qual se adquiriram doze Aeronaves EADS CASA C-295M, sete das quais destinadas ao Transporte Aéreo Tático (TAT) e as restantes cinco à vigilância marítima (VIMAR).

Simultaneamente foram celebrados:

- Contrato de Locação Operacional com o Estado – o locatário;
- Contrato de aquisição das aeronaves;
- Contrato de manutenção das aeronaves.

As supra referidas EADS CASA C-295M tiveram como propósito a substituição das aeronaves CASA C-212-300 AVIOCAR. Este desígnio encontra-se inscrito na Lei de Programação Militar

1/2003 com a menção de Transporte Aéreo Tático, posteriormente revisto e inscrito na Lei 4/2006 de 4 de agosto de 2006.

Adjudicado o contrato de fornecimento das aeronaves à empresa EADS-CASA, sediada em Madrid, foram celebrados, com a colaboração técnica da Força Aérea Portuguesa, os seguintes Contratos:

- Contrato de Aquisição das Aeronaves; e
- Contrato de Manutenção das Aeronaves.

O segundo contrato, de manutenção correspondente a um FISS - *Full In Service Support*, está suportado num valor base por hora de voo, atendendo à disponibilidade para utilização prevista das aeronaves.

Concomitantemente a DEFAERLOC, S.A., celebrou dois outros Contratos:

- Contrato de Locação com o Estado/ Ministério da Defesa Nacional;
- Contrato de Cessão de Créditos com um Sindicato Bancário, constituído pela Caixa Geral de Depósitos/Caixa Banco de Investimento e pelo Barclays Capital, apurado por Concurso Público a nível internacional.

O Contrato de Locação com o Estado Português possibilita a utilização das aeronaves por um período temporal de quinze anos, renovável por igual período.

O Contrato de Cessão de Créditos, celebrado com o supra referido Sindicato Bancário, viabilizou financeiramente a aquisição das aeronaves, mediante os pagamentos contratualmente previstos ao fornecedor.

A par dos desembolsos advenientes dos referidos pagamentos, os Bancos adquiriram direitos de crédito sobre as rendas, que vão sendo pagas pelo Estado no âmbito do Programa previsto na Lei de Programação Militar, cuja duração é de quinze anos.

Releve-se o facto de que foi a primeira vez, no dia 17 de fevereiro de 2006, que no âmbito de uma aquisição, em conformidade com a Lei de Programação Militar, todos os Contratos se celebraram simultaneamente, o que possibilitou ao Estado Português agilizar e maximizar a eficiência de recursos no processo de aquisição militar.

A operação da frota C-295M e a execução do contrato de manutenção (FISS - *Full In Service Support*) decorreram dentro da normalidade, não se tendo verificado a ocorrência de qualquer acidente durante o ano de 2014.

Em 2014 a Força Aérea realizou 3.306 horas de voo, 2.162 horas de voo em aeronaves com configuração TAT e 1.144 horas de voo em aeronaves com configuração VIMAR. A faturação relativa a este contrato ascendeu a 4.976.459 € (valor sem IVA), correspondentes à operação relativa ao 4º trimestre de 2013 e aos primeiros dez meses de 2014. Registe-se que o valor reconhecido como rendimentos do ano corresponde à totalidade do exercício de 2014.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido foi negativo em cerca de 2 mil euros, o que representa uma variação positiva relativamente ao ano anterior em cerca de 71%.

O EBITDA atingiu o valor de 24,8 milhões de euros.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	1.081	2.815	17.836	37.792	29.315	31.417
Margem Bruta	1.081	2.815	17.836	37.792	29.315	31.417
Resultados Operacionais	-21	-12	-9	7	-9	-7
Resultados Financeiros	0	0	0	1	1	5
Resultado Líquido	-21	-12	-9	7	-8	-2
EBITDA	-21	-12	13.350	32.743	24.824	24.766
Número de Trabalhadores	0	0	0	0	0	0

(Mil Euros)

Balanço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	189.210	241.470	332.077	305.572	280.699	255.875
Ativo corrente	32	1.908	1.317	7.872	9.424	7.078
Disponibilidades	26	21	682	4	2.568	13
Diferimentos	606	0	0	0	0	0
Total do Ativo	189.242	243.378	333.394	313.444	290.123	262.952
Capitais Próprios	29	17	9	16	58	56
Passivo não Corrente	0	0	302.625	278.867	255.914	231.296
Passivo Corrente	189.213	243.360	30.761	34.561	34.151	31.601
Diferimentos	172.546	224.254	26.505	26.690	24.770	24.564
Passivo+Cap. Próprios	189.242	243.378	333.394	313.444	290.123	262.952

2.2.11. DEFLOC

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O programa de investimento público criado ao abrigo da LPM incluía a substituição da frota de helicópteros PUMA da Força Aérea Portuguesa. Em sua execução, o Governo lançou um procedimento adjudicatório ao abrigo do qual foram adquiridos 12 helicópteros EH-101, através de uma relação contratual tripartida, de que foram partes o adjudicatário do fornecimento, a DEFLOC e o Estado Português.

A DEFLOC foi constituída em 18 de Setembro de 2001, como uma sociedade de propósito específico para corporizar o veículo societário que assumiria a propriedade da frota e, consequentemente, a posição de locador da mesma em favor do Estado para uso da FAP.

Ao abrigo do contrato de fornecimento, a DEFLOC adquiriu 10 helicópteros EH-101 na versão SAR/CSAR (para execução, pela FAP, de missões de busca e salvamento e busca e salvamento em combate) e o Estado Português adquiriu diretamente 2 helicópteros na versão SIFICAP (para operar no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades de Pesca).

No ano de 2014 esteve vigente no primeiro semestre a prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção à frota dos helicópteros EH-101 (FISS-Full in Service Support), operada pela Força Aérea Portuguesa, celebrado com a Agusta Westland Limited, formalizada a 19 de dezembro de 2013 por um período adicional de 6 meses.

A proposta final para um novo contrato de manutenção com a Agusta Westland Limited foi adjudicada pela DEFLOC a 16 de maio após consulta à Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED). O novo contrato, denominado FISS 2, foi assinado a 3 de junho e iniciou a sua vigência a 1 de julho por um prazo de 4 anos e meio, até 31 de dezembro de 2018.

O Contrato FISS 2 contratualiza serviços para um número mínimo de 7.875 horas de voo, com um custo associado de 56.281.926 €.

Este novo contrato permite uma maior flexibilidade no número de horas a voar pela Força Aérea, sendo adaptável às suas necessidades tendo presente a sua capacidade orçamental. Relativamente ao contrato anterior é assegurada uma poupança de custos que pode ir até aos 5 milhões de euros, através de:

- Redução do número de horas mínimas de voo (2.000/ano no contrato FISS, 1.750 no contrato FISS 2). Desta forma, a despesa mínima comprometida reduz-se em cerca de 4,75 milhões de euros.

- Redução significativa do preço das horas de voo adicionais acima dos mínimos contratados. Para além de um preço unitário mais reduzido, estas podem agora ser também adquiridas em blocos de 125 horas a um preço ainda mais favorável. Se o regime de esforço nos 4,5 anos do contrato estiver alinhado com os máximos permitidos pelo contrato, a poupança final quando feita a comparação com os preços do contrato anterior é de cerca de 5 milhões de euros.

Melhorou-se também a forma de pagamento, permitindo uma distribuição dos encargos ao longo do ano.

Este contrato permite a transferência da manutenção para a Força Aérea, caso esta desenvolva internamente esta capacidade de manutenção, ainda que com lugar a compensação financeira.

A prestação de serviços da Agusta Westland não inclui no seu âmbito a manutenção dos motores RTM322 02/8 Mk250 instalados nos helicópteros, sendo esta manutenção assegurada através de contrato com Turbomeca S.A..

Em fevereiro de 2014 foi adjudicada a versão final da proposta da Turbomeca para o fornecimento dos serviços necessários à implementação na Força Aérea da capacidade de manutenção de segundo escalão (publicações técnicas, formação, suporte logístico, etc.). As publicações técnicas do segundo escalão de manutenção foram entregues em outubro de 2014, estando ainda em curso no fim do ano as entregas das ferramentas e dos materiais consumíveis de segundo escalão.

Dos 6 motores enviados no final de 2013 para realização de diagnóstico e orçamento de reparação, foi em dezembro de 2014 recebido orçamento de reparação para 3 deles (números de série 1303, 1316 e 1328), com valores de reparação por motor entre 778.576 € e 831.067 €. À data de conclusão deste relatório, estão ainda pendentes de receção os orçamentos de reparação para os restantes 3 motores (números de série 1311, 1324 e 1326).

Durante o ano de 2014 observou-se uma deterioração da disponibilidade dos motores, não obstante o desenvolvimento de ações com vista a devolver à condição operacional o máximo número de motores possível, como sejam a reparação ou revisão de componentes com avaria ou por limite de calendário ou intervenções feitas localmente pela Turbomeca com o acompanhamento da Força Aérea. No final do ano de 2014 estavam disponíveis para operação um total de apenas 15 motores dos 38 da frota (3 por helicóptero mais 2 sobresselentes).

Dada a situação de manutenção dos motores, foi acordado entre a DEFLOC e a Força Aérea o desenvolvimento de um conjunto de ações, designadamente:

- Aprofundamento dos contactos em curso com a Turbomeca no sentido de identificar soluções que no curto prazo possam contribuir para devolver motores à condição operacional;
- Promover o início de discussões com a Turbomeca conducentes à definição de um modelo contratual alternativo, que preveja uma garantia de níveis disponibilidade dos motores;
- Estabelecimento de contactos com a Agusta Westland Limited para eventual identificação de soluções alternativas.

Em ambos os períodos contratuais de 2014, a não-disponibilidade média da frota, medida de acordo com os critérios estabelecidos nos contratos com a Agusta Westland Limited, foi de 33%, não se tendo registado qualquer missão de treino ou operacional falhada por causa imputável à Agusta Westland. Este valor não reflete no entanto com rigor a disponibilidade real dos helicópteros, já que esta foi prejudicada pelos elevados níveis de indisponibilidade dos motores.

Em março de 2014 S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional autorizou o aumento do regime de esforço da frota EH-101 para 2.250 horas de voo. Este objetivo não chegou a ser atingido, registando-se em 2014 um número total de horas de voo da frota de 1.956,74.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido foi negativo em cerca de 32 mil euros, o que representa uma variação positiva, relativamente ao ano anterior, em cerca de 54%.

O EBITDA atingiu o valor de 22,8M de euros, semelhante ao obtido no ano anterior.

(Mil Euros)

Demonstração de Resultados	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volume de Negócios	25.226	39.213	36.353	35.841	36.834	42.866
Margem Bruta	25.226	39.213	36.353	35.841	36.834	42.866
Resultados Operacionais	-34	8	43	-32	-80	-31
Resultados Financeiros	-33	-2	-4	6	12	-1
Resultado Líquido	-67	4	29	-26	-71	-32
EBITDA	22.771	22.813	22.848	22.773	22.725	22.774
Número de Trabalhadores	0	0	0	1	1	0

(Mil Euros)

Balço	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo não corrente	283.038	260.950	238.145	215.340	192.535	169.730
Ativo corrente	5.752	3.752	3.447	3.019	387	1.003
Disponibilidades	3.167	240	374	1.008	186	787
Diferimentos	2.579	2.632	1.180	1.614	13	0
Total do Ativo	288.790	264.702	241.592	218.360	192.923	170.733
Capitais Próprios	-700	21	49	23	158	126
Passivo não Corrente	0	0	0	0	0	0
Passivo Corrente	289.491	264.682	241.543	218.336	192.764	170.607
Diferimentos	283.760	260.956	260.956	215.340	192.540	169.735
Passivo+Cap. Próprios	288.790	264.702	241.592	218.360	192.923	170.733

NUCLEO IMOBILIÁRIO

2.2.12. EXTRA

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Em resultado da cisão simples da SPEL - Sociedade Portuguesa de Explosivos S.A., foi destacado para a sociedade Ribeira D'Atalaia - Sociedade Imobiliária S.A., património essencialmente composto pelas ações da EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A., detidas pela SPEL.

Com a operação de cisão terminou a relação de grupo existente entre a SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos S.A., e a sociedade EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A., sendo que a SPEL deixou de ser titular de qualquer ação do Capital Social da EXTRA, passando esta a ser controlada a 100% pela sociedade Ribeira D'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

Em Assembleia Geral de 2 de abril de 2014 da Ribeira D'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A, foi decidida a dissolução desta Sociedade tendo ocorrido a sua liquidação em 5 de dezembro de 2014. Com esta liquidação, as ações por si detidas da sociedade EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A. passaram a ser detidas pela EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SA (185.380 ações) e pela INFACAL – Gestão de Investimentos, Lda (124.620 ações).

Em 14 de julho de 2014 foi efetuada uma alteração ao contrato de Cessão de Exploração celebrado entre a empresa e a Maxampor, sendo que a partir de 1 de janeiro de 2014 o referido contrato passou a ter a duração de cinco anos, sendo sucessivamente renovável por períodos de três anos.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do exercício é positivo em 56 mil euros o que compara com um valor também positivo de 51 mil euros em 2013.

O EBITDA registou um valor de 77 mil euros.

(Mil Euros)		
Demonstração de Resultados	2013	2014
Volume de Negócios	0	0
Margem Bruta	0	0
Resultados Operacionais	74	76
Resultados Financeiros	-17	-16
Resultado Líquido	51	56
EBITDA	74	77
Número de Trabalhadores	0	0

2.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DE 2014

A consolidação abrange todas as empresas participadas detidas pela EMPORDEF. Conforme tem vindo a ser prática em exercícios anteriores, foi aplicado o método de consolidação integral às participações superiores a 50% e o método de equivalência patrimonial às restantes, com participação entre 20 e 50%.

Quadro 1: Evolução dos Indicadores Económicos

Milhões€						
CONTAS CONSOLIDADAS	2009 (Reexpresso)	2010 (SNC Reexpresso)	2011 (SNC Reexpresso)	2012 (SNC Reexpresso)	2013 (SNC)	2014 (SNC)
Volume de Negócios	96,0	92,1	86,0	117,2	85,5	108,2
Margem Bruta	69,9	86,2	82,3	114,2	82,1	98,8
% Margem Bruta/Vendas	72,9	93,6	95,6	97,5	96,1	91,3
Resultado Operacional Líquido	-11,6	-31,1	-15,2	-4,7	-42,7	-16,2
Resultados Financeiros	-5,3	-4,6	-7,4	-12,4	-14,4	-13,7
Resultado Consolidado Líquido	-17,4	-36,8	-22,7	-17,3	-57,2	-26,7

O volume de negócios consolidado de 2014 apresenta uma variação positiva de cerca de 27% relativamente a 2013. O peso da Margem Bruta registou uma variação positiva de cerca de 20%.

Os resultados consolidados líquidos negativos apresentam uma evolução positiva relativamente aos verificados em 2013, essencialmente devido ao resultado negativo registado nos ENVC não ter apresentado uma evolução positiva passando de um valor negativo de cerca de 52,4 milhões de euros para um negativo de cerca de 29 milhões de euros.

Recordamos que as seguintes empresas: EID, Edisoft, OGMA, e NavalRocha não são consolidadas, ou seja o seu desempenho está explícito apenas nos Ganhos e Perdas em Empresas Associadas, dado que é aplicado o Método da Equivalência Patrimonial.

Os dois mapas abaixo apresentados pretendem demonstrar o peso de cada pólo no desempenho do Grupo EMPORDEF.

Quadro 1:a. Evolução dos Indicadores Económicos - 2014 Milhões€

CONTAS CONSOLIDADAS	Naval	TIC	Finan
Volume de Negócios	31	2	74
Margem Bruta	22	1	74
% Margem Bruta/Vendas	71	88	100
Resultado Operacional Líquido	-18	0	0
Resultados Financeiros	-12	0	0
Resultado Consolidado Líquido	-27	0	0

Quadro 1:b. Evolução dos Indicadores Económicos - 2013 Milhões€

CONTAS CONSOLIDADAS	Naval	TIC	Finan
Volume de Negócios	17	2	66
Margem Bruta	13	2	66
% Margem Bruta/Vendas	80	96	100
Resultado Operacional Líquido	-47	0	0
Resultados Financeiros	-11	0	0
Resultado Consolidado Líquido	-57	0	0

A comparação dos mapas acima, permite visualizar o peso de cada um dos pólos, sendo de destacar o Pólo Naval, pelo impacto nos Resultados e o Pólo financeiro/gestão de sistemas pelo resultado nulo, tal como definido e implementado.

Quadro 2: Evolução dos Indicadores Financeiros e de Equilíbrio Financeiro

CONTAS CONSOLIDADAS	Milhões€					
	2009 (Reexpresso)	2010 (SNC Reexpresso)	2011 (SNC Reexpresso)	2012 (SNC Reexpresso)	2013 (SNC)	2014 (SNC)
Autonomia Financeira	17%	11%	3%	-2%	-10%	-14%
Solvabilidade	21%	13%	4%	-2%	-9%	-13%
Capitais Permanentes	222,1	616,7	611,1	539,3	413,3	319,8

Quadro 3: Evolução dos Indicadores de Rendibilidade

CONTAS CONSOLIDADAS	2009 (Reexpresso)	2010 (SNC Reexpresso)	2011 (SNC Reexpresso)	2012 (SNC Reexpresso)	2013 (SNC)	2014 (SNC)
Rendibilidade Líquida das Vendas	-17,9%	-39,7%	-26,1%	-14,4%	-66,5%	-24,7%
Rendibilidade do Investimento	-1,9%	-4,3%	-2,6%	-2,1%	-7,6%	-4,0%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-21,2%	-24,0%	-23,8%	-57,0%	326,2%	36,2%

A rendibilidade das vendas é negativa e decorre do resultado líquido consolidado negativo.

A rendibilidade do investimento é negativa e deriva também dos prejuízos subjacentes.

Quadro 4: Evolução de Indicadores Diversos

CONTAS CONSOLIDADAS	Mil€					
	2009 (Reexpresso)	2010 (SNC Reexpresso)	2011 (SNC Reexpresso)	2012 (SNC Reexpresso)	2013 (SNC)	2014 (SNC)
Total do Ativo Líquido	894.157	840.416	853.334	819.150	753.357	671.321
Total de Capitais Próprios	152.396	94.361	29.683	-17.443	-73.874	-96.730
N.º Médio de Empregados	1.616	1.435	1.317	1.287	1.227	601
Volume Negócios/Empregado	59,4	64,2	65,3	91,1	69,7	180,0

O ativo líquido decresce neste exercício apresentando uma variação negativa de cerca de 82 milhões de euros (11%).

O número médio de trabalhadores continuou a diminuir e traduz a necessidade do grupo em redimensionar o seu quadro de efetivos de acordo com os devidos critérios económicos e financeiros.

O volume de negócios por trabalhador apresentou, relativamente a 2013, um acréscimo de cerca de 158%, passando de 69,7 mil Euros em 2013 para 180 mil Euros.

Quadro Resumo de Resultados de Gestão

unid: €

	2013	2014
Resultado Operacional	-42.698.914	-16.170.007
Rentabilidade do Capital Investido	-13,83%	-9,33%
Exportação (peso dos Mercados Externos - % Volume de Negócios)	63%	59%

3. DIVERSOS

Foram durante todo o ano desenvolvidas ações de preparação do fim de todas as operações da ENVC, com a alienação dos ativos que não fizeram parte do processo de subconcessão, a finalização de processos de garantia das últimas construções, nomeadamente os NPO da Marinha portuguesa, bem como o acompanhamento da resolução de um elevado número de ações judiciais e contenciosos diversos. Prosseguiu-se a execução do Plano Social de diminuição dos efetivos ao serviço da empresa, remanescendo um pequeno efetivo necessário às últimas atividades a empreender. Concretizou-se a venda do navio Atlântida por concurso internacional.

Mantiveram-se as ações para cumprimento do contrato de construção dos dois Navios Asfalteiros para o Armador PDVSA Naval.

Dando corpo a indicações da Tutela foram adjudicados, em julho, os serviços da empresa Augusto Mateus e Associados com vista à “aquisição de serviços de Consultoria Técnica para o Arsenal do Alfeite”, que materializem cenários de futuro desenvolvimento para esta empresa participada.

Dando sequência a um Despacho do MDN sobre a “renegociação de contratos para a sustentação dos meios da Força Aérea” desenvolveram-se ações em conjunto com o Gabinete da SEADN e a DGAIED/DGRDN, com vista à “dissolução das empresas Defloc e Defaerloc e a distribuição das responsabilidades pela FA e pelo Ministério da Defesa Nacional”.

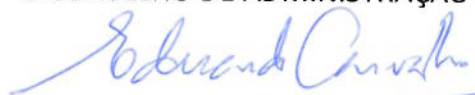
4. AGRADECIMENTOS

No que respeita ao exercício de 2014, o Conselho de Administração pretende manifestar o seu agradecimento:

- Ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, à Senhora Ministra das Finanças, à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e à Senhora Secretária de Estado do Tesouro, pelas orientações e apoio concedidos;
- À Senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, por toda a colaboração;
- À Banca, pelo reiterado apoio recebido;
- Aos outros Órgãos Sociais da EMPORDEF pela colaboração prestada;
- Aos Gestores das empresas participadas e associadas pelo seu esforço e dedicação; e
- Aos restantes colaboradores de todas as empresas do Grupo pelo serviço e trabalho dedicado.

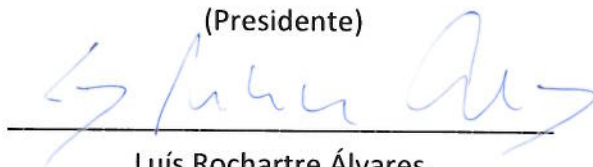
Lisboa, 21 de maio de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eduardo Carvalho

(Presidente)



Luís Rochartre Álvares

(Vogal Executivo)

CONTAS CONSOLIDADAS



BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



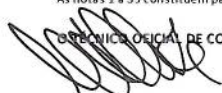
BALANÇO CONSOLIDADO em 31 de DEZEMBRO de 2014 e 2013

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

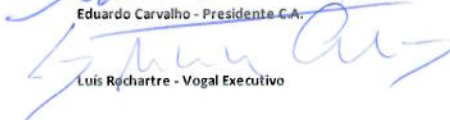
RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			31-12-2014	31-12-2013
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	556.583.110,52	619.748.682,68	
Propriedades de investimento	9	7.228.104,26	7.257.548,16	
Ativos intangíveis	8	149.448,14	254.339,01	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	42.112.427,31	40.288.829,72	
Participações financeiras - outros métodos	12	23.744,18	23.389,83	
Outros ativos financeiros	13	5.924.306,95	5.794.747,92	
Ativos por impostos diferidos	14	1.738.286,39	2.082.537,42	
		613.759.427,75	675.450.074,74	
Ativo corrente				
Inventários	10	20.679.973,10	37.331.372,49	
Clientes	11	3.379.785,26	2.421.131,41	
Adiantamentos a fornecedores		487.695,54	880.175,61	
Estados e outros entes públicos	16	2.366.432,08	1.415.081,89	
Outras contas a receber	15	10.807.012,35	10.206.094,58	
Diferimentos	22	38.920,86	81.388,12	
Caixa e depósitos bancários	4	19.802.212,36	25.572.103,14	
		57.562.031,55	77.907.347,24	
Total do Ativo		671.321.459,30	753.357.421,98	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	18	174.275.000,00	174.275.000,00	
Prêmios de emissão	(i)	16.475.828,25	16.475.828,25	
Reservas legais	(i)	9.440.936,97	9.440.936,97	
Resultados transitados	(i)	(360.224.884,69)	(308.454.939,38)	
Ajustamentos em ativos financeiros	(i)	(4.960.092,86)	(4.960.253,33)	
Excedentes de revalorização	(i)	27.672.765,37	34.947.868,14	
Outras variações no capital próprio	(i)	4.042.135,84	4.049.388,32	
Subsídio	(i)	61.858.911,37	62.325.991,67	
Resultado líquido do período	(i)	(26.761.048,25)	(56.897.650,88)	
Interesses minoritários	18	1.450.511,11	(5.076.464,98)	
Total do capital próprio		(96.729.936,89)	(73.874.295,22)	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	20	1.573.665,15	2.959.561,70	
Financiamentos obtidos	17	10.949.804,72	20.423.846,96	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25	-	7.527.733,00	
Passivos por impostos diferidos	14	7.616.478,56	11.099.183,63	
Estado e outros entes públicos	16	888.121,39	-	
Outras contas a pagar	15	17.261.284,18	19.524.990,67	
Diferimentos	22	378.226.486,73	425.649.021,02	
		416.515.840,73	487.184.336,98	
Passivo corrente				
Fornecedores	21	3.155.953,47	9.324.434,01	
Adiantamentos de clientes	19	14.133.939,51	13.838.550,00	
Estado e outros entes públicos	16	2.216.822,66	3.420.602,13	
Financiamentos obtidos	17	255.890.562,63	200.042.028,00	
Outras contas a pagar	15	23.172.690,03	58.636.599,70	
Provisões	20	-	-	
Diferimentos	22	52.965.587,16	54.785.166,38	
		351.535.555,46	340.047.380,22	
Total do passivo		768.051.396,19	827.231.717,20	
Total do capital próprio e do passivo		671.321.459,30	753.357.421,98	

(i) - ver Demonstração alterações capital próprio.

As notas 1 a 35 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.


Nuño Duarte R. Clemente

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Carvalho - Presidente C.A.

Luis Rochartre - Vogal Executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de DEZEMBRO de 2014 e 2013

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	23	108.193.089,33	85.513.228,30
Subsídios à exploração		16.343,78	10.184,43
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	12	2.906.647,30	3.320.157,01
Variação nos inventários da produção	29	(44.415.415,60)	1.755.842,40
Trabalhos para a própria entidade	30	222.252,99	377.466,41
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	(9.362.759,42)	(3.373.806,55)
Fornecimentos e serviços externos	24	(33.195.402,67)	(25.687.853,78)
Gastos com o pessoal	25	(18.608.013,46)	(58.578.820,80)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	28.258.769,04	(6.906.387,86)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(332.726,90)	(142.488,86)
Provisões (aumentos/reduções)	20	1.385.896,55	4.133.141,24
Outros rendimentos e ganhos	26	12.566.489,63	12.610.174,66
Outros gastos e perdas	31	(10.755.607,26)	(2.158.101,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		36.879.563,31	10.872.735,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	(53.049.570,54)	(53.571.649,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(16.170.007,23)	(42.698.913,77)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	243.210,85	173.098,36
Juros e gastos similares suportados	28	(13.909.008,07)	(14.618.460,05)
Resultado antes de impostos		(29.835.804,45)	(57.144.275,46)
Imposto sobre o rendimento do período	32	3.097.311,23	(96.883,37)
Resultado líquido do período		(26.738.493,22)	(57.241.158,83)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(26.761.048,25)	(56.897.650,88)
Interesses minoritários		22.555,03	(343.507,95)
		(26.738.493,22)	(57.241.158,83)
Resultado por ação básico		(0,77)	(1,64)

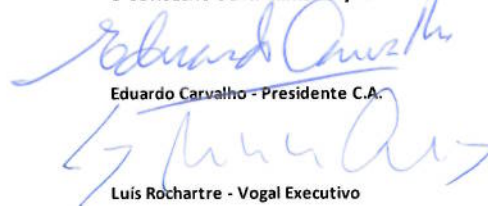
As notas 1 a 35 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Nuno Duarte R. Clemente

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



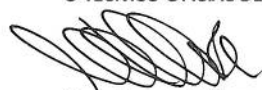
Eduardo Carvalho - Presidente C.A.
Luís Rochartre - Vogal Executivo

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(em Euros)

	NOTAS	2014	2013
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		76.130.262,16	93.689.368,40
Pagamentos a fornecedores		(49.692.470,85)	(43.741.110,78)
Pagamentos ao pessoal		(43.762.230,12)	(23.730.424,28)
Caixa gerada pelas operações		(17.324.438,81)	26.217.833,34
Pagamento IRC		(114.905,26)	(194.641,72)
Outros recebimentos/pagamentos		(31.955.070,00)	(28.870.716,73)
Fluxo das Atividades Operacionais (1)		(49.394.414,07)	(2.847.525,11)
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		(104.152,53)	(206.903,97)
Activos fixos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(175.000,00)
Outros ativos		(9.801,26)	(23.156,74)
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		1.847.017,81	5.000,00
Subsídios ao investimento		90.210,43	9.252,45
Juros e rendimentos similares		80.843,15	12.450,39
Dividendos		1.067.311,61	1.345.689,65
Fluxo das Atividades de Investimento (2)		2.971.429,21	967.331,78
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		1.242.657.333,57	588.739.435,32
Outras operações de financiamento		694.460,96	782,22
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos concedidos		(1.185.580.827,64)	(549.839.006,93)
Juros e gastos similares		(11.703.347,60)	(10.322.575,56)
Dividendos		-	-
Outras operações de financiamento		(5.413.861,50)	(9.542.760,28)
Fluxo das Atividades de Financiamento (3)		40.653.757,79	19.035.874,77
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(5.769.227,07)	17.155.681,44
Efeito das diferenças de câmbio		670,02	(1.382,27)
Caixa e equivalentes no início do período	4	25.572.103,14	8.417.803,97
Alteração do perímetro de consolidação		(1.334,03)	
Caixa e equivalentes no fim do período	4	19.802.212,06	25.572.103,14

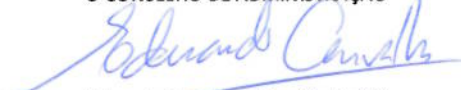
As notas 1 a 35 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

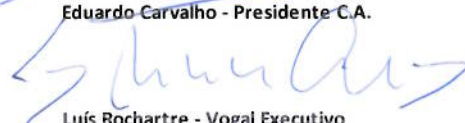


Nuno Duarte R. Clemente

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Eduardo Carvalho - Presidente C.A.



Luís Rochartre - Vogal Executivo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA



Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2014

Unidade monetária (Euros)

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Subsídio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	174.275.000,0	16.475.828,25	9.440.936,97	(308.454.939,38)	(4.960.253,33)	34.947.868,14	4.049.388,32	62.325.991,67	(56.897.650,88)	(68.797.830,24)	(5.076.464,98)	(73.874.295,22)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							(7.275.102,77)				(7.275.102,77)		(7.275.102,77)
Aplicação do resultado líquido					(56.897.650,88)					56.897.650,88			-
Ajustamentos em impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					5.127.705,57	160,47		(7.252,48)	(467.080,30)		4.653.533,26	6.526.976,09	11.180.509,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				(51.769.945,31)	160,47	(7.275.102,77)	(7.252,48)	(467.080,30)	56.897.650,88	(2.621.569,51)	6.526.976,09	3.905.406,58
RESULTADO INTEGRAL	3									(26.761.048,25)	(26.761.048,25)		(26.761.048,25)
Distribuições	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	174.275.000,00	16.475.828,25	9.440.936,97	(360.224.884,69)	(4.960.092,86)	27.672.765,37	4.042.135,84	61.858.911,37	(26.761.048,25)	(98.180.448,0)	1.450.511,11	(96.729.936,89)

As notas 1 a 35 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

OTÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2013

Unidade monetária (Euros)

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Prémios de Emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Subsídio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	174.275.000,0	16.475.828,25	9.440.936,97	(293.212.840,49)	(4.874.493,10)	34.982.121,81	4.349.348,79	62.775.496,03	(16.930.020,06)	(12.718.621,80)	(4.724.520,21)	(17.443.142,01)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					1.676.215,83		(1.676.215,83)						-
Aplicação do resultado líquido					(16.930.020,06)					16.930.020,06			-
Ajustamentos em impostos diferidos							1.641.962,16				1.641.962,16		1.641.962,16
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					11.705,34	(85.760,23)		(299.960,47)	(449.504,36)	0,00	(823.519,72)	(351.944,77)	(1.175.464,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				(15.242.098,89)	(85.760,23)	(34.253,67)	(299.960,47)	(449.504,36)	16.930.020,06	818.442,44	(351.944,77)	466.497,67
RESULTADO INTEGRAL	3									(56.897.650,88)	(56.897.650,88)		(56.897.650,88)
Distribuições	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6=1+2+3+5	174.275.000,00	16.475.828,25	9.440.936,97	(308.454.939,38)	(4.960.253,33)	34.947.868,14	4.049.388,32	62.325.991,67	(56.897.650,88)	(68.797.830,24)	(5.076.464,98)	(73.874.295,22)

As notas 1 a 35 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



1. Nota Introdutória

A EMPORDEF, Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. (adiante designada apenas por Empordef) foi criada pelo Decreto-Lei nº235-B/96 de 12 de dezembro. Trata-se de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo objeto social é a gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas, direta ou indiretamente, a atividades de defesa.

Sede social - Rua Braamcamp, Nº90 7º Piso, 1250-052 Lisboa.

Capital Social: 174.275.000,00 Euros

NIPC: 503 852 090

As demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, foram preparadas para o exercício findo em 31 dezembro de 2014, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura conceptual.

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo consolidado, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia 21 de maio de 2015, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As empresas que estão incluídas no perímetro de consolidação a 31.12.2014 e 31.12.2013 são as seguintes:

2014

Empresa	Sede	%	Custo de Aquisição	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Av. Da Praia Norte 4900-350 Viana do Castelo	100	2.500.000,00	(223.877.386,28)	(29.036.918,75)
Arsenal do Alfeite, S.A.	Base Naval de Lisboa 2810-001 Almada	100	32.400.000,00	86.708.157,87	2.366.750,78
IdD, plataforma das indústrias de defesa, S.A.	Rego da Amoreira 2890-000 Alcochete	100	50.000,00	922.005,86	122.284,72
EEN (Ex-OGMA Imobiliária, S.A.)	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	100	38.962.479,15	(17.950,43)	(86.447,16)
Empordef TI Tecnologias de Informação S.A.	Quinta dos Medronheiros Lazarim 2825-049 Caparica	100	396.318,05	692.805,08	(302.671,60)
Defaerloc, Locação de Aeronaves Militares, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	100	50.000,00	55.852,23	(2.344,71)
Defloc, Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	81	101.250,00	125.844,02	(32.347,52)
Extra - Explosivos da tráfaria, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	59,80	926.900,00	3.608.236,60	56.107,03
Total			75.386.947,20	(131.782.435,05)	(26.915.587,21)

2013

Empresa	Sede	%	Custo de Aquisição	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Av. Da Praia Norte 4900-350 Viana do Castelo	100	2.500.000,00	(193.463.771,81)	(52.420.063,91)
Arsenal do Alfeite, S.A.	Base Naval de Lisboa 2810-001 Almada	100	32.400.000,00	84.869.642,16	(4.890.433,57)
IdD, plataforma das indústrias de defesa, S.A.	Rego da Amoreira 2890-000 Alcochete	100	50.000,00	799.721,14	(81.862,12)
EEN (Ex-OGMA Imobiliária, S.A.)	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	100	38.962.479,15	68.496,73	3.298,28
Empordef TI Tecnologias de Informação S.A.	Quinta dos Medronheiros Lazarim 2825-049 Caparica	100	396.318,05	979.578,12	17.747,25
Defaerloc, Locação de Aeronaves Militares, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	100	50.000,00	58.196,94	(8.062,48)
Defloc, Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	81	101.250,00	158.191,54	(70.806,92)
Ribeira D'Atalaia, Sociedade Imobiliária, S.A.	Rua Braamcamp, N°90 1250-052 Lisboa	56,58	974.628,40	(11.651.952,36)	(760.182,76)
Total			75.434.675,60	(118.181.897,54)	(58.210.366,23)

O método de consolidação utilizado foi o método de consolidação integral.

As políticas contábilísticas apresentadas na nota 3 foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2013.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço consolidado e da demonstração consolidada dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, havendo no entanto a registrar as reexpressões efetuadas conforme nota 5.

Conforme previsto na NCRF 3 as demonstrações financeiras consolidadas incluem informação comparativa com referência a 31 de dezembro de 2013, preparada de acordo com o SNC.

2. Referencial Contábilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da Empordef são preparadas de acordo com as Normas Contábilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") emitidas e em vigor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contábilísticas a adotar pela Empordef, com impacto significativo no valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.25.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais Políticas Contábilísticas

As principais políticas contábilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo:



3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação dos pressupostos contabilísticos e a quantia dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.2 Propriedades de Investimento

O grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo um período de vida útil estimado do bem após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Anos de Vida útil

Edifícios e outras Construções 5–50

Os gastos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).



Relativamente aos ativos fixos tangíveis reversíveis da subsidiária ENVC, estes são referentes a edifícios e outras construções existentes na área abrangida pelo contrato de concessão de uso privativo, celebrado com a APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. A área total concessionada é de 277.580 m², dos quais 106.670 m² foram sub-concessionados à empresa ENERCON, GMBH com destino à instalação de estabelecimento industrial de fabrico de aerogeradores eólicos.

Os bens transferidos para a subsidiária Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados – encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de

transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem as suas vidas úteis estimadas. Os períodos de vida útil estimados dos bens são os seguintes:

	<u>Anos</u> <u>de Vida útil</u>
Edifícios e outros	5-50
Equipamento básico	3-30
Equipamento transporte	6-20
Equipamento administrativo	3-25
Outros ativos tangíveis	4-30
Helicópteros/ Aviões	15

No caso específico dos helicópteros e dos aviões, estes encontram-se a ser depreciados numa taxa coincidente com o valor das rendas auferidas.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

3.4 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente, correspondentes a ativos não monetários identificáveis e sem substância física.

Na subsidiária Empordef - Tecnologias de Informação, S.A., existem ativos intangíveis que são constituídos por despesas de desenvolvimento de projetos, valorizadas ao custo de produção que inclui



os gastos de matérias-primas incorporadas, mão de obra, subcontratos e gastos gerais de fabrico, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

3.5 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empordef classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) cujo prazo seja à vista ou tenha maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.



A Empordef avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.



3.5.1 Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros estão registados pelo seu custo, sendo subsequentemente objeto de ajustamento relativamente a perdas de imparidade se o justo valor for inferior à data de relato.

3.6 Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7. Participações financeiras

3.7.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Empordef tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empordef detém sobre uma entidade. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a administração das subsidiárias.

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Empordef. Na aplicação do método da equivalência patrimonial, são eliminadas as transações, saldos e ganhos não realizados.





A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Empordef nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na nota 1.

3.7.2. Associadas

Investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Sociedade. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empordef no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a Empresa detém entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Sociedade tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento do Grupo em Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na mesma, o Grupo reconhece perdas adicionais no futuro, se a Empresa tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das “associadas” são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na nota 12.



3.7.3. Outros métodos

As participações financeiras em que o grupo não assume qualquer controlo ou influência significativa são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.8. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Utiliza-se o custo de aquisição médio ponderado como fórmula de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta, subcontratos e gastos gerais de fabrico.

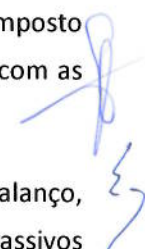
Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

No caso da subsidiária Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, conforme o definido pela NCRF nº19 – Contratos de Construção. De acordo com este método, no final de cada período os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e a soma destes com os gastos estimados para terminar as obras. As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar – Devedores por acréscimos de rendimentos” ou “Diferimentos – rendimentos a reconhecer”, consoante a natureza da diferença.

No que diz respeito à Prestação de Serviços relacionada com as reparações, a subsidiária Estaleiros Navais de Viana do Castelo reconhece os gastos e rendimentos à medida que se incorrem e faturam, respetivamente.

3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.



Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.



Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.10 Subsídios ao Investimento

O subsídio do governo não monetário associado à concessão de ativos não correntes (bens concessionados) atribuído à Arsenal do Alfeite foi reconhecido no capital próprio, ajustado do imposto que lhe está associado, sendo subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona. Adicionalmente, é também reconhecido o ajustamento do correspondente imposto.

3.11 Responsabilidades pós emprego

Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) têm instituído para os seus trabalhadores um Plano de Complementos de Pensões de Reforma, o qual, pelas suas características, é um plano de benefícios definidos. Para cobertura destas responsabilidades, foi constituído um Fundo em 1987, gerido autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

O registo contabilístico segue o disposto pela NCRF 28 – Benefícios dos empregados. Deste modo, tendo por base o estudo atuarial elaborado pela sociedade gestora de fundos de pensões, os ENVC reconhecem em cada exercício os gastos com a atribuição destes benefícios. O custo é registado na rubrica “Gastos com o Pessoal”.

A rubrica “Responsabilidades por – benefícios pós-emprego”, reflete, à data do balanço, a diferença entre o valor de mercado dos ativos financeiros do Fundo e o valor atual das responsabilidades com os benefícios de reforma, sendo os ganhos e perdas atuariais reconhecidos em resultados do exercício.

3.12 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”.



3.13 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio e são inicialmente reconhecidas ao custo (valor nominal), sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.14 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços e são inicialmente registadas pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos em balanço, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.16 Rédito e especialização dos períodos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- 

- 
- O grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
 - O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o grupo;
 - Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, o rédito e os gastos correspondentes são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

De acordo com este método, o rédito diretamente relacionado com as obras em curso é reconhecido na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados das obras (gastos incorridos adicionados dos gastos a incorrer). As diferenças entre o rédito apurado através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza das diferenças.

No caso específico da Arsenal do Alfeite, onde a empresa dispõe de contratos de *cost plus*, aos custos aplicados às obras são acrescidos percentualmente quantias previamente aceites pelo cliente. Nestes contratos nem sempre está definida a data de desfecho contratual, sendo que o rédito do contrato é reconhecido numa base mensal a partir dos trabalhos executados e dos gastos mensalmente incorridos.

No caso específico dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o rédito é determinado e registado de acordo com o grau de acabamento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



O grupo regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o pressuposto da periodização dos períodos, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

O desfasamento temporal entre os momentos de recebimentos e pagamentos e o respetivo reconhecimento como rendimento ou gasto afetam as rubricas de diferimentos (pagamentos e recebimentos a afetar resultados futuros) e de acréscimos, incluídos em outras contas a receber e a pagar (acréscimos de gastos e acréscimos de rendimentos cujo pagamentos e recebimentos ocorrem posteriormente).

3.17 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Conforme preconizado na NCRF 25, os impostos diferidos resultam de diferenças temporais entre o momento em que os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeitos de apuramento da matéria coletável, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e /ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.18 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras (eventos ajustáveis).

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materialmente relevantes (eventos não ajustáveis).

3.19 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empordef possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.



3.20 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos do período, de acordo com o pressuposto da periodização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.21 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma. Os contratos de locação, em que a grupo age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica de “financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são reconhecidas como gastos nas demonstrações de resultados do período.

Nas locações consideradas com operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gasto na Demonstrações dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato de locação.

Através das suas subsidiárias Defloc, S.A. e Defaerloc, S.A., a Empordef, S.A., assume a figura de locador em dois contratos de locação operacional, sendo os ativos reconhecidos em Ativos Fixos Tangíveis e os rendimentos provenientes das locações reconhecidos numa base linear de acordo com o contrato da locação. No que diz respeito aos gastos, incluindo as depreciações, o Grupo segue o estabelecido na nota 3.3 Ativos Fixos Tangíveis.

3.22 Imparidade de Ativos



Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.



Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

De acordo com o preconizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº 12 - Imparidade de Ativos, a recuperabilidade das propriedades de investimento tem que ser analisada comparativamente com os fluxos de caixa descontados gerados pelo arrendamento dos mesmos, à data de referência.

3.23 Capital

As ações são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.24 Passivos financeiros

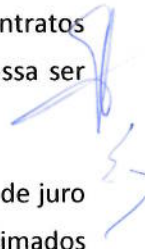
O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empordef classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.





Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.25 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Empordef são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.25.1 Provisões

A Empordef analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.25.2 Ativos tangíveis e intangíveis



A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.



Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão.

3.25.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empordef, tais como: a

disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de Caixa

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria e detalha-se como segue:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		2014		2013	
		Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	13.045,37	13.045,37	14.593,43	14.593,43
	Subtotal	13.045,37	13.045,37	14.593,43	14.593,43
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	11.124.574,40	11.124.574,40	20.866.291,00	20.866.291,00
	Outros depósitos bancários	8.664.592,59	8.664.592,59	4.691.218,71	4.691.218,71
	Subtotal	19.789.166,99	19.789.166,99	25.557.509,71	25.557.509,71
Totais		19.802.212,36	19.802.212,36	25.572.103,14	25.572.103,14

Os valores apresentados em outros depósitos bancários, correspondem essencialmente a aplicações a prazo no IGCP efetuadas pela participada Arsenal do Alfeite.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira da Empresa relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e referidas no respetivo anexo, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

Os saldos e transações com empresas associadas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como se segue :



2014	EID	Edisoft	Naval Rocha	OGMA, S.A.
Cientes				
Empordef SGPS, S.A.	5.365,02	-	-	-
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	99.880,59	11.273,44	66,67	-
EEN (Ex-OGMA Imobiliaria, S.A.)	-	-	-	895,24
Fornecedores				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	(18.716,23)	12.226,20	-	-
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	8.886,53	-	-	1.744,17
Vendas				
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	-	850,00	36.380,00
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	12.133,88	-	-	-
EEN (Ex-OGMA Imobiliaria, S.A.)	-	-	-	14.323,80
FSE				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	362.389,07	724.799,13	-	-

2013	EID	Edisoft	Naval Rocha	OGMA, S.A.
Cientes				
Empordef SGPS, S.A.	5.467,21	-	862,18	-
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	100.180,61	1.333,44	66,67	-
OGMA Imobiliaria, S.A.	-	-	-	895,24
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	18.995,04	-	-	9.382,56
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	-	3.075,00	3.694,92
Fornecedores				
Empordef SGPS, S.A.	-	302,08	-	4.258,71
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	212.652,41	(17.370,07)	-	-
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	23.754,65	19.426,56	-	-
Vendas				
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	-	5.565,43	10.629,08
FSE				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	508.086,73	-	-	-




A remuneração do pessoal chave de gestão foi, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a seguinte:



	2014		2013	
	Conselho de Administração	Fiscal Único	Conselho de Administração	Fiscal Único
Remuneração anual Ilíquida	977.539,10	87.966,64	886.620,10	88.420,64
Despesas de representação	26.838,03	-	18.788,88	-
Despesas de deslocação e estadas	101.505,53	-	67.616,48	-
Gastos na utilização de telefones	6.731,39	-	681,80	-
Despesas com viaturas de serviço	99.425,65	-	42.233,13	-
Total	1.212.039,70	87.966,64	1.015.940,39	88.420,64

Os valores relativos à remuneração do fiscal único, correspondem ao somatório dos honorários contratados com cada participada do Grupo Empordef, independentemente da empresa prestadora do serviço.

7. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o período de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

31/12/2014						
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras constr.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outras ativos fixos tangíveis
Ativo bruto						
Saldo inicial	17.812.771,82	92.573.746,35	38.761.746,04	15.851.276,53	4.458.922,90	763.688.872,14
Aquisições	0,00	3.443,50	45.573,17	0,00	16.228,26	270.354,17
Alienações/Abates	0,00	(2.501,40)	(5.825.918,41)	(3.506.881,81)	(163.237,80)	(9.758.664,22)
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	17.812.771,82	92.574.688,45	32.981.400,80	12.344.394,72	4.311.913,36	754.200.562,09
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	756.253,42	31.934.033,56	23.520.792,47	12.616.604,54	2.894.582,19	241.716.292,86
Depreciações do exercício	349.040,04	2.114.547,74	1.522.070,95	588.029,63	226.779,00	48.097.698,22
Acréscimos de custos - amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.371,67
Alienações/Abates	0,00	(2.501,17)	(5.352.384,68)	(2.875.178,19)	(161.115,21)	(352.886,69)
Regularizações	0,00	0,00	(1.409,63)	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.105.293,46	34.046.080,13	19.689.069,11	10.329.455,98	2.960.245,98	289.512.476,06
Ativos Líquidos	16.707.478,36	58.528.608,32	13.292.331,69	2.014.938,74	1.351.667,38	464.688.086,03

31/12/2013						
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras constr.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outras ativos fixos tangíveis
Ativo bruto						
Saldo inicial	17.812.771,82	92.458.934,48	38.949.375,24	15.896.402,00	4.432.946,87	763.494.402,93
Aquisições	0,00	0,00	40.171,96	0,00	34.500,89	412.634,07
Alienações/Abates	0,00	216.189,47	(227.801,16)	(38.213,76)	(3.693,16)	(218.164,86)
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	17.812.771,82	92.675.123,95	38.761.746,04	15.858.188,24	4.463.754,60	763.688.872,14
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	407.213,38	29.884.647,32	22.027.915,10	11.928.007,24	2.599.914,74	193.448.899,02
Depreciações do exercício	349.040,04	2.101.247,70	1.720.678,53	733.722,77	303.190,79	48.229.619,57
Acréscimos de custos - amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.749,43
Alienações/Abates	0,00	9.610,38	(63,95)	(38.213,76)	(3.691,82)	(645,00)
Regularizações	0,00	0,00	(227.737,21)	0,00	0,00	(1.330,16)
Saldo final	756.253,42	31.995.505,40	23.520.792,47	12.623.516,25	2.899.413,71	241.716.292,86
Ativos Líquidos	17.056.518,40	60.679.618,55	15.240.953,57	3.234.671,99	1.564.340,89	521.972.579,28

A rubrica "Outros ativos fixos tangíveis" inclui, essencialmente, os ativos das subsidiárias Defloc (Helicópteros EH-101) e Defaerloc (Aeronaves C-295M), e maquinaria e equipamentos em curso dos ENVC, conforme detalhe abaixo:



31/12/2014

	Helicópteros EH-101 (DEFLOC)	Aeronaves C-295M (DEFAERLOC)	Maquinaria e equipamentos em curso (ENVC)	Outros	Total
Ativo bruto					
Saldo inicial	363.572.160,76	345.435.012,33	40.367.544,47	14.314.154,58	763.688.872,14
Aquisições	0,00	0,00	37.432,39	232.921,78	270.354,17
Alienações	0,00	0,00	(9.397.611,21)	(360.785,01)	(9.758.396,22)
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	(268,00)	(268,00)
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	363.572.160,76	345.435.012,33	31.007.365,65	14.186.023,35	754.200.562,09
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	171.036.900,34	64.736.146,41	0,00	5.943.246,11	241.716.292,86
Depreciações do exercício	22.804.920,00	24.772.525,43	0,00	520.252,79	48.097.698,22
Alienações	0,00	0,00	0,00	(343.375,46)	(343.375,46)
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	(9.511,23)	(9.511,23)
Acréscimos de custos - amortizações	0,00	51.371,67	0,00	,00	51.371,67
Regularizações	0,00	0,00	0,00	,00	,00
Saldo final	193.841.820,34	89.560.043,51	,00	6.110.612,21	289.512.476,06
Ativos Líquidos	169.730.340,42	255.874.968,82	31.007.365,65	8.075.411,14	464.688.086,03

31/12/2013

	Helicópteros EH-101 (DEFLOC)	Aeronaves C-295M (DEFAERLOC)	Maquinaria e equipamentos em curso (ENVC)	Outros	Total
Ativo bruto					
Saldo inicial	363.572.160,76	345.435.012,33	40.130.334,24	14.356.895,60	763.494.402,93
Aquisições	0,00	0,00	237.210,23	175.423,84	412.634,07
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	(218.164,86)	(218.164,86)
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	363.572.160,76	345.435.012,33	40.367.544,47	14.314.154,58	763.688.872,14
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	148.231.980,34	39.863.079,59	0,00	5.353.839,09	193.448.899,02
Depreciações do exercício	22.804.920,00	24.833.317,39	0,00	591.382,18	48.229.619,57
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimos de custos - amortizações	0,00	39.749,43	0,00	0,00	39.749,43
Regularizações	0,00	0,00	0,00	(1.975,16)	(1.975,16)
Saldo final	171.036.900,34	64.736.146,41	0,00	5.943.246,11	241.716.292,86
Ativos Líquidos	192.535.260,42	280.698.865,92	40.367.544,47	8.370.908,47	521.972.579,28

A maquinaria e equipamentos em curso dos ENVC resultou da aquisição aos Estaleiros Flender Werft, na Alemanha, no exercício de 2004. Estes ativos foram mensurados inicialmente pelo seu justo valor, determinado através de avaliação independente. Em 2007 e 2008 foram novamente avaliados tendo sido ajustada a quantia escriturada para o seu justo valor. A 1 de janeiro de 2010 transitaram pelo seu montante revalorizado como custo considerado, aproveitando da exceção preconizada na NCRF 3, tendo sido testada a imparidade com referência à data 31 de dezembro de 2010. Em 2012, por contrapartida de resultados transitados, desreconheceu-se um valor de 5.409.527,45 euros relacionado com despesas de recolocação de diversas destas maquinarias e equipamentos adquiridos aos Estaleiros Flender Werft, e que dificilmente seriam recuperáveis.

No exercício de 2014, e em sequência do contrato de subconcessão celebrado com a West Sea, parte destes bens, que se encontram registados em ativos fixos tangíveis em curso, ficaram afetos à subconcessão.

Bens penhorados

Os ENVC prestaram garantia, com indicação à penhora dos guindastes GM13 de 15, 14 e de 12 toneladas, para suspensão de uma execução fiscal (nota 34.1) no montante de 705.595,65 euros.

8. Ativos Intangíveis

Durante o período de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

2014	Projetos de Desenvolvimento (ETI)	Propriedade Industrial (ETI)	A.F.Intangíveis em curso (ETI)	Programas de computador (AA)	A.F.Intangíveis em curso (Empordef)	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	726.524,63	67.883,00	0,00	77.810,00	23.156,74	895.374,37
Aquisições				2.011,10	9.801,69	11.812,79
Abates/ Alienações						0,00
Saldo Final	726.524,63	67.883,00	0,00	79.821,10	32.958,43	907.187,16
Depreciações Acumuladas						
Saldo inicial	500.002,08	67.883,00	0,00	73.150,28	0,00	641.035,36
Depreciações do exercício	100.946,10			4.771,42	10.986,14	116.703,66
Abates/ Alienações						0,00
Saldo Final	600.948,18	67.883,00	0,00	77.921,70	10.986,14	757.739,02
Ativos Líquidos	125.576,45	0,00	0,00	1.899,40	21.972,29	149.448,14

2013	Projetos de Desenvolvimento (ETI)	Propriedade Industrial (ETI)	A.F.Intangíveis em curso (ETI)	Programas de computador (AA)	A.F.Intangíveis em curso (Empordef)	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	423.656,05	67.883,00	243.720,00	77.810,00	0,00	813.069,05
Aquisições	302.868,58		(243.720,00)		23.156,74	82.305,32
Abates/ Alienações						0,00
Saldo Final	726.524,63	67.883,00	0,00	77.810,00	23.156,74	895.374,37
Depreciações Acumuladas						
Saldo inicial	423.656,50	67.883,00	0,00	57.389,59	0,00	548.929,09
Depreciações do exercício	76.346,03			15.760,69		92.106,72
Abates/ Alienações	0,45					0,45
Saldo Final	500.002,08	67.883,00	0,00	73.150,28	0,00	641.035,36
Ativos Líquidos	226.522,55	0,00	0,00	4.659,72	23.156,74	254.339,01

9. Propriedades de Investimento

Durante o período de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no valor de propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:

2014	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	14.437.305,08	2.837.370,50	2.222.688,00	19.497.363,58
Aquisições		5.257,40		5.257,40
Alienações				0,00
Saldo Final	14.437.305,08	2.842.627,90	2.222.688,00	19.502.620,98
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade				
Saldo inicial	7.975.952,40	2.041.175,02	2.222.688,00	12.239.815,42
Depreciações do exercício		34.701,30		34.701,30
Alienações/transferências				0,00
Saldo Final	7.975.952,40	2.075.876,32	2.222.688,00	12.274.516,72
Ativos Líquidos	6.461.352,68	766.751,58	0,00	7.228.104,26

2013	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	14.437.305,08	2.837.370,50	2.222.688,00	19.497.363,58
Aquisições				0,00
Alienações				0,00
Saldo Final	14.437.305,08	2.837.370,50	2.222.688,00	19.497.363,58
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade				
Saldo inicial	7.975.952,40	1.999.131,79	2.222.688,00	12.197.772,19
Depreciações do exercício		42.043,23		42.043,23
Alienações/transferências				0,00
Saldo Final	7.975.952,40	2.041.175,02	2.222.688,00	12.239.815,42
Ativos Líquidos	6.461.352,68	796.195,48	0,00	7.257.548,16

As propriedades de investimento incluem, essencialmente, um imóvel propriedade da participada Extra (valor líquido a 31.12.2014 de 6.433.093,71 euros), relativamente ao qual no exercício de 2012, foram efetuadas duas avaliações:

A primeira, efetuada pela empresa Tinsa Portugal, com base no método do valor residual dinâmico - "discounted cash-flow", apurou 3 cenários para o imóvel em questão, apontando o

cenário mais realista para um montante de 6.642.000,00 €, considerando o potencial de construção dos terrenos e os índices previstos no Planos Diretores Municipais em vigor.

A segunda, efetuada pela empresa PVW e utilizando também o método do valor residual - "discounted cash-flow", estimou um valor de mercado do imóvel em 6.200.700,00 €.

O Conselho de Administração da Extra, após análise às referidas avaliações, decidiu reconhecer uma imparidade do ativo registado nas contas da Extra com base numa média das 2 avaliações.

Como tal, no referido exercício de 2012, o valor contabilístico do imóvel passou de 14.397.302,40 € para 6.421.350,00 €, tendo sido reconhecida uma imparidade do ativo no montante de 7.975.952,40 €.

Em 2013 e 2014 não foi efetuada qualquer avaliação deste imóvel, no entanto, face à estabilidade quer da economia portuguesa quer do mercado imobiliário, considera a gestão que não haveria grande alteração ao valor das avaliações obtidas em 2012.

10. Inventários

Os movimentos em inventários nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

2014	Perdas por imparidade		Quantias (líquidas)
	Quantias brutas	acumuladas	escrituradas
Mercadorias	201.514,00	201.514,00	-
Matérias-primas	12.038.883,29	245.823,30	11.793.059,99
Produtos acabados e intermédios	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	6.003.594,95	-	6.003.594,95
Adiantamento por conta de compras	3.712.564,16	829.246,00	2.883.318,16
	21.956.556,40	1.276.583,30	20.679.973,10

2013	Perdas por imparidade		Quantias (líquidas)
	Quantias brutas	acumuladas	escrituradas
Mercadorias	201.514,00	201.514,00	-
Matérias-primas	8.275.342,44	3.609.712,53	4.665.629,91
Produtos acabados e intermédios	44.894.879,71	24.894.879,71	20.000.000,00
Produtos e trabalhos em curso	5.524.130,84	-	5.524.130,84
Adiantamento por conta de compras	7.970.857,84	829.246,10	7.141.611,74
	66.866.724,83	29.535.352,34	37.331.372,49

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na rubrica imparidade de inventários foi o seguinte:



2014	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Regularizações	Saldo Final
Mercadorias	201.514,00	-	-	-	201.514,00
Matérias-primas	3.609.712,53		(3.363.889,33)	0,2	245.823,40
Produtos acabados e intermédios (a)	24.894.879,71		(24.894.879,71)	-	0,00
Adiantamento por conta compras	829.245,90	-	-	-	829.245,90
	29.535.352,14	0,00	(28.258.769,04)	0,20	1.276.583,30

2013	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Regularizações	Saldo Final
Mercadorias	201.514,00	-	-	-	201.514,00
Matérias-primas	703.324,77	2.906.387,86	-	-	3.609.712,63
Produtos acabados e intermédios (a)	20.894.879,71	4.000.000,00	-	-	24.894.879,71
Adiantamento por conta compras	758.660,00	-	-	70.585,90	829.245,90
	22.558.378,48	6.906.387,86	-	70.585,90	29.535.352,24

(a) Em 15 de Junho de 2012, foi elaborada uma avaliação por uma entidade independente, que no seu relatório de avaliação considerou que a quantia de 29.000.000 euros representava, de forma razoável, o valor real de mercado da propriedade.

Em 31 de Dezembro de 2013 e face às alterações das condições de mercado onde este ativo seria transacionável, o Conselho de Administração da participada ENVC decidiu reforçar o ajustamento no seu valor contabilístico para a quantia de 20.000.000 euros.

Em 2014, na sequência do Concurso Publico Internacional de venda do navio, foi decidido a sua alienação à melhor proposta pelo valor de 8.750.000 euros.

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "clientes" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Valor bruto	6.897.804,63	5.606.423,88
Imparidade	(3.518.019,37)	(3.185.292,47)
Valor líquido	<u>3.379.785,26</u>	<u>2.421.131,41</u>



Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na rubrica imparidade de clientes e outros devedores foi o seguinte:

Imparidade

2014

	31.12.2013	Const Reforço	Reversões	31.12.2014
Dividas a receber - Clientes ENVC	2.730.741,34	361.497,07	-	3.092.238,41
Dividas a receber - Clientes ETI	80.808,44		(28.770,17)	52.038,27
Dividas a receber - Clientes AA	373.742,69	-	-	373.742,69
Total	3.185.292,47	361.497,07	(28.770,17)	3.518.019,37

Imparidade

2013

	31.12.2012	Const Reforço	Reversões	31.12.2013
Dividas a receber - Clientes ENVC	2.637.153,55	93.587,79	-	2.730.741,34
Dividas a receber - Clientes ETI	80.808,44	-	-	80.808,44
Dividas a receber - Clientes AA	324.841,62	48.901,07	-	373.742,69
Total	3.042.803,61	142.488,86	-	3.185.292,47

12. Participações Financeiras

12.1 Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as participações em empresas associadas, bem como a informação financeira extraída das respectivas demonstrações financeiras auditadas e reportadas a estas datas, eram como segue:

2014							
Empresa	Sede	%	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganho/Perda imputado
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	Parque Aeronáutico de Alverca 2615-150 Alverca	35%	34.930.000,00	35.037.676,00	100.107.645,00	6.728.515,00	2.354.980,25
EDISOFT, Empresa de Serviços e Desenv. De Software, S.A.	Rua Calvet Magalhães, 245 2770-153 Paços Arcos	17,50%	175.000,00	87.728,55	501.305,00	(351.486,00)	(61.510,05)
EID, Empresa de Investigação e Desenv. De Electrónica, S.A.	Qta dos Medronheiros Lazarim, 2825-049 Caparica	38,57%	2.476.307,96	6.245.209,88	16.191.892,00	1.427.891,00	550.737,56
NAVAL ROCHA, Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	Estaleiro da Rocha Conde de Óbidos 1399-036 Lisboa	45%	2.016.696,42	741.812,88	1.648.472,13	138.754,53	62.439,54
Total			39.598.004,38	42.112.427,31	118.449.314,13	7.943.674,53	2.906.647,30

2013							
Empresa	Sede	%	Custo de Aquisição	Valor Contabilístico	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganho/Perda imputado
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	Parque Aeronáutico de Alverca 2615-150 Alverca	35%	34.930.000,00	33.189.635,70	94.827.530,00	7.230.417,00	2.530.645,95
EDISOFT, Empresa de Serviços e Desenv. De Software, S.A.	Rua Calvet Magalhães, 245 2770-153 Paços Arcos	17,50%	175.000,00	164.976,70	942.724,00	49.819,00	8.718,33
EID, Empresa de Investigação e Desenv. De Electrónica, S.A.	Qta dos Medronheiros Lazarim, 2825-049 Caparica	38,57%	2.476.307,96	6.254.843,98	16.216.867,00	1.529.332,00	589.863,35
NAVAL ROCHA, Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.	Estaleiro da Rocha Conde de Óbidos 1399-036 Lisboa	45%	2.016.696,42	679.373,34	1.509.717,60	424.287,51	190.929,38
Total			39.598.004,38	40.288.829,72	113.496.838,60	9.233.855,51	3.320.157,01

12.2 Participações Financeiras – Outros métodos



2014					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Participações financeiras					
Internave	139.295,90				139.295,90
Tunisnave	13.218,89				13.218,89
Oficina de inovação	4.987,97				4.987,97
Relacre	500,00				500,00
Fundo de compensação do trabalho	0,00	354,35			354,35
Fundinio	17.901,86				17.901,86
Saldo Final	175.904,62	354,35	-	-	176.258,97

	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Anulação/Reversão	Saldo final
Perdas por imparidade acumuladas					
Internave	139.295,90				139.295,90
Tunisnave	13.218,89				13.218,89
Saldo Final	152.514,79				152.514,79

Quantia líquida	23.389,83	-	-	-	23.744,18
------------------------	------------------	----------	----------	----------	------------------

2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Participações financeiras					
Internave	139.295,90				139.295,90
ENVC - Soc. Imob.	24.939,89		(24.939,89)		0,00
Tunisnave	13.218,89				13.218,89
Oficina de inovação	4.987,97				4.987,97
Relacre	500,00				500,00
Fundinio	17.901,86				17.901,86
Saldo Final	200.844,51	-	(24.939,89)	-	175.904,62

	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Anulação/Reversão	Saldo final
Perdas por imparidade acumuladas					
Internave	139.295,90				139.295,90
Tunisnave	13.218,89				13.218,89
Saldo Final	152.514,79				152.514,79

Quantia líquida	48.329,72	-	-	-	23.389,83
------------------------	------------------	----------	----------	----------	------------------

13. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Outros ativos financeiros" apresentava a seguinte composição:



	2014	2013
OGMA, S.A.	5.172.806,95	5.043.247,92
Naval Rocha, S.A.	751.500,00	751.500,00
Saldo final	5.924.306,95	5.794.747,92

O valor da associada OGMA, S.A é relativo a um empréstimo no valor de 5.837.429,73 euros, a liquidar em 2018, que não vence juros. Este valor foi descontado à taxa de 3,068%.

14. Ativos e passivos por Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos por impostos diferidos eram relativos às subsidiárias ENVC e Arsenal do Alfeite, como a seguir se descreve:

	Constituição			Reversão		
	Saldo em 01/01/2014	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31/12/2014
Ativos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários						
Perdas de imparidade (AA)	10.159,01			5.968,03		4.190,98
Prejuízos fiscais reportáveis (ENVC)	2.072.378,41			30.827,17	307.455,83	1.734.095,41
Outros						
	2.082.537,42	0,00	0,00	36.795,20	307.455,83	1.738.286,39

	Constituição			Reversão		
	Saldo em 01/01/2013	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31/12/2013
Ativos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários						
Perdas de imparidade (AA)	19.931,30			9.772,29		10.159,01
Prejuízos fiscais reportáveis (ENVC)	2.872.973,87			620.388,64	180.206,82	2.072.378,41
Outros						
	2.892.905,17	0,00	0,00	630.160,93	180.206,82	2.082.537,42

Na participada ENVC, os Ativos por impostos diferidos foram reconhecidos, por razões de prudência, apenas no montante estimado de reversão dos Passivos por impostos diferidos, a ocorrer num horizonte temporal de sete anos, em razão dos prejuízos reportáveis nesse período por força da taxa de interioridade aplicável à Empresa até ao exercício de 2011. Os prejuízos fiscais daquela participada detalham-se como segue:

	31-12-2014		
	Prej. Fiscal	Act. Imp. Diferidos	Ano limite utilização
Resultados de 2011	18.954.553,60		2015
Resultados de 2012	2.872.973,87		2017
Resultados de 2013	46.585.296,92		2018
Resultados de 2014	26.885.294,36		2026
	95.298.118,75	1.734.095,41	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os Passivos por impostos diferidos eram unicamente relativos à subsidiária ENVC, como a seguir se descreve:

	Constituição			Reversão		
	Saldo em 01/01/2014	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31/12/2014
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	309.145,96			(309.145,96)	-	-
Revalorizações em ativos fixos tangíveis	10.790.037,67			(3.173.559,11)	-	7.616.478,56
Outros	-					-
	11.099.183,63	-	-	(3.482.705,07)	0,00	7.616.478,56



	Constituição			Reversão		
	Saldo em 01/01/2013	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31/12/2013
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	712.379,79			(356.189,90)	(47.043,93)	309.145,96
Revalorizações em ativos fixos tangíveis	12.735.858,70			(427.777,91)	(1.518.043,12)	10.790.037,67
Outros	82.436,93			-	(82.436,93)	0,00
	13.530.675,42	-	-	(783.967,81)	(1.647.523,98)	11.099.183,63

15. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Outras contas a receber	36.308,47	425.747,93
Adiantamentos ao pessoal	14.034,35	29.664,34
Juros a receber	634,99	354,67
Devedores por acréscimo de rendimentos	10.562.462,18	9.225.553,53
Outros	1.319.923,38	1.651.125,13
Imparidades	(1.126.351,02)	(1.126.351,02)
Total	10.807.012,35	10.206.094,58

A rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos corresponde essencialmente ao montante de 6.999.250,94 euros reconhecidos na participada Defaerloc pela especialização da renda do contrato de locação das aeronaves C-295, de 2.577.471,17 euros reconhecidos pela aplicação da NCRF 19 – Contratos de construção nos ENVC para os navios que no final de cada exercício se encontravam em curso e de 985.740,07 euros reconhecidos na participada ETI relativos ao reconhecimento de rédito de projetos em curso.

O movimento ocorrido na rubrica Imparidade, em 2014 e 2013, foi o seguinte:



	2014				
	01.01.2014	Reforço	Reversões	Transferências	31.12.2014
Imparidade de outras contas a receber					
Devedores diversos -ENVC	1.126.351,02				1.126.351,02
Total	1.126.351,02				1.126.351,02

	2013				
	01.01.2013	Reforço	Reversões	Transferências	31.12.2013
Imparidade de outras contas a receber					
Devedores diversos -ENVC	1.196.937,02			(70.586,00)	1.126.351,02
Total	1.196.937,02			(70.586,00)	1.126.351,02

O valor de imparidade, no montante de 1.126.351,02 euros no ano de 2013 e 2014, diz respeito à subsidiária ENVC e compreende, essencialmente, 932.054,93 euros da imparidade relativa ao cliente “Internave – Actividades Marítimas”.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Outras contas a pagar - Atlânticoline (a)	-	-	6.000.000,00	-
Juros a pagar (ENVC)	-	-	8.029.144,24	-
Juros a pagar (Empordef)	222.044,00	-	1.149.496,00	-
Outras contas a pagar - Segurança social ENVC	-	-	-	-
Outras contas a pagar - Subsídio AA	680.000,00	17.261.284,18	700.000,00	19.524.990,67
Fornecedores de investimento	10.688,00	-	12.511,49	-
Remunerações a liquidar	2.029.632,59	-	2.835.265,63	-
Pessoal	8.745,20	-	890,19	-
Credores por acréscimo de gastos - ENVC indemnizações	-	-	29.124.846,63	-
Credores por acréscimo de gastos	10.516.140,67	-	2.202.290,24	-
Renda contrato locação - Defaerloc	6.999.250,94	-	6.800.448,29	-
Outros	2.706.188,63	-	1.781.706,99	-
Total	23.172.690,03	17.261.284,18	58.636.599,70	19.524.990,67

(a) O valor relativo à Atlânticoline é referente a um acordo celebrado entre os ENVC e aquela entidade em dezembro de 2009, no qual ficou definido o pagamento de 40 milhões de euros, por anulação dos contratos de construção referentes às construções 258 e 259 (Atlântida e Anticiclone). Em 2013 foi pago o valor de 34 milhões de euros. Em 2014, foi liquidado o montante remanescente no valor de 6 milhões de euros.

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:



	2014	2013
Ativo corrente		
IVA	1.284.261,94	279.742,72
Imposto Sobre o Rendimento - IRC	1.082.170,14	1.135.339,17
Total	2.366.432,08	1.415.081,89
Passivo não corrente		
Segurança Social	888.121,39	-
Total	888.121,39	0,00
Passivo corrente		
IVA	1.236.054,42	1.197.508,43
Imposto Sobre o Rendimento - IRS	483.352,67	422.233,04
Segurança Social	497.415,57	1.800.860,66
Total	2.216.822,66	3.420.602,13

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

	2014		2013	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Descobertos bancários	86.785,40	0,00	130.669,39	0,00
Empréstimos bancários (a)	207.900.000,00	0,00	157.418.088,83	1.872.274,94
Suprimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos (b)	47.903.777,23	10.949.804,72	42.493.269,78	18.551.572,02
Total	255.890.562,63	10.949.804,72	200.042.028,00	20.423.846,96

- a) Empréstimos bancários - No final do ano de 2014 foram obtidos financiamentos junto da Direcção Geral Tesouro e Finanças e que tiveram como finalidade liquidar os financiamentos acima mencionados. As condições contratuais dos financiamentos efetuados pela Direcção Geral Tesouro e Finanças são as seguintes:




Banco	Tipo de financiamento	Montante contratado	Data de contratação	Data de vencimento	Taxa de juro efetiva a 31.12.2014	Capital em dívida em 31.12.2014
Direcção Geral Tesouro e Finanças	Empréstimo	200.000.000,00	26-11-2014	31-05-2017	1,140%	200.000.000,00
Direcção Geral Tesouro e Finanças	Empréstimo	6.000.000,00	27-11-2014	31-05-2017	1,090%	6.000.000,00
Direcção Geral Tesouro e Finanças	Empréstimo	1.900.000,00	18-12-2014	31-05-2017	1,130%	1.900.000,00
		207.900.000,00				207.900.000,00

- b) Outros empréstimos - o total corrente e não corrente corresponde essencialmente aos financiamentos que a Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF) efetuou aos ENVC, os quais se decompõem da seguinte forma:

Entidade	Montante contratado	Data de contratação	Data de vencimento	Taxa de juro efetiva a 31.12.2014	Capital em dívida em 31.12.2014
DGTF	30.000.000,00	31-01-2006	03-02-2017	Eur6M + 1%	30.000.000,00
DGTF	8.000.000,00	11-12-2008	03-02-2017	Eur6M + 1%	8.000.000,00
DGTF	5.000.000,00	28-04-2010	31-12-2010	Eur6M + 1%	5.000.000,00
DGTF	5.500.000,00	27-04-2011	31-12-2011	Eur6M + MASS (3,907%)	5.500.000,00
DGTF	7.500.000,00	22-06-2011	31-12-2011	Eur6M + MASS (3,58%)	7.500.000,00
	56.000.000,00				56.000.000,00

Cartas de conforto

A Empordef passou cartas de conforto conforme se descreve abaixo, com base nas quais assume a responsabilidade para com terceiros caso as entidades abaixo não cumpram com os seus compromissos.

Descrição	2014	2013
ENVC		
Apoio à construção de 2 navios asfalteiros - CGD	-	12.890.000,00
Contrato fornecimento EDP	-	80.000,00
Ribeira D'Atalaia		
Linha crédito BPI/BCP	-	8.550.000,00
Naval Rocha		
Linha Crédito BCP	591.915,98	748.196,85
Total	591.915,98	22.268.196,85

As cartas conforto relativas aos ENVC foram canceladas uma vez que foram cumpridas as obrigações que lhe estavam associadas, nomeadamente o cumprimento do 4º pagamento relativo ao contrato celebrado entre a ENVC e a PDVSA Naval no âmbito da construção de dois navios asfalteiros.

A carta conforto relativa à Ribeira D'Atalaia, emitida a favor do Banco BPI e Millenium BCP foi cancelada após a liquidação integral do financiamento que lhe estava associado.

18. Capital

18.1 Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2014, o capital da empresa é composto por 34.855.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado sendo o seu único acionista a Direção Geral do Tesouro.

Capital	2014	2013
Acções	34.855.000,00	34.855.000,00
Valor Nominal	5,00	5,00
Capital Social	<u>174.275.000,00</u>	<u>174.275.000,00</u>

18.2 – Prémios de emissão

Os prémios desta natureza resultam da diferença entre o valor subscrito e o valor nominal das ações emitidas, não podendo este exceder o montante das entradas dos acionistas. Aos prémios de emissão de ações é aplicável o regime da reserva legal.

18.3 – Reservas legais

O código das sociedades comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado positivo anual é destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que represente, no mínimo, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobertura da parte dos prejuízos acumulados que não o possam ser através do resultado positivo do período ou de outras reservas, por um lado, ou para incorporação no capital, pelo outro.

18.4 – Resultados transitados

O movimento em resultados transitados é apresentado como segue:

	<u>Resultados transitados</u>
Saldo inicial	(308.454.939,38)
Aplicação do resultado do exercício anterior	(56.897.650,88)
Extra (Liquidação Ribeira D'Atalaia)	5.622.571,09
Ajustamento imp diferidos ENVC	<u>(494.865,52)</u>
Saldo final	(360.224.884,69)

18.5 – Excedentes de revalorização

O movimento em excedentes de revalorização é apresentado como segue:

	<u>Excedentes de revalorização</u>
Saldo inicial	34.947.868,14
ENVC	<u>(7.275.102,77)</u>
Saldo final	27.672.765,37

18.6 – Outras variações capital próprio

O movimento em outras variações capital próprio é apresentado como segue:



	<u>Outras variações cap. Próprio</u>
Saldo inicial	4.049.388,32
ENVC	(13.055,56)
ETI	15.898,56
Arsenal Alfeite	(10.095,48)
Saldo final	4.042.135,84

18.7 – Subsídio

O movimento na rubrica subsídio é apresentado como segue:

	<u>Subsídio</u>
Saldo inicial	62.325.991,67
Arsenal Alfeite	(528.235,07)
ETI	61.154,77
Saldo final	61.858.911,37

18.8 Interesses minoritários

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “interesses minoritários” apresentava a seguinte composição:

	Saldo em 01/01/2014	aumentos	diminuições	outros	Saldo em 31/12/2014
interesses minoritários	(5.076.464,98)	1.467.954,72	0,00	5.059.021,37	1.450.511,11

	Saldo em 01/01/2013	aumentos	diminuições	outros	Saldo em 31/12/2013
interesses minoritários	(4.724.520,21)	0,00	(343.507,95)	(8.436,82)	(5.076.464,98)

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica “outros” resulta de um ajustamento na rubrica de capital próprio da participada Ribeira D’Atalaia, liquidada em 05 de Dezembro de 2014.

19. Adiantamentos de clientes

Esta rubrica compreende essencialmente, no período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o adiantamento de 923.800 euros efetuado pelo Natural Environment Research Council nos ENVC no ano de 2003, para reparação do navio britânico Discovery e 12.890.000 euros de adiantamento por conta da venda dos dois Navios asfalteiros para a Venezuela – C 263 e C 264 também nos ENVC.

20. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

20.1 Provisões – Não corrente

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Provisões" passivo não corrente apresentava a seguinte composição:

2014				
	Processos judiciais em curso	Contratos onerosos	Outras	Total
Saldo iniciais	955.580,38	1.803.981,32	200.000,00	2.959.561,70
Constituição	461.500,00	0,00	3.900,00	465.400,00
Reversão	(18.562,78)	(1.711.733,77)	(121.000,00)	(1.851.296,55)
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	1.398.517,60	92.247,55	82.900,00	1.573.665,15

2013				
	Processos judiciais em curso	Contratos onerosos	Outras	Total
Saldo iniciais	1.382.386,41	5.510.316,53	200.000,00	7.092.702,94
Constituição	77.060,78	0,00	0,00	77.060,78
Reversão	(503.866,81)	(3.706.335,21)	,00	(4.210.202,02)
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	955.580,38	1.803.981,32	200.000,00	2.959.561,70

Os contratos onerosos dizem respeito, essencialmente, às provisões constituídas pelos ENVC resultantes da aplicação da NCRF 19 – Contratos de construção, em virtude de os gastos previstos para a construção dos navios serem superiores aos respetivos réditos contratados:

Contratos onerosos	31-12-2013	Aumentos	Reversão	31-12-2014
Construção 238	1.625.213,25		(1.564.406,68)	60.806,57
Construção 239	178.768,07		(147.327,09)	31.440,98
Total	1.803.981,32	0,00	(1.711.733,77)	92.247,55

Contratos onerosos	31-12-2012	Aumentos	Reversão	31-12-2013
Construção 238	5.198.463,42		(3.573.250,17)	1.625.213,25
Construção 239	311.853,11		(133.085,04)	178.768,07
Total	5.510.316,53	0,00	(3.706.335,21)	1.803.981,32

A rubrica processos judiciais em curso corresponde ao valor registado nas contas dos ENVC e compreende os seguintes processos judiciais e respetiva evolução:



Processos judiciais em curso	31-12-2013	Aumentos	Reversão	31-12-2014
Processo fornecedor informática	21.542,20		-	21.542,20
Processo IRC - retenção na fonte	865.538,18	300.000,00	(18.562,78)	1.146.975,40
Processo judiciais - M. Ambiente	68.500,00	161.500,00	-	230.000,00
Total	955.580,38	461.500,00	(18.562,78)	1.398.517,60

Processos judiciais em curso	31-12-2012	Aumentos	Reversão	31-12-2013
Processo fornecedor informática	12.981,42	8.560,78	-	21.542,20
Processo IRC - retenção na fonte	1.369.404,99	-	(503.866,81)	865.538,18
Processo judiciais - M. Ambiente	-	68.500,00	-	68.500,00
Total	1.382.386,41	77.060,78	(503.866,81)	955.580,38

Em 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades contingentes do grupo Empordef eram as seguintes:

Tipo	Descrição	Montante	Observações
ETI			
Garantia bancária	Câmara Municipal de Tomar	1.863,19	Valor garantia associada
Sub-Total		1.863,19	
ENVC			
Garantia bancária	Garantias bancárias prestadas ao Ministério da Defesa	3.000.000,00	
Garantia bancária	Garantias bancárias prestadas ao Ministério Transportes Timor	1.273.050,00	
Garantia bancária	Garantias bancárias prestadas ao Trib. Trabalho Viana Castelo	40.421,42	
Sub-Total		4.313.471,42	
ARSENAL DO ALFEITE			
Leasing operacional	7 contratos de viaturas em AOV	140.709,65	montante diz respeito a leasing operacional viaturas
Sub-Total		140.709,65	
Total		4.456.044,26	

Relativamente às associadas, existiam as seguintes garantias prestadas:

EID

Em 31 de Dezembro de 2014 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, nomeadamente para bom cumprimento de contratos e adiantamentos recebidos de clientes, no montante global de 2.917.081 euros.

A empresa mantém como responsabilidade de curto, médio e longo prazo alguns contratos de locação operacional com cláusula de cancelamento.

O total dos pagamentos futuros associados aos contratos é o seguinte:



Locações operacionais	2014	2013
Até 1 ano	179.370,00	212.810,00
Entre 1 e 5 anos	258.672,00	162.120,00
A mais de 5 anos	-	-
Total	438.042,00	374.930,00

NAVAL ROCHA

Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa dispunha de equipamento administrativo e de transporte em regime de locação operacional, sendo as responsabilidades como locatária, relativas a rendas não vencidas, no valor de 13.635,08 euros. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios e podem ser explicitadas da seguinte forma:

Ativo/Equipamento	Locadora	Rendas vincendas		Total
		<1 ano	1 a 5 anos	
IP Office (central telefónica)	Grenke (nº 094012140)	5.805,60	4.354,20	10.159,80
Viatura ligeira	Sgald (nº 51827/1)	1.737,64	0,00	1.737,64
Viatura ligeira	Sgald (nº 51827/1)	1.737,64	0,00	1.737,64
		9.280,88	4.354,20	13.635,08

A 31 de Dezembro de 2014, encontra-se em vigor o Contrato de Concessão das Instalações da Rocha Conde de Óbidos para Estaleiro de Construção Naval, celebrado entre a APL e a Naval Rocha a 19 de Novembro de 1999, entretanto alterado pelo Protocolo celebrado em 21 de Outubro de 2005.

Segundo esses documentos a Naval Rocha tem assegurada a concessão do estaleiro até 31 de Dezembro de 2021, estando no entanto obrigada ao pagamento de uma renda fixa e de uma renda variável em função do volume de negócios.

No ano de 2015 o valor em vigor é de 14.262,68 euros/mês ou 171.152,16 euros / ano.

EDISOFT



A Edisoft tem os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas, conforme segue:



Entidade	2014	2013
Ministério D. Nacional - D.G.I.	43.141,00	43.141,00
ICP - Anacom	-	27.360,00
MDN - Direcção de Navios	114.888,00	120.058,00
Estaleiros Navais Viana do Castelo	392.598,00	
Programme A.O. For the support A.A.P.	21.048,00	21.048,00
Ministere de la Defense Nationale (Argélia)	1.165.717,00	402.137,00
	1.737.392,00	613.744,00

Em 31 de Dezembro de 2014 a Empresa Edisoft é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas de passageiros conforme segue:

Ativo / Equipamento	Rendas vincendas		
	< 1 ano	1 a 5 anos	Total
Viaturas	9.538,00	13.861,00	23.399,00
	9.538,00	13.861,00	23.399,00

OGMA

Em 31 de Dezembro de 2014, a empresa tinha os seguintes compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros e que são detalhadas como segue:

	2014	2013
<u>Obrigações contratuais e concursos</u>		
BPI - Banco Portugues Investimento	2.901.361,00	3.490.551,00
BNP - Paribas	116.805,00	409.193,00
Banco Caixa Geral	343.064,00	343.064,00
Banco Caixa Geral	563.416,00	1.677.646,00
	3.924.646,00	5.920.454,00
<u>Incentivos à exploração</u>		
Caixa Geral de Depósitos	922.834,00	1.292.022,00
	922.834,00	1.292.022,00
	4.847.480,00	7.212.476,00



21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:



Fornecedores	2014	2013
ENVC	2.489.005,32	5.477.563,04
Defloc	-	12.675,25
Defaerloc	25,00	2.563.179,43
Arsenal Alfeite	242.676,84	748.458,86
Outros	424.246,31	522.557,43
	3.155.953,47	9.324.434,01

22. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Ativo corrente		
Juros	-	-
Seguros	4.291,06	37.838,84
Outros gastos a reconhecer	22.516,02	16.667,91
Rendas e alugueres	12.113,78	14.209,02
Outros gastos diferidos (Manutenção EH101 Defloc)	-	12.672,35
Saldo final	38.920,86	81.388,12
Passivos não correntes		
Outros rendimentos diferidos (Defloc) (c)	146.930.370,76	169.735.290,76
Outros rendimentos diferidos (C-295 Defaerloc) (c)	231.296.115,97	255.913.730,26
Saldo final	378.226.486,73	425.649.021,02
Passivo corrente		
Outros acréscimos (Juros)	-	-
Outros acréscimos (a)	4.817.242,39	5.867.569,58
Outros gastos a reconhecer (Beneficiação Rio Crós Crós)	40.000,00	40.000,00
Rendimentos a reconhecer (Rendas)	2.387,30	2.387,30
Outros rendimentos a reconhecer	790,55	790,55
Outros rendimentos a reconhecer Arsenal Alfeite (b)	736.515,78	1.299.485,00
Outros rendimentos diferidos (Defloc) (c)	22.804.920,00	22.804.920,00
Outros rendimentos diferidos (C-295 Defaerloc) (c)	24.563.731,14	24.770.013,95
Saldo final	52.965.587,16	54.785.166,38



(a) A rubrica “Outros Acréscimos” respeita, essencialmente, à subsidiária ENVC, e refere-se ao diferimento da faturação no âmbito dos diversos contratos em curso de acordo com a NCRF 19 – Contratos de construção (1.772.963,21 euros), bem como o diferimento no valor de 2.842.561,11 euros relativo à indemnização do incêndio ocorrido em 2009, na justa medida dos gastos a incorrer na reposição dos bens sinistrados.

(b) A rubrica “Outros rendimentos a reconhecer Arsenal do Alfeite” compreende rendimentos a reconhecer da associada Arsenal do Alfeite relativos a contratos de prestação de serviços em curso,

nomeadamente NRP – Sagres (40,00% grau acabamento), NRP – Zaire (69,00% grau acabamento) e PHM El Lahiq (69,00% grau acabamento).

(c) A rubrica “Outros rendimentos diferidos” compreende, essencialmente, as rendas vincendas relativas aos contratos de locação celebrados pela Defloc e Defaerloc com o Estado Português e referentes aos Helicópteros EH-101 e às Aeronaves C-295M, respetivamente. Estes contratos de locação foram celebrados em 20 de dezembro de 2001 e 17 de fevereiro de 2006, respetivamente, e incluem um período de locação de 15 anos.

23. Vendas e serviços prestados

A rubrica de “vendas e serviços prestados” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014				2013			
	Mercado Interno	Mercado Intracomunitário	Mercado externo	Total	Mercado Interno	Mercado Intracomunitário	Mercado externo	Total
Vendas	11.623.462,79	0,00	1.035.000,00	12.658.462,79	1.925.155,33	0,00	0,00	1.925.155,33
Prestações de serviço	90.615.066,74	856.252,06	4.063.307,74	95.534.626,54	81.162.084,09	1.693.530,34	732.458,54	83.588.072,97
Totais	102.238.529,53	856.252,06	5.098.307,74	108.193.089,33	83.087.239,42	1.693.530,34	732.458,54	85.513.228,30

Em seguida apresenta-se o detalhe das vendas e prestações de serviços em 2014 e 2013, para cada um dos núcleos de atividade do grupo:



Vendas e prestações de serviços	2014	2013
Núcleo Naval		
ENVC	12.837.374,80	3.785.660,56
Arsenal do Alfeite	18.415.822,72	12.883.696,87
Saldo final	<u>31.253.197,52</u>	<u>16.669.357,43</u>
Núcleo Industrial		
IDD	1.048.448,81	847.506,09
Saldo final	<u>1.048.448,81</u>	<u>847.506,09</u>
Núcleo Tecnológico		
ETI	1.594.753,71	1.833.092,84
Saldo final	<u>1.594.753,71</u>	<u>1.833.092,84</u>
Núcleo Financeiro		
Defloc	42.865.673,32	36.833.824,34
Defaerloc	31.416.636,98	29.315.264,20
Saldo final	<u>74.282.310,30</u>	<u>66.149.088,54</u>
Núcleo Imobiliário		
EEN	14.378,99	14.183,40
Saldo final	<u>14.378,99</u>	<u>14.183,40</u>
Total vendas e prestação de serviços	<u>108.193.089,33</u>	<u>85.513.228,30</u>

24. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:



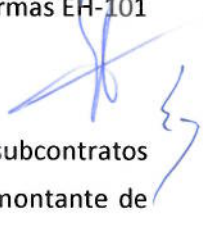


	2014	2013
Trabalhos especializados (a)	27.924.869,20	20.297.796,18
Subcontratos (b)	2.479.774,75	1.586.895,01
Deslocações e estadas	556.410,91	340.784,06
Electricidade	492.984,99	739.448,33
Outros fornecimentos e serviços	359.337,74	114.981,80
Rendas e alugueres	298.365,85	864.077,66
Limpeza, higiene e conforto	268.728,37	270.866,16
Seguros	196.529,34	793.061,86
Conservação e reparação	110.734,69	81.915,07
Vigilância e segurança	108.909,97	106.880,51
Combustíveis	103.050,10	75.529,32
Honorários	97.333,45	147.896,66
Comunicação	56.396,59	112.962,16
Comissões	45.294,80	32.482,77
Publicidade e propaganda	41.352,66	9.136,19
Contencioso e notariado	18.026,76	28.334,19
Despesas de representação	11.415,37	24.551,60
Ferramentas e utensílios	9.016,28	2.218,70
Material escritório	7.066,90	10.051,64
Transporte de mercadorias	5.283,92	2.066,44
Água	2.537,21	45.237,95
Artigos para Oferta	1.792,34	545,06
Transporte de pessoal	126,98	0,00
Livros e documentação técnica	63,50	134,46
Totais	33.195.402,67	25.687.853,78

(a) A rubrica trabalhos especializados refere-se, essencialmente, a custos suportados pela Defloc com a manutenção dos Helicópteros EH-101 (20.060.753,32 euros) e pela Defaerloc com a manutenção das Aeronaves C-295 (6.644.111,56 euros) os quais são por sua vez integralmente debitados ao Ministério da Defesa Nacional e à Força Aérea Portuguesa, respetivamente.

A variação nos custos suportados pela Defloc com a manutenção dos Helicópteros EH-101 entre 2013 e 2014, no valor de 6M€, deve-se essencialmente a dois fatores, o aumento do regime de esforço (número de horas de voo) da frota EH101, o que tem implicações diretas nos custos com o contrato de manutenção das aeronaves (que prevê custos adicionais por cada hora de voo adicional) e indiretas no contrato de manutenção dos motores, resultantes neste caso da redução dos intervalos temporais em que os motores têm de ser sujeitos a ações de inspeção e a necessidade de realização de investimentos adicionais na manutenção dos motores para recuperar o nível de prontidão do Sistema de Armas EH-101 para valores considerados aceitáveis.

(b) Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica subcontratos refere-se, essencialmente, a subcontratos suportados pelos ENVC no montante de 1.424.905,88 euros e pelo Arsenal do Alfeite no montante de 588.929,77 euros.



25. Gastos com Pessoal

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais e Pessoal no período de 2014 e 2013, foi o seguinte:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	952.773,15	886.620,10
Remunerações do pessoal	13.720.720,33	21.395.139,44
Indemnizações	16.355,92	30.256.938,68
Encargos sobre remunerações	3.436.246,28	4.930.367,14
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	216.974,57	377.587,13
Outros gastos com pessoal	264.943,21	732.168,31
Totais	18.608.013,46	58.578.820,80

O valor das indemnizações referentes ao ano de 2013, diz respeito essencialmente à associada ENVC (30.242.478,55 euros).

O número médio de trabalhadores do grupo no período findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi de respetivamente 601 e 1227.

ENVC - Fundo de Pensões

Os ENVC têm instituído para os seus trabalhadores um Plano de Complementos de Pensões de Reforma, o qual, pelas suas características, é um plano de benefícios definidos. Este plano, que abrange todos os trabalhadores pertencentes ao quadro permanente de pessoal, confere aos empregados que se reformem por velhice ou invalidez e que tenham um mínimo de 10 anos de serviço na Empresa, admitidos até 31 de Outubro de 2008, inclusive, um complemento de reforma mensal, calculado de acordo com a fórmula seguinte:

complemento mensal = taxa x n.º anos serviço empresa x salário referência

em que a taxa varia entre 0,5% e 1% em função da idade à data da reforma e o salário de referência é o vencimento fixo (salário base e diuturnidades por antiguidade), correspondente à categoria do trabalhador, verificada no mês anterior à data da reforma. O complemento de reforma calculado segundo esta fórmula tem, no entanto, um limite máximo ditado pelo facto de a pensão total à data da reforma não poder ultrapassar o valor do salário de referência deduzido da Taxa Social Única suportada pelo trabalhador. Entendendo-se por pensão total a soma do complemento de reforma mais a pensão da Segurança Social calculada de acordo com a fórmula em vigor em 31 de Dezembro de 1996.

O Plano de Complementos dos ENVC tem, desde 1987, um Fundo autónomo, atualmente gerido por uma sociedade gestora.

Estas responsabilidades atualizadas em 31/12/2014, visam cobrir apenas os encargos com complementos de reforma e complementos de sobrevivência dos funcionários dos ENVC que já se

encontram reformados. Em relação aos restantes, e no decurso das rescisões amigáveis propostas em 2013, abdicaram deste benefício, sendo compensados nas indemnizações propostas.

1. Valor Actual das Responsabilidades por Serviços Passados	23.369.272
2. Valor do Fundo em 31.12.2014	11.513.412
3. Nível de Financiamento (2)/(1)	49,3%
4. (Deficit) / Excesso de Financiamento (2)-(1)	-11.855.860

O projeto de Decreto-Lei publicado no BTE, separata 2/2015 de 3 de fevereiro, estabelece que com a “transferência para a Caixa Geral de Aposentações, IP (CGA,IP), da responsabilidade pelo pagamento dos complementos de pensão do Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e, como compensação pela transferência dessas responsabilidades, à transferência para a CGA, IP, do património do Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.”

De acordo com o Artigo 9º, “após integral transferência do património para a CGA,IP e para a ENI – Gestão de Planos Sociais, S.A., e com a sua liquidação total, o Fundo de Pensões ENVC, considera-se extinto, sem necessidade do cumprimento de quaisquer outras formalidades, de natureza legal ou regulamentar”.

De acordo com o Artigo 10º do mesmo diploma, que aguarda publicação em Diário da Republica, “com a extinção do Fundo de Pensões dos ENVC, cessam todas as obrigações que impedem sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.”.

Face ao disposto no diploma publicado e aqui, parcialmente reproduzido, decidiu o Conselho de Administração não proceder ao registo de qualquer responsabilidade.

Adicionalmente refere-se que na presente data o valor da carteira do Fundo liquidificada é de 11.589.578,20 €.

26. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Subsídio não monetário - Arsenal Alfeite (a)	2.811.941,57	2.862.616,52
Outros rendimentos e ganhos - ENVC (b)	9.164.544,79	9.514.688,41
Outros	590.003,27	232.869,73
Totais	12.566.489,63	12.610.174,66



A rubrica Outros rendimentos e ganhos, no período findo em 2014 compreende, essencialmente:

- (a) O registo em rendimentos, do subsídio não monetário atribuído pelo governo à concessão de ativos não correntes da empresa Arsenal do Alfeite, o qual está a ser imputado a rendimentos numa base sistemática durante a vida útil dos ativos subsidiados (ver nota 3.10) no montante 2.811.941,57 euros
- (b) A redução de provisões anteriormente efetuadas nos ENVC, no valor de 9.164.544,79 euros.

27. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Juros de financiamentos concedidos	143.980,03	158.355,04
Outos rendimentos e ganhos obtidos	99.230,82	14.743,32
Totais	243.210,85	173.098,36

A rubrica juros de financiamentos concedidos compreende em 31 de dezembro de 2014 essencialmente o ganho financeiro do desconto da dívida da OGMA, S.A. (129.559,03 euros).

A rubrica outros rendimentos e ganhos obtidos compreende em 31 de dezembro de 2014 essencialmente os rendimentos de aplicações financeiras da empresa Arsenal do Alfeite (14.420,99 euros), da Empordef SGPS (85.750,74 euros).

28. Juros e gastos similares suportados



Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Juros suportados em financiamento bancário	13.876.075,39	14.579.095,42
Juros suportados em locações	0,00	58,41
Outos gastos e perdas de financiamento	32.932,68	39.306,22
Totais	13.909.008,07	14.618.460,05

29. Variação de inventários e custo mercadorias vendidas e matérias consumidas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Variação de inventários” apresentava a seguinte composição:

2014			
	Produtos acabados e intermédios - ENVC	Produtos e trabalhos em curso - ENVC	Total
Inventários iniciais	44.894.879,71	5.524.130,84	50.419.010,55
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	6.003.594,95	6.003.594,95
Variação nos inventários da produção	(44.894.879,71)	479.464,11	(44.415.415,60)

2013			
	Produtos acabados e intermédios - ENVC	Produtos e trabalhos em curso - ENVC	Total
Inventários iniciais	44.894.879,71	733.994,73	45.628.874,44
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(3.034.293,71)	(3.034.293,71)
Inventários finais	44.894.879,71	5.524.130,84	50.419.010,55
Variação nos inventários da produção	0,00	1.755.842,40	1.755.842,40

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Custo Mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava a seguinte composição:

2014					
	Mercadorias - IDD	Matérias Primas Subse de consumo - ENVC	Matérias Primas Subse de consumo - AA	Matérias Primas Subse de consumo - ETI	Total
Inventários iniciais	201.514,21	7.854.833,27	420.509,17	0,00	8.476.856,65
Compras	8.990,35	11.825.520,68	1.089.197,98	198.957,42	13.122.666,43
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(14.548,18)	18.182,02	0,00	3.633,84
Inventários finais	201.514,21	11.635.265,80	403.617,49	0,00	12.240.397,50
Custo mercadorias vendidas matérias consumidas	8.990,35	8.030.539,97	1.124.271,68	198.957,42	9.362.759,42

2013					
	Mercadorias - IDD	Matérias Primas Subse de consumo - ENVC	Matérias Primas Subse de consumo - AA	Matérias Primas Subse de consumo - ETI	Total
Inventários iniciais	201.514,21	6.245.851,53	356.620,05	0,00	6.803.985,79
Compras	4.198,85	3.904.282,68	1.160.319,61	67.430,87	5.136.232,01
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(183.076,54)	93.521,94	0,00	(89.554,60)
Inventários finais	201.514,21	7.854.833,27	420.509,17	0,00	8.476.856,65
Custo mercadorias vendidas matérias consumidas	4.198,85	2.112.224,40	1.189.952,43	67.430,87	3.373.806,55

30. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica trabalhos para a própria entidade refere-se em 2014, a trabalhos realizados pela Arsenal do Alfeite no montante de 213.046,10 euros, e pelos ENVC no montante de 9.206,89 euros. Em 2013 refere-se essencialmente a trabalhos realizados pela Arsenal do Alfeite no montante de 154.689,70 euros, e pelos ENVC no montante de 163.627,69 euros.

31. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava a seguinte composição:

Outros Gastos e Perdas

	2014	2013
Impostos	34.400,11	70.777,09
Perdas em inventários	28.295,28	193.774,60
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,00	24.938,89
Outros Gastos e perdas	10.692.911,87	1.868.610,44
Totais	10.755.607,26	2.158.101,02

A rubrica "Outros gastos e perdas" compreende essencialmente as perdas de imobilizado, alienação imobilizações corpóreas da empresa ENVC, no valor de 10.083.308,36 euros em 2014. Em 2013 compreende essencialmente custos com garantias bancárias da empresa ENVC no valor de 785.638,48 euros.

32. Imposto sobre o rendimento

	2014	2013
Imposto Corrente	304.200,88	87.111,08
Imposto Diferido	(3.401.512,11)	9.772,29
Totais	(3.097.311,23)	96.883,37

A taxa efetiva de imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	(29.835.804,45)	(57.144.275,46)
Imposto corrente do exercício	304.200,88	87.111,08
Imposto diferido gerado no exercício	(3.401.512,11)	9.772,29
Total	(3.097.311,23)	96.883,37
Taxa efectiva de imposto	10,38%	(0,17%)



As empresas encontram-se sujeitas a tributação em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para o exercício de 2014, a taxa nominal de imposto poderá variar entre 24,5% e 31,5%, dependendo do valor de lucro tributável (LT) apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

- Taxa de IRC: 23% sobre o lucro tributável.
- Derrama Municipal: 1,5% sobre o lucro tributável.
- Derrama Estadual: 3% sobre o lucro tributável (na parte em que o mesmo se situe entre os 1,5 M€ e os 7,5 M€), 5% sobre o lucro tributável (na parte em que o mesmo se situe entre os 7,5 M€ e os 35M€) e 7% sobre o lucro tributável (na parte em que o mesmo seja superior aos 35M€).

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, determinados encargos da Empresa são objeto de tributação autónoma às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos. Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos. Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos. Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Adicionalmente, a dedução dos PFR está limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação de 2012 e 2013. A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução dos PFR passou a estar limitada a 70% do lucro tributável. Esta regra é aplicável, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados. A Empordef SGPS, apresenta 11.164.356,47 euros de prejuízos fiscais reportáveis sendo que não são reconhecidos os respetivos impostos diferidos ativos face à imprevisibilidade da sua recuperação.

Ano	Montante	Validade
2009	1.425.108,48	2015
2011	1.156.623,55	2015
2012	1.587.324,75	2017
2013	4.278.289,32	2018
2014	2.717.010,37	2026
Total	11.164.356,47	



33. Reconciliação do Resultado líquido individual com o Resultado líquido consolidado

A reconciliação do Resultado líquido individual com o Resultado líquido consolidado é como segue:



Resultado liquido individual	(59.165.487,04)
RLE dos ENVC não reconhecido na Empordef	(29.036.918,75)
Reconhecimento imparidade ENVC individual não reconhecido no consolidado	61.411.108,83
Outros	52.803,74
Resultado liquido consolidado	(26.738.493,22)

34. Outras divulgações legalmente exigidas

34.1. Dívidas em mora ao Estado (ENVC)

A Empresa procedeu à impugnação judicial contra a liquidação de IRC não retido na fonte relativo a rendimentos colocados à disposição de entidades não residentes em território nacional no ano de 2002, no valor de 705.595,65 € acrescido de juros vencidos no montante de 300.000,00 €, encontrando-se registada uma provisão do mesmo montante, como resultado do reforço de 300.000,00 € no presente exercício.

Os ENVC obtiveram vencimento total no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, tendo a Administração Fiscal apresentado recurso para o Tribunal Administrativo do Norte que proferiu acórdão reenviando o processo para novo julgamento em 1ª instância.

Para interposição da impugnação, a empresa prestou caução dando de garantia com indicação à penhora os guindastes GM13 de 15, 14 e de 12 toneladas.

A Administração Fiscal já deferiu, em sede graciosa, parte da liquidação do imposto, encontrando-se ainda em discussão o montante de 124.942,53 €. Deste modo a provisão inicialmente constituída registou uma redução de 503.866,81 €. No presente exercício e pelo facto de existirem juros estimados com o processo em causa no valor de 300.000,00 €, a empresa efetuou um reforço das provisões no mesmo montante.

Destaca-se ainda que o imposto liquidado foi pago na totalidade, pelo que uma eventual perda da demanda implica apenas o pagamento dos encargos com o processo.

Em 31 de dezembro de 2014, a empresa encontrava-se em situação de mora perante a Segurança Social no montante de 1.028.319,67 €. Contudo está já em vigor um Plano Prestacional elaborado pela Segurança Social para pagamento da dívida em 120 prestações, cujos pagamentos tiveram início em maio de 2012.

34.2. Divulgação dos Honorários relativos à Revisão Legal das Contas

A remuneração do Órgão de Fiscalização das várias empresas do grupo, foi de 87.966,64 euros em 2014 e 88.420,64 euros em 2013.

34.3. Outras Divulgações

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2014, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nula a quantidade de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2014.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

35.Eventos subsequentes

ENVC

A Empordef SGPS, S.A, deliberou, em 05 de Maio de 2015, a dissolução do pacto social de suporte à sua participada ENVC, S.A., tendo-se iniciado de imediato, o processo da sua liquidação.

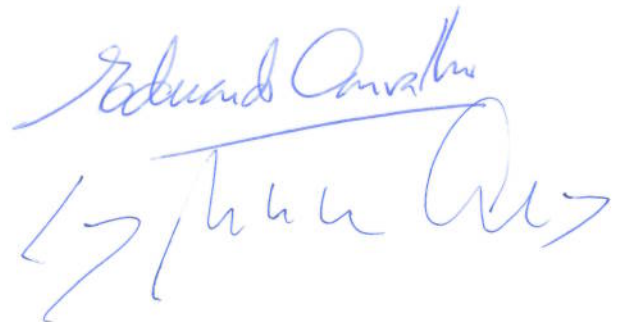
Foi também nomeada uma Comissão Liquidatária para a gestão do processo referido.

Com exceção do mencionado acima, à data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS

E

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 671.321.459,30 euros e um total de capital próprio negativo de 96.729.936,89 euros, o qual inclui interesses minoritários de 1.450.511,11 euros e um resultado líquido negativo de 26.761.048,25 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Reservas

7 a) Os ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., detidos a 100% pela Empordef, SGPS, S.A., são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral. Embora as demonstrações financeiras daquela participada apresentem, em 31 de dezembro de 2014, capitais próprios negativos que ascendem a 223.877 milhares de euros, fundo de maneo negativo em cerca de 254.606 milhares de euros e resultado líquido negativo de 29.037 milhares de euros, e tenha entretanto ocorrido a subconcessão de terrenos e infraestruturas e sido decidido o encerramento da atividade naval dos Estaleiros, as contas do exercício de 2014 foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, pelo que a recuperabilidade dos ativos e a garantia dos passivos dependem totalmente do apoio financeiro do acionista e, face a estas circunstâncias, os ativos e passivos correspondentes aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. deveriam ser apresentados no balanço em Ativo corrente, na rubrica Ativos não correntes detidos para venda.

Adicionalmente, é de referir que a Empordef, SGPS, S.A. se endividou significativamente com o objetivo de financiar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.. Nestas circunstâncias, não é possível avaliar, à data deste relatório, quais as potenciais imparidades e responsabilidades que tenham de vir a ser assumidas pela Empordef, SGPS, S.A. relativamente a esta participada, que apresenta os seguintes principais indicadores financeiros (em milhares de euros):

	2014	2013
Ativo	87.493	107.678
Passivo	311.370	301.142
Capital Próprio	(223.877)	(193.464)

Realçamos também que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. se encontram abrangidos pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais “perda de metade do capital”, devendo o acionista adotar as medidas legalmente previstas para solver esta situação.

b) Registe-se ainda que não tendo sido efetuada, por entidade credenciada, qualquer estudo do possível impacto ambiental resultante da atividade dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e não estando ainda clarificado de quem é a responsabilidade pela recuperação daqueles impactos, não existem condições para quantificar, com algum grau de segurança, o valor das eventuais responsabilidades dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. que deveriam encontrar-se provisionadas.

c) Tal como referido na nossa Certificação Legal das Contas consolidadas relativa ao exercício de 2013, emitida em 22 de maio de 2014, a imparidade de inventários dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. encontrava-se insuficiente em cerca de 7.000 milhares de euros para fazer face à perda referente ao Navio Ferry Atlântida. Considerando que o referido Navio foi vendido em 2014, tal como referido na Nota 10 do Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas, gerando uma menos-valia de cerca de 11.250 milhares de euros, o Resultado líquido negativo daquela participada encontra-se sobreavaliado e os Resultados transitados negativos subavaliados naquele montante, respetivamente.

d) Adicionalmente, as demonstrações financeiras da participada ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., foram objeto de revisão por outro Revisor Oficial de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, com data de 26 de março de 2015, a qual apresenta a seguinte reserva:

- i) Os Ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, sendo que, para aqueles que tinham sido objeto de revalorização, optou-se, aquando da conversão das contas para o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pela exceção prevista na NCRF 3, transitando em 1 de janeiro de 2010 pelo seu valor revalorizado como custo considerado, dado que o mesmo não se afastava significativamente do seu justo valor aquela data, sendo que, nos termos da NCRF 12, a Empresa deve avaliar, em cada data de relato, se há indicações de que os ativos possam estar com imparidade. Considerando a atual situação da Empresa, o processo de subconcessão dos terrenos e infraestruturas afetas à atividade e as medidas de desinvestimento em curso, não nos é possível concluir quanto à suficiência das imparidades existentes para esta classe de ativos.

Em consequência do acima referido, não nos encontramos em condições de concluir sobre os valores envolvidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, SGPS, S.A. relativos aos ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., nem sobre eventuais responsabilidades adicionais que possam vir a ser incorridas relativamente a esta participada.

8 No âmbito da consolidação das participadas Defloc – Locação de Equipamentos de Defesa, S.A. e Defaerloc – Locação de Aeronaves Militares, S.A., encontra-se registado nos Ativos fixos tangíveis 169.730 milhares de euros (2013: 192.535 milhares de euros) e 255.875 milhares de euros (2013: 280.699 milhares de euros), respetivamente, referentes a contratos de locação de helicópteros e aeronaves que estão ser utilizados pelo Ministério da Defesa Nacional. No entanto, devido ao facto de aquelas participadas não deterem os riscos e benefícios associados àqueles ativos, consideramos que estes, bem como os Diferimentos (passivos) e as respetivas depreciações e rendimentos (que são de igual montante), não deveriam estar relevados nas demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, SGPS, S.A..

Nas circunstâncias, em 31 de dezembro de 2014, os Ativos fixos tangíveis e os Diferimentos (passivo corrente e não corrente) encontram-se sobreavaliados, respetivamente, em 425.605 milhares de euros (2013: 473.234 milhares de euros). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, os Gastos de depreciação encontram-se sobreavaliados em 47.577 milhares de euros (2013: 47.638 milhares de euros), os Fornecimentos e serviços externos sobreavaliados em 26.705 milhares de euros (2013: 18.542 milhares de euros) e as Vendas e serviços prestados sobreavaliados em 74.282 milhares de euros (2013: 66.149 milhares de euros), respetivamente.

Opinião

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo nº 7 acima e exceto quanto aos efeitos das situações referidas no parágrafo nº 8 também acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10 É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

11 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 9 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

a) Os valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas apenas para efeitos comparativos, foram por nós objeto de revisão, tendo sido emitida a Certificação Legal das Contas Consolidadas, com data de 22 de maio de 2014, a qual apresentava várias reservas e ênfases, como segue:

(i) uma reserva por limitação de âmbito, resultante da impossibilidade de concluir quanto à eventual imparidade de um conjunto de bens reconhecidos na rubrica de Inventários da participada ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., no montante líquido de 2.114 milhares de euros, à data de 31 de dezembro de 2013. Dado que os referidos bens foram vendidos durante o exercício de 2014, a referida reserva deixou de ser aplicável;

(ii) uma reserva por limitação de âmbito, decorrente do facto de, relativamente à Extra – Explosivos da Trafaria, S.A., não haver certeza quanto à renovação do contrato de cessão de exploração das instalações que constituem o seu principal ativo, o qual estava reconhecido na rubrica de Propriedades de investimento. Esta situação e o facto de existir uma incerteza material sobre a capacidade da Acionista única Ribeira d'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A. prosseguir a sua atividade, não permitiam concluir sobre a capacidade de a Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. prosseguir a sua atividade bem como sobre o eventual efeito nas demonstrações financeiras se estas fossem preparadas com base no princípio de liquidação, nomeadamente a eventual desvalorização das Propriedades de investimento. Em 2014, com a dissolução da Ribeira d'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A., a Empordef, SGPS, S.A. e a Infacal – Gestão de Investimentos, Lda. passaram a ser as acionistas da Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. e o contrato de cessão de exploração das suas instalações foi renovado por um período de cinco anos, sucessivamente renovável por períodos de três anos, pelo que esta reserva deixou de ser aplicável.

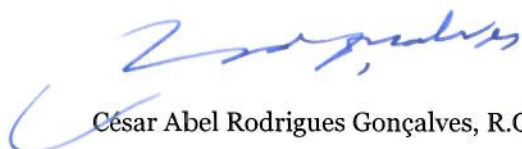
b) Relativamente aos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., cujas demonstrações financeiras de 2014 foram objeto de revisão por outro Revisor Oficial de Contas, a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de 26 de março de 2015, apresenta as seguintes ênfases:

(i) por razões de prudência associadas ao novo quadro de cumprimento do contrato existente para a construção de dois navios asfalteiros, consubstanciado na assinatura de um convénio para a sua cessão em 14 de novembro de 2014, a Empresa alterou em 2013, a sua política contabilística de reconhecimento do rédito. Assim, a recuperação do valor relevado na rubrica de Inventários (produtos e trabalhos em curso), assenta no pressuposto que será possível ceder em condições vantajosas a posição dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. no referido contrato;

- (ii) em 3 de fevereiro de 2015 foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego o projeto de decreto-lei que procede à transferência para a Caixa Geral de Aposentações, IP (CGA) da responsabilidade pelo pagamento dos complementos de pensão do Fundo de Pensões dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e, como compensação pela transferência dessa responsabilidade, foi transferido para a CGA o património do Fundo de Pensões. O referido projeto de decreto-lei estabelece que o valor das responsabilidades transferidas é de 23.597 milhares de euros ao que acresce o montante de 295 milhares de euros a título de comissão de gestão, sendo que o montante das responsabilidades e da comissão de gestão não provisionadas deverá ser assegurado pelos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., pelo seu Acionista único ou pelo Estado. Embora o decreto-lei não tenha ainda sido publicado em Diário da República, a Empresa procedeu ao desreconhecimento destas responsabilidades em 2014, no pressuposto de que as mesmas não venham a recair sobre os ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..
- c) Relativamente ao ponto b) (ii) acima, referimos que foi entretanto publicado o decreto-lei nº 62/2015 de 23 de abril, o qual não altera de forma significativa o acima referido.
- d) A participada EEN – Empordef Engenharia Naval, S.A., apresenta, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, capital próprio inferior a metade do valor do capital social (capital próprio negativo de 18 milhares de euros), estando, assim, perante a situação referida no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais “perda de metade do capital”, e o passivo corrente é superior ao ativo corrente em cerca de 147 milhares de euros. No entanto, as respetivas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações, o qual está integralmente dependente da continuação do apoio financeiro do acionista único, Empordef, SGPS, S.A., ou de quem a venha a substituir como acionista, e do desenvolvimento das respetivas atividades para assegurar o reequilíbrio económico-financeiro daquela participada.
- e) As demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2014, apresentam fundo de maneo negativo em cerca de 293.974 milhares de euros (2013: 262.140 milhares de euros) e resultados operacionais também negativos em cerca de 16.170 milhares de euros (2013: 42.699 milhares de euros). Apesar desta situação e da resolução do Conselho de Ministros nº 42/2014, de 26 de junho, que incumbiu o Conselho de Administração da Empresa de apresentar um plano de liquidação da mesma, as demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, SGPS, S.A. foram preparadas com base no princípio da continuidade, no entanto, se fossem preparadas com base no princípio de liquidação, os eventuais efeitos da alteração deste pressuposto não se estima que sejam significativos.

7 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único (contas consolidadas)

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto quanto ao referido nos parágrafos nºs 7 e 8 da Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas Consolidadas;
- iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos.

5 Conforme referido no parágrafo nº 11 e) da Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2014, apresentam fundo de maneiço negativo em cerca de 293.974 milhares de euros e resultados operacionais também negativos em cerca de 16.170 milhares de euros. Apesar desta situação e da resolução do Conselho de Ministros nº 42/2014, de 26 de junho, que incumbiu o Conselho de Administração da Empresa de apresentar um plano de liquidação da mesma, as demonstrações financeiras consolidadas da Empordef, SGPS, S.A. foram preparadas com base no princípio da continuidade. No entanto, se tivessem sido preparadas com base no princípio de liquidação, os eventuais efeitos na demonstrações financeiras consolidadas da alteração deste pressuposto não se estima que fossem significativos.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

6 Chamamos também a atenção para o aspeto mencionado na alínea d) do parágrafo nº 11 da Certificação Legal das Contas Consolidadas.

7 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

8 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa e das filiais e associadas com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

7 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.

Relatório de Governo Societário

2014

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2014

EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.



Índice

I.	Missão, Objetivos e Políticas	3
II.	Estrutura de capital	8
III.	Participações Sociais e Obrigações detidas	9
IV.	Órgãos Sociais e Comissões	10
A.	Mesa da Assembleia Geral	10
B.	Administração e Supervisão	11
C.	Fiscalização	19
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	21
E.	Auditor Externo	22
V.	Organização Interna	23
A.	Estatutos e Comunicações	23
B.	Controlo interno e gestão de riscos	24
C.	Regulamentos e Códigos	27
D.	Deveres Especiais de Informação	29
E.	Sítio de Internet	31
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	31
VI.	Remunerações	32
A.	Competência para a Determinação	32
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	33
C.	Estrutura das Remunerações	33
D.	Divulgação das Remunerações	33
VII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	34
VIII.	Informação sobre outras transações	35
IX.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	36
X.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	38
XI.	Princípio de Igualdade do Género	41
XII.	Avaliação do Governo Societário	42



I. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.

A EMPORDEF é uma sociedade gestora de participações sociais de capitais públicos tutelada pelos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças, criada pelo decreto-lei nº 235-B/96, de 12 de dezembro, cujos estatutos foram atualizados com as deliberações de 11 de julho de 2006, de 2 de junho de 2008, de 29 de outubro de 2010 e de 12 de agosto de 2011, tendo como missão a gestão das participações do Estado nas empresas da área das indústrias da defesa.

A atividade da EMPORDEF é enquadrada pelas políticas e orientações das Tutelas, pela diversidade e especificidade das empresas participadas e pelas condições de funcionamento dos mercados onde opera.

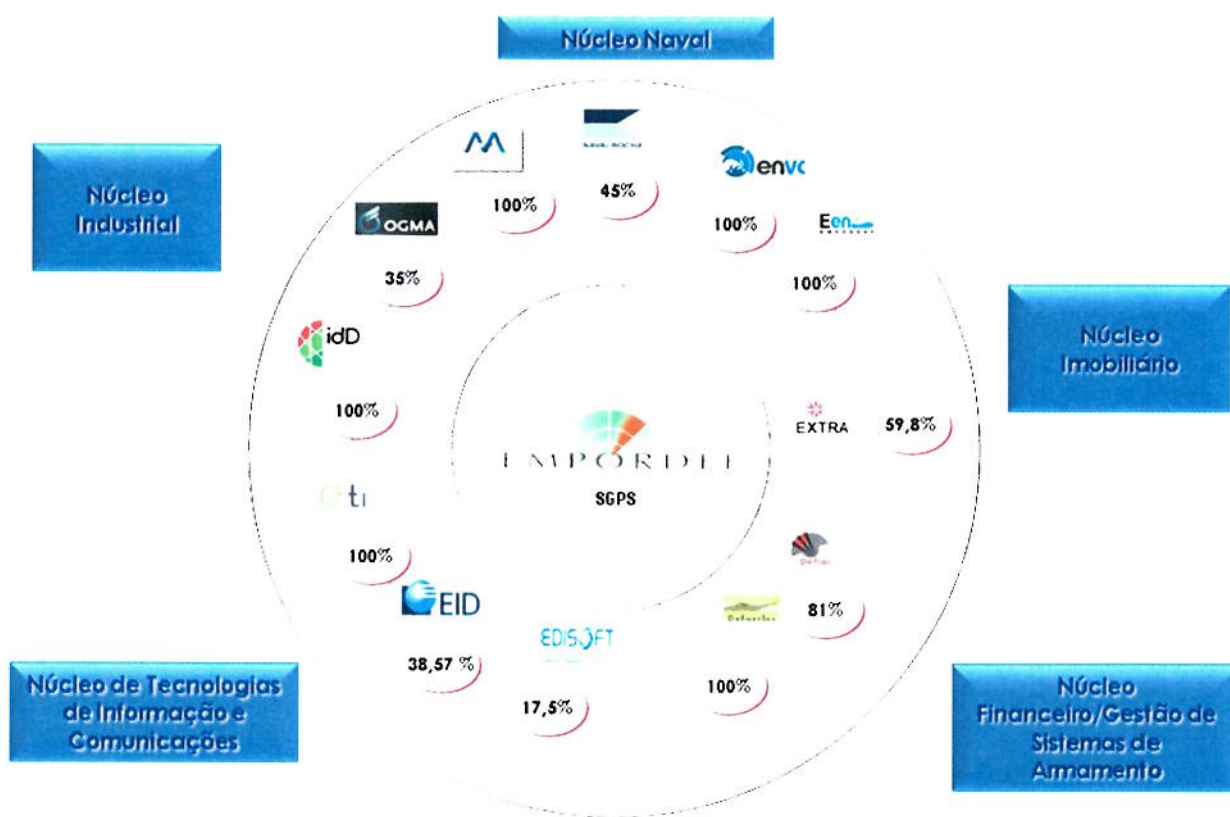
Tal como referido no Código de Ética, a EMPORDEF adota como valores a Excelência de Grupo e a Melhoria Constante.

Os Núcleos de Atividade Empresarial

- Núcleo Naval
 - ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
 - NavalRocha - Sociedade de Reparação e Construção Navais, S.A.
 - Arsenal do Alfeite, S.A.
 - EMPORDEF – Engenharia Naval, S.A.
- Núcleo Industrial
 - OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
 - IDD - Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
- Núcleo Tecnológico e de Comunicações
 - EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
 - EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
 - ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

- Núcleo Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento
 - DEFLOC - Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.
 - DEFAERLOC - Locação de Aeronaves Militares, S.A.
- Núcleo Imobiliário
 - EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A.

As participações em empresas e respetivas percentagens são:



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Reestruturar as indústrias de defesa, conferindo-lhes sustentabilidade e iniciar um processo que conduza à sua privatização.

No cumprimento desta atividade a EMPORDEF é enquadrada pelas políticas e orientações das Tutelas, pela diversidade e especificidade das empresas participadas e pelas condições de funcionamento dos mercados onde opera.

Assim, por núcleo de atividade, o cumprimento dos objetivos estratégicos tem-se

desenvolvido da seguinte maneira:

- Núcleo Naval

ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. – resolução da situação difícil da empresa através do cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros de subconcessão das actividades e activos fixos, venda dos outros activos e resolução do contratos de trabalho;

Arsenal do Alfeite, S.A. – consolidação da política comercial de encontrar outros clientes que não a Armada Portuguesa, nomeadamente, no mercado do MAGREB para garantir maior sustentabilidade e capacidade de desenvolvimento, competitividade e atualidade à empresa e seus trabalhadores;

NavalRocha – Sociedade de Reparação e Construção Navais S.A., alienação da participação ou gestão da participação enquanto acionista minoritário permitindo o encaixe de dividendos para financiamento do Grupo;

EEN, S.A. - assegurar o regular funcionamento da empresa, no âmbito do seu objectivo nuclear – gestão operacional, administrativa e financeira da execução de contrato de construção naval (fornecimento de 2 Navios Asfalteiros para o cliente venezuelano PDVSA)

- Núcleo Industrial

OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. gestão da participação enquanto acionista minoritário garantindo a salvaguarda dos interesses do Estado nomeadamente o desenvolvimento do *cluster* aeronáutico e do projeto KC390, a manutenção dos meios da Força Aérea Portuguesa (FAP) e o encaixe de dividendos para financiamento do Grupo;

IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A. – aumentar os níveis de atividade e de rentabilidade da empresa, alargando a atividade a outros mercados, garantindo no entanto o cumprimento de uma obrigação do Estado.

- Núcleo Tecnológico e de Comunicações

EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A. - Gestão da participação enquanto acionista minoritário garantindo a salvaguarda dos interesses do Estado nomeadamente o desenvolvimento dos projectos em curso com as Forças Armadas portuguesas e o encaixe de dividendos para financiamento do Grupo.

EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.

Estudar a possibilidade, com os restantes acionistas, de alienação ou diminuição da nossa participação.

ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

Privatização permitindo a entrada de acionistas com elevado *Know-how* tecnológico, forte presença no mercado mundial e capacidade de investimento.

6

- Núcleo Financeiro/Gestão de Sistemas de Armamento

DEFLOC – Locação de Equipamentos de Defesa, S.A. e

DEFAERLOC – Locação de Aeronaves Militares, S.A.

Transferência da posição acionista para uma nova entidade no MDN garantindo o cumprimento dos contratos que lhes deram origem (em estudo).

- Núcleo Imobiliário

Extra – Explosivos da Trafaria, S.A

Alienação do terreno que constitui o principal ativo da sociedade e alocação da respetiva receita ao pagamento das dívidas assumidas pela empresa perante os seus acionistas, de acordo com critérios de partilha já definidos parassocialmente.

Relativamente ao pilar estratégico – Clientes/Mercados: a SGPS deverá assegurar uma transição segura da situação anterior, caracterizada por um robusto caderno de encomendas das Forças Armadas portuguesas, que por si só assegurava uma parte muito substancial dos resultados de muitas das participadas, para a nova situação, onde a um abaixamento pronunciado da carteira de encomendas nacionais, se deverá contrapor a conquista de novos mercados e novos clientes.

Relativamente ao pilar estratégico - Inovação Total: a SGPS deverá reforçar a orientação de criação de parcerias nacionais e internacionais que permitam alcançar novos clientes e novos mercados e de dar sustentabilidade às participadas com negócios deficitários.

Relativamente ao pilar estratégico – Eficiência Operacional: a SGPS deverá desenvolver as políticas e as ações tendentes a uma maior racionalização do uso de recursos, matérias-primas, energia e do incremento da transparência e responsabilidade no relacionamento com todos os *stakeholders*.

Relativamente ao pilar estratégico - Uma equipa alinhada: a SGPS deverá assegurar que todo o Grupo desenvolva políticas de reforço do capital humano, pela promoção ativa da participação de todos os quadros na definição de objetivos e no desenvolvimento da estratégia. Deverá ainda ser promovida a integração das competências transversais de

todas as participadas, potenciando todas a sinergias existentes.

2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.

A política da empresa assenta nas seguintes grandes linhas de atuação:

- Integração das unidades empresariais participadas nas estratégias globais estabelecidas para o Grupo EMPORDEF, nomeadamente na sua viabilidade económica;
- Articulação das diferentes áreas de atividade empresarial afins que integram os núcleos empresariais do Grupo EMPORDEF;
- Criação de serviços partilhados, que integrem em modo sinérgico as diversas competências existentes nas empresas participadas;
- Definição de políticas de gestão no Grupo, nomeadamente quanto a:
 - Qualidade
 - Conhecimento Técnico
 - Responsabilidade Social
- Estabelecimento de uma Cultura Empresarial partilhada.

3. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

- Assegurar a gestão do Grupo segundo os mais rigorosos critérios de racionalidade económica, ambiental e social, gerando valor para os acionistas e todos os *stakeholders*;
- Permitir o desenvolvimento das empresas do Grupo seja pela sua privatização, seja pela diminuição da participação do Estado permitindo, em ambos os casos, a entrada ou reforço de acionistas com elevado *know-how* tecnológico, forte presença no mercado mundial e capacidade de investimento, seja, em contados casos, pela sua manutenção nas mãos do Estado, aliando, neste caso, às necessidades do Estado uma vertente comercial que lhes permita gerar receitas para o seu próprio financiamento e desenvolvimento;
- Apoiar as Tutelas nas decisões relacionadas com as indústrias de defesa;
- Adaptar o Grupo às novas condições do mercado, aumentando a eficiência das operações, criando novos produtos, novos serviços e procurando novos clientes pelas vias institucionais, diplomáticas e bilaterais;

- Promover as sinergias entre as participadas, racionalizando os recursos existentes e potenciando a integração.
- Promover a sua imagem institucional e inserção nas organizações e mercados internacionais, de forma a incrementar a realização comercial das suas participadas.

No que respeita aos objetivos e resultados definidos pelo acionista, os mesmos foram fixados em Assembleia Geral pelo que remetemos para o Relatório “Cumprimento das Orientações Legais” página 9, número 4 e para o Relatório de Gestão Individual, página 19, ponto 3.2..

4. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.

A Empresa pretende que os seus ativos se enquadrem no contexto duma adequada gestão e integração na estratégia definida na sua missão.

5. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política sectorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2014 determina o início do processo conducente à dissolução e liquidação da EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. (EMPORDEF), tendo em vista a respetiva extinção nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Dando cumprimento a esta deliberação, o Conselho de Administração da EMPORDEF apresentou à tutela setorial e financeira um plano de liquidação e deu início às ações tendentes a dar cumprimento a referida Resolução.

II. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital da empresa é composto por 34.855.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada totalizando 174.275.000,00 euros.

O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado sendo o seu único acionista a Direção Geral do Tesouro.

2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

Não existem limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações, para lá das que resultam do enquadramento de funcionamento do Sector Empresarial do Estado.

3. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições.

Não existem acordos parassociais.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.

Sem aplicação, uma vez que nenhum membro do Conselho de Administração da EMPORDEF é titulares de participações noutras entidades participadas.

2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

Em Assembleia Geral de 2 de abril de 2014 da Ribeira D'Atalaia – Sociedade Imobiliária, S.A, foi decidida a dissolução desta Sociedade tendo ocorrido a sua liquidação em 5 de dezembro de 2014. Com esta liquidação, as ações por si detidas da sociedade EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A. passaram a ser detidas pela EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SA (185.380 ações) e pela INFACAL – Gestão de Investimentos, Lda (124.620 ações).

A EMPORDEF não detêm qualquer participação em entidades de natureza associativa ou fundacional.

3. A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo.

A responsabilidade da Empresa relativa a garantias bancárias, cartas conforto e livranças reparte-se da seguinte forma:

Cartas Conforto	31-12-2014	31-12-2013
ENVC		- 12.970.000,00
Naval Rocha	411.157,86	411.157,86
Ribeira D'Atalaia		- 8.550.000,00
Edisoft		- -
Total	411.157,86	21.931.157,86

4. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Sem aplicação, uma vez que nenhum membro do Conselho de Administração da EMPORDEF é titulares de participações noutras entidades participadas.

5. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.

A EMPORDEF tem como acionista único a DGTF, com a qual a empresa não mantém qualquer relação comercial nem é esse o seu objeto social.

6. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Declaração dos membros do órgão de administração de que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, conforme modelo em anexo.

O Conselho de Administração da EMPORDEF cumpre a legislação aplicável no que respeita a conflitos de interesse, nomeadamente, o estabelecido no Decreto Lei 133/2013, de 3 de Outubro.

A declaração de cada membro do Conselho de Administração encontra-se em anexo ao presente documento.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
2014-2016	Presidente	M ^{te} Fernanda Joanaz Silva Martins	585,00	1.300,00	130,00	1.170,00
2014-2016	Secretaria	Luisa M ^{te} do Rosário Roque	365,20	800,00	69,60	730,40

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e Indicação dessas maiorias.

Não existem.

B. Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

O modelo de governo e estrutura de organização interna da sociedade traduzem a preocupação em seguir as boas práticas em termos de governação tendo como referência o enquadramento definido na RCM n.º 49/2007, publicada em 28 de março, que estabelece as regras de governo das empresas do setor empresarial do Estado.

Tendo por base estes princípios, e ainda o conjunto de alterações entretanto introduzido no Código das Sociedades Comerciais e no regime jurídico do setor empresarial do Estado, cuja base é o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, alterações que foram acompanhadas pela aprovação de um novo Estatuto do Gestor Público através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, o modelo de governo da sociedade constante do Decreto-Lei n.º 235-B/96, de 12 de dezembro, que procedeu à criação da EMPORDEF, alterado em 2008, foi de novo modificado em 2011 retomando o formato orgânico mais tradicional: Assembleia Geral, Conselho de Administração, com as competências de fiscalização entregues a um Fiscal Único e respetivo suplente.

O Conselho de Administração é composto por três membros executivos (atualmente apenas dois) e até dois não executivos (atualmente nenhum), eleitos em conjunto para um mandato de três anos pela Assembleia-geral, que designa o respetivo presidente e os administradores que exercem funções executivas e não executivas. O Fiscal Único e o respetivo Suplente são também designados pela Assembleia Geral para mandatos de igual duração.

Este modelo assegura a separação efetiva das funções executivas das de controlo e fiscalização.

Relativamente ao início e termo do mandato remetemos para o Relatório "Cumprimento das Orientações Legais" página 9, número 5.

2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

São seguidas as regras formais instituídas do ponto de vista legal e estatutário.

12

3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Designação		QPRLO	
			Forma (1)	Data	Identificar Entidade	Pagadora (O/D)
2011-2013	Presidente	Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	Ata AG	12/08/2011		O
2011-2013	Vogal	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Ata CA	30/03/2012		O
2011-2013	Vogal	José David Moura Marques a)	Ata AG	17/10/2012		O
2014-2016	Presidente	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Ata AG	19/09/2014		O
2014-2016	Vogal	Luis Miguel Rochartre Álvares	Ata AG	19/09/2014		O

Legenda: (1) - indicar Resolução (RVAG/DUE/Despacho (D))

Nota: QPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

Presidente CA – Dr. Eduardo Jorge dos Santos Carvalho

Natural do Porto (nascido em 3 de julho de 1957)

Casado e pai de 3 Filhos

FORMAÇÃO ESCOLAR

1980 - LICENCIATURA EM ECONOMIA PELA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

1992 - PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS EUROPEUS PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (PORTO).

2005 - MBA pelo ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

Atividade PROFISSIONAL REGULAR EM ORGANIZAÇÕES

2014 – Presidente na “EMPORDEF – EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, SGPS, SA”

2012 – 2014 - ADMINISTRADOR EXECUTIVO, CFO, na “EMPORDEF – EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA, SGPS, SA”

2001 - 2005 / Moçambique - ASSESSOR DA ADMINISTRAÇÃO DA “SOPREL”.

2000 – 2002 / Moçambique Diretor DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO DO GRUPO DE EMPRESAS “JOÃO FERREIRA DOS SANTOS”.

1999 – 2000 / Moçambique, Angola e Quênia - Direção DA “HLB-LISMÉTODO (MOÇAMBIQUE) AUDITORES E CONSULTORES, S.A.R.L.

1998 – 2000 / Moçambique - Direção (COM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA) DO “CEAD” - CENTRO DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO.

1997 – 1998 / Moçambique – Diretor, BCI - BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS.

1994 - 1996 / Portugal

Direção ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA DE GRUPO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS, EM DIFERENTES Setores DE Atividade (CONSTRUÇÃO CIVIL, GESTÃO IMOBILIÁRIA, FABRICO DE CALÇADO, REVENDA DE COMBUSTÍVEIS E Extração E COMERCIALIZAÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS).

ASSESSOR DA ADMINISTRAÇÃO, “HERCULANO ALFAIAS AGRÍCOLAS, S.A.

CONSULTOR, “INREGILDE, S.A.

ORIENTAÇÃO DA GESTÃO GLOBAL, “2002 CALÇADO, S.A.

1984 – 1988 / Portugal - RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, GRUPO “PRATIK / JEFAR’S.

1982 – 1984 / Portugal – CONSULTOR, “EUROEXPANSÃO-ESTUDOS E Projetos, S.A.”.

1980 – 1982 / Portugal - “CONTROLLER”, COMPANHIA PORTUGUESA DO COBRE (PORTO).

14

Atividade DOCENTE

Experiência de docência universitária, desde 1980, nas áreas da contabilidade, controlo de gestão e gestão financeira, em Portugal, Moçambique e Angola, nas seguintes escolas: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA, I.S.C.T.E.M. - INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE MOÇAMBIQUE, ISPU – INSTITUTO SUPERIOR E POLITÉCNICO UNIVERSITÁRIO, FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (NÚCLEO REGIONAL DO PORTO), I.E.S.F. - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS FINANCEIROS E FISCAIS (PORTO), ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA (UNIVERSIDADE CATÓLICA - PORTO), INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - ISAG (PORTO), INSTITUTO SUPERIOR DE ASSISTENTES E INTÉRPRETES – ISAI (PORTO), ISCAP - INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO, UNIVERSIDADE PORTUGALENSE e FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

- Gestor e Coordenador de Projetos de Investimento e/ou reestruturação em distintas Áreas e Empresas em Portugal e no estrangeiro (PORTUCEL / SOPORCEL, CELBI, SONAE, ALTRI, etc)
- Coordenador de Projetos Internacionais de Investimento e / ou racionalização (Estaleiros Navais: ASRY / Bahrain, DIANCA / Venezuela, ASMAR / Chile;)
- Diretor com Intervenção/ Gestão em Investimentos em distintas empresas do Grupo CUF (Estaleiros de construção e Reparação Naval: LISNAVE, SETENAVE, ENVC, PARRY & SON)
- Diretor de Engenharia na ITT / Standard Elétrica, no setor de TV/Rádio
- Membro da Comissão Instaladora da Universidade em Moçambique (Lourenço Marques) e Docente Universitário (Cursos de Engenharia)

Vogal CA – Eng.º Luís Miguel Rochartre Álvares

1 - DADOS PESSOAIS

Data de Nascimento: 10 de julho de 1962

Cédula Profissional nº 30969 da Ordem dos Engenheiros

2 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL



- Presidente do Conselho de Administração da Defloc – Locação de Equipamentos de Defesa S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Defaerloc – Locação de Aeronaves Militares S.A
- Vogal do Conselho de Administração da EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Empordef TI – Tecnologias de Informação, S.A.

3 - HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

- Licenciado em Engenharia Florestal pela Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, com a classificação de 14 valores, em agosto de 1987
- “Executive Program for Non Profit Leaders”, Graduate School of Business, Stanford University, 2009.
- “Corporate Social Responsibility – Strategies to create business and social value” – Harvard Business School, Harvard University, 2008.
- “Business Strategies for Environmental Sustainability” – Graduate School of Business, Stanford University, 2007.
- Frequência do Mestrado em Georecursos, no Instituto Superior Técnico, 1999-2000.
- Frequência do Mestrado em Estatística e Gestão da Informação no ISEGI, Universidade Nova de Lisboa, 1996-1997.

4 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.1 - Funções

- **outubro a dezembro de 1986** - Monitor da disciplina de Legislação e Problemas Nacionais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- **março a novembro de 1987** - Foto-intérprete no Projeto nº6 do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional (PIDR) de Trás-os-Montes.
- **dezembro de 1987 a novembro de 1988** - Técnico superior no Projeto nº2 do PIDR de Trás-os-Montes.
- **novembro de 1988 a setembro de 1989** - Assistente 1ª Triénio da área científica de Silvicultura Geral na Escola Superior Agrária do Instituto Superior Politécnico de Bragança.
- **setembro de 1989 a outubro de 1996** - Responsável pelo sector de Investigação e Desenvolvimento na Silvicaima, Sociedade Silvícola Caima Lda. (atualmente Altri Florestal).
- **outubro de 1996 a março de 2000** - Secretário-Geral da AFLOPS - Associação de Produtores Florestais de Setúbal.
- **outubro a dezembro de 1997** - Secretário-geral interino da Federação dos Produtores Florestais de Portugal – Conselho Nacional da Floresta.
- **março de 2000 a setembro 2002** - Diretor Executivo da AFLOPS – Associação de Produtores Florestais.

- **Desde junho de 2000** - Presidente da Comissão Técnica de Normalização 145 (CT145) – Gestão Florestal Sustentável – do Sistema Nacional da Qualidade.
- **De setembro 2002 a fevereiro de 2004** – Secretário-geral da UNAC – União da Floresta Mediterrânica.
- **De maio de 2003 a novembro de 2011** – Secretário-geral do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.
- **De novembro 2011 a abril de 2012** - Presidente do Conselho de Administração da IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa S.A.
- **De novembro 2011 a abril de 2012** - Presidente do Conselho de Administração da Defaerloc – Locação de Aeronaves Militares S.A
- **De outubro 2011 a Setembro de 2014** - Secretário-geral da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) S.A.

16

4.2 – Outras funções

- Membro da comissão de acompanhamento do PDAR (Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional) de Abrantes, de novembro de 1990 a outubro de 1993.
- setembro de 1989 a outubro de 1996 - Representante da Companhia de Celulose do Caima, SA no grupo de trabalho de Inventário Florestal da CELPA - Associação da Indústria Papeleira.
- setembro de 1989 a outubro de 1996 - Representante da Companhia de Celulose do Caima, SA no grupo de trabalho de Proteção Florestal da CELPA - Associação da Indústria Papeleira. Coordenador do grupo de trabalho entre maio de 1990 e fevereiro de 1993.
- outubro de 1996 a dezembro de 1998 - Representante da AFLOPS, no Conselho Consultivo da Água e Ambiente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).
- outubro de 1996 a dezembro de 1998 - Representante da AFLOPS, no Conselho Consultivo da Floresta e dos Recursos Silvestres da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).
- julho de 1998 a agosto 2001 - Diretor de "A Folha" – Jornal de Notícias da Floresta, periódico bimestral.
- janeiro de 1999 a junho 2000 - Vogal da Comissão Técnica de Normalização 145 (CT145) – Gestão Florestal Sustentável – do Sistema Nacional da Qualidade.
- Avaliação ex-post de Projetos desenvolvidos na Ação de Investigação, Experimentação e Demonstração (IED) do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), 2000-2001.
- De setembro de 1999 a fevereiro de 2004 - Representante da AFLOPS/UNAC no GANP (Grupo de Acompanhamento do Nemátodo do Pinheiro), grupo de consulta do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.
- Coordenador do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia Florestal, da Ordem dos Engenheiros, 2001-2004.
- Membro da equipa técnica que elaborou o estudo "Sertã – Acções e medidas para a floresta", IPI, 2003.

- De outubro de 2003 a outubro 2005 – Membro do “Advisory Board” do Millenium Ecosystems Assessment em Portugal.
- Membro do Grupo de Trabalho reunido sob a égide da Unesco que elaborou o documento “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) – Contributos para a sua dinamização em Portugal”, Unesco, 2005-2006.
- Membro do conselho editorial da revista Indústria e Ambiente, desde 2007.
- De março de 2007 a outubro 2009 – coordenador da sub Rede Europeia de organizações parceiras da Rede Regional do WBCSD.
- Membro do Conselho Consultivo de Stakeholders do Citab (Centro de Investigação de Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas) – UTAD, desde outubro 2010.
- Vogal do Conselho Regional Sul do Colégio de Engenharia Florestal, da Ordem dos Engenheiros, 2010-2013 – 2014-2017.
- Professor Convidado no ISEG, desde 2011.

4.3 – Distinções

- 2009 Stanford University Centre for Social Innovation Fellow
- 2011 WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, Order of Outstanding Contributors for Sustainable Development

6. Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Ver declarações em anexo.

7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não aplicável. Não existe qualquer tipo de relação familiar, profissional ou comercial com o acionista salvo as que decorrem da sua atividade, devidamente enquadradas pelos respetivos estatutos.

8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Áreas de Responsabilidade dos Membros do Conselho de Administração
EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.

Pelouros/ Áreas	
Eduardo Carvalho	Luís Rochartre Álvares
Organização interna e dos Órgãos Sociais do Grupo	Contratação de Serviços e Compras
Relações com outros acionistas	Gestão da partilha de serviços intra Grupo
Controlo financeiro Interno e das Participadas	<i>Compliance</i> Interno e do Grupo
Auditorias Internas e Externas	Gestão de Recursos Humanos
Aprovação e Apresentação de Contas	Representação Externa Institucional
Controlo de Gestão e Reporting do Grupo	Gestão Ativos Imobiliários
Relações com a Banca	Relações Públicas e <i>Media</i>
Relações com a DGTF e IGCP	Gestão da Frota Automóvel
	Assessoria Jurídica
	Secretário-geral

Empresas	
Eduardo Carvalho	Luís Rochartre Álvares
ENVC	AA, SA
EEN	IDD
Ribeira d'Atalaia/Extra	Defaerloc
Edisoft	ETI
Naval Rocha	Defloc
	EID
	OGMA

A EMPORDEF não tem departamentos nem comissões.

Na EMPORDEF não está instituída qualquer delegação de competências.

9. Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo:
- a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas.
Realizaram-se 39 reuniões de Conselho de Administração, com um grau de assiduidade de 100% para ambos os membros do Conselho de administração.
 - b) Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Membro do CA (Nome)	Acumulação de funções		
	Entidade (Identificar)	Função (Identificar)	Regime (Publico/Privado)
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Empordef (SGPS),SA	Presidente	Publico
	Defloc,SA	Vogal	Publico
	Extra,SA	Vogal	Publico
	Ribeira d'Atalaia,SA	Vogal	Publico
	Defaerloc,SA	Vogal	Publico
Luis Miguel Rochartre Álvares	Empordef (SGPS),SA	Vogal	Publico
	ETI	Vogal	Publico
	Defloc,SA	Presidente	Publico
	Defaerloc,SA	Presidente	Publico

19

- c) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos.

De acordo com os estatutos da empresa, a avaliação de desempenho dos administradores executivos é efetuada pelo administrador não executivo de acordo com os critérios definidos legalmente e de acordo com os seus estatutos. No entanto, no presente mandato não existem administradores não executivos.

Com a nomeação dos novos órgãos sociais, apenas foram nomeados dois administradores executivos.

Na ausência de administrador não executivo, a avaliação do desempenho dos administradores poderá ser realizada pelo acionista.

- d) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

Não existem. Apenas foram nomeados dois administradores executivos.

10. Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não aplicável.

C. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição,

consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

A fiscalização da sociedade, tal como modelo adotado pela Empresa, é exercida por um fiscal único (ROC). Identificação do ROC no ponto D. Esta sociedade está designada para estas funções na EMPORDEF desde 12 de agosto de 2011.

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Não aplicável devido à não existência destes conselhos e comissões.

3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

A fiscalização da sociedade é exercida por um fiscal único, sendo que a entidade nomeada para o desempenho dessa função é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077.

4. Funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, consoante aplicável:

- a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro.

Não aplicável devido à não existência destes conselhos e comissões.

- b) Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Não aplicável devido à não existência destes conselhos e comissões.

- c) Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não aplicável devido à não existência destes conselhos e comissões.

- d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Não aplicável devido à não existência destes conselhos e comissões.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação do ROC, SROC respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que o representa e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos exercícios na sociedade
		Nome	Número	Doc (1)	Data	Límite Fixado	Contratada	
2014-2016	Fiscal Único	PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc.Rev. Ofic. de Contas:	183	Ata AG	19/09/2014	20.442,60	22.714,00	2
	Representante	Cesar Abel Rodrigues Gonçalves	740					
	Representante	Ana Maria A'vila de Oliveira Lopes Bertão	902					
	Fiscal Suplente	José Manuel Henriques Bernardo	903					

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC)

Legenda: (1) - indicar Resolução (RVAG/DUE/Despacho (D))

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto (€)
2014-2016	Fiscal Único	PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc.Rev. Ofic. de Contas	20.442,60	22.714,00

Esta sociedade foi nomeada, para um primeiro mandato, em 12 de agosto de 2011.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade.

Não existe qualquer limitação.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc. Ver. Ofic. de Contas	
Empresas (Identificar)	Anos (Identificar)
Empordef,SGPS,SA	4
Defaerloc,SA	3
IDD,SA	3
Ribeira d'Atalaia,SA	3
Ogma Imobiliária,SA	3
ETI,SA	3
Arsenal do Alfeite,SA	3
Extra, SA	3

4. Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

A PWC SROC, prestou serviços no âmbito da revisão do Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento 2014 e 2015 (PAO) da EMPORDEF SGPS, análise das contas de ENVC e análise fiscal da transferência da DEFLOC e DEFAERLOC.

E. Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

De acordo com os estatutos da empresa, a fiscalização da sociedade é exercida por um fiscal único, não estando prevista a figura de um auditor externo.

2. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

De acordo com os estatutos da empresa, a fiscalização da sociedade é exercida por um fiscal único, não estando prevista a figura de um auditor externo.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Não aplicável.

4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

De acordo com os estatutos da empresa, a fiscalização da sociedade é exercida por um fiscal único, não estando prevista a figura de um auditor externo.

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis

No exercício de 2014, não existiram quaisquer alterações aos Estatutos. As regras são definidas em assembleia geral de acionistas e de acordo com as leis em vigor.

2. Comunicação de irregularidades - meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A empresa utiliza os mecanismos formais e processuais estabelecidos para este efeito, monitorizando a situação de forma permanente e rigorosa.

Internamente esta participação de irregularidades será realizada por via hierárquica e externamente os órgãos representativos da empresa comunicarão ao acionista qualquer irregularidade ocorrida.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional. Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicar se a empresa cumpre com a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e se elabora anualmente um Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências, dos factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro. Indicação do local no site da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (Artigo 46.º DL 133/2013).

A EMPORDEF, S.A. tem em vigor práticas com vista a identificar possíveis conflitos de interesse

e atuar de modo a evitar ou reduzir ao mínimo o risco da sua ocorrência. As políticas definidas nesta matéria pretendem responder a um duplo objetivo:

- a) Identificar as circunstâncias que podem dar origem a um conflito de interesse relevante;
- b) Especificar as medidas a tomar com vista a gerir esses potenciais conflitos e prevenir ações e/ou omissões decorrentes que possam constituir riscos para o regular funcionamento da empresa.

24

A política prosseguida pela EMPORDEF, S.A. nesta matéria está vertida no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que neste âmbito complementa as disposições contidas no Código de Ética.

B. Controlo interno e gestão de riscos

A EMPORDEF, SGPS e o seu Grupo encontram-se expostos a um conjunto de riscos que resultam da sua atividade. A continuidade das operações depende da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação e instalações), e deste modo pôr em risco os objetivos estratégicos do Grupo.

Não existindo na EMPORDEF, SGPS um sistema formal de controlo interno integrado, a EMPORDEF está no entanto dotada de um conjunto de mecanismos e instrumentos de controlo de gestão que lhe permitem fazer um adequado acompanhamento e controlo operacional e financeiro dos seus processos e atividade em geral, designadamente um conjunto de procedimentos formais detalhando atividades e responsabilidades e sistemas e ferramentas informáticas de suporte à atividade.

A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada pela *holding* e pelas próprias subsidiárias. As Direções Financeiras monitorizam, nomeadamente os riscos cambiais e de taxa de juro, enquanto nos casos em que existem, são os Serviços/Departamentos de Sistemas de Informação que acompanham a manutenção de políticas de controlo adequadas relativas à gestão das tecnologias de informação, controlos de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas.

A EMPORDEF, SGPS, aumentou substancialmente os financiamentos contraídos, na sua larga maioria pela assunção da dívida financeira dos ENVC, dos seus défices de exploração por inatividade e do ferry Atlântida, o que leva a que o serviço da dívida transcenda a capacidade imediata face aos proveitos correntes.

Procedimentos aplicáveis

■ Diversificação de investimentos de financiamento

A EMPORDEF está, por definição estatutária, focada em áreas ligadas à indústria de defesa, pelo que a diversificação dos investimentos está condicionada.

■ Diversificação de modalidades de taxas de juro disponíveis

A EMPORDEF SGPS tem procurado promover a diversificação das taxas de juros dos seus encargos bancários, dentro da reduzida capacidade negocial face à coordenação da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no apoio bancário às empresas do SEE.

■ Diversificação de entidades credoras

A EMPORDEF SGPS tem procurado promover a diversificação das entidades credoras, dentro da reduzida capacidade negocial face à coordenação da DGTF no apoio bancário às empresas do SEE.

■ Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

A EMPORDEF tem contado com o apoio e orientação da DGTF na gestão da cobertura de riscos em função das condições de mercado, procurando autonomamente assegurar as melhores condições face às práticas do setor bancário.

As empresas do Grupo EMPORDEF estão expostas, de um modo diferenciado, a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio), risco de crédito e risco de liquidez.

As alterações dos mercados financeiros, sejam os relacionados com a baixa liquidez do sistema bancário nacional, seja a alta acentuada dos juros dos empréstimos leva a que o perfil de risco esteja em mutação muito rápida.

A política desenvolvida anteriormente, nas empresas do Grupo que contraíram financiamentos de longo prazo, nomeadamente a política de gestão de risco de taxa de juro estava orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da fixação da taxa de juro, foi posta em causa pelas novas condições impostas pelo sistema bancário, com a redução das maturidades dos empréstimos e o aumento das taxas de juro praticadas.

A redução da atividade das empresas do grupo, aliada à incapacidade de cumprimento dos contratos plurianuais pelas Forças Armadas portuguesas, veio criar a necessidade de se racionalizarem as prestações de garantias, que representam um encargo, agora não produtivo, muito elevado.

As empresas do Grupo que detinham depósitos bancários e aplicações de excedente de tesouraria, analisaram os *ratings* e procuraram diversificar as entidades, de modo a minimizar os riscos.

Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

- Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis
Face às atuais condições de mercado, em que os bancos nas renegociações estão a converter todo o passivo das empresas participadas existente, em passivo de curto prazo, torna-se impossível assegurar este objetivo.
- Contração de operação que minimize o custo financeiro (*all-in-cost*)
Nada a referir.
- Minimização da prestação de garantias reais
A EMPORDEF SGPS não prestou quaisquer garantias reais em 2013.
- Minimização de cláusulas restritivas (*covenants*)
Nada a referir.

Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da Empresa

- Adoção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura de investimentos anuais e plurianuais.
Os únicos investimentos que a EMPORDEF SGPS tem feito, têm sido financeiros – ações e prestações suplementares.
- Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rentabilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas.
Algumas das empresas do Grupo com maior investimento em I&D procuram candidatar-se aos vários programas existentes de modo a beneficiar dos cofinanciamentos e dos subsídios.
- Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento
Cumprido.

C. Regulamentos e Códigos

1. Regulamentos Internos e Externos Aplicáveis

1.1. Regulamentos Internos

Regulamentos Internos

- Nova estrutura interna da sociedade:

A EMPORDEF observa na organização da sua atividade os princípios de gestão empresarial, devendo os seus órgãos e colaboradores atuar, no exercício das suas funções, de acordo com tais princípios.

O modelo de organização assenta numa estrutura de serviços simples, que procura articular e coordenar as funcionalidades da própria empresa com as demais empresas do Grupo, garantindo a operacionalidade da estrutura numa lógica funcional e integrada de grupo empresarial, permitindo um diálogo permanente em termos de eficácia, utilização e racionalidade dos meios de todo o Grupo, atentas as orientações estratégicas definidas pela EMPORDEF para o Grupo.

- Perfis dos diversos postos de trabalho:

São definidos os colaboradores que integram cada órgão da estrutura funcional e definidas as suas competências e responsabilidades (Estrutura orgânica da EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.)

- Gestão do pessoal:

Foram definidas normas de enquadramento para o processamento de vencimentos, para marcação de férias e justificação de faltas (Procedimento para processamento de vencimentos, Modelos de marcação de férias e justificação de faltas).

- Gestão da documentação:

Foram definidas regras de controlo, registo e arquivo de toda a documentação entrada, produzida e enviada (Procedimento do controlo da correspondência recebida e expedida).

- Gestão das deslocações em serviço:

Foram definidas as competências para autorização das deslocações em serviço, mediante proposta apresentada pelo colaborador, fixados os meios de transporte a utilizar, o processamento das despesas incorridas com as deslocações e a forma do seu reembolso (Regulamento de Deslocações em Serviço).

- Processo de aquisição de bens e serviços:

Foram definidas regras de requisição, de encomenda de bens e contratação de serviços, de adjudicação (Procedimento relativo às aquisições de bens e serviços efetuados pela Empresa).

- Competência para realização de despesas:

Apenas o Conselho de Administração tem competência para realização ou autorização de despesas no âmbito dos poderes de gestão corrente da sociedade.

- Gestão do fundo de caixa:

Define o fundo fixo de caixa, as despesas elegíveis para serem pagas por seu intermédio, o modo do seu funcionamento e as responsabilidades de quem gere o fundo (Procedimento para utilização de fundo de caixa).

Entre os restantes procedimentos formais destacamos:

- Procedimento relativo a pagamentos aos fornecedores da Empresa;
- Procedimento relativo às faturas recebidas na Empresa.

1.2. Normas e Regulamentos Externos

Regulamentos Externos

A EMPORDEF é uma sociedade gestora de participações sociais pelo que a sua atividade está sujeita ao regime definido para estas sociedades através do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro e legislação complementar, do qual decorre nomeadamente a sujeição ao controlo específico da Inspeção-Geral de Finanças.

Para além daquele enquadramento em função da natureza da sua atividade, o facto de a EMPORDEF ser uma sociedade de capitais públicos determina igualmente a sujeição ao regime jurídico das empresas do setor empresarial do Estado estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto. Como empresa de capitais públicos a sua gestão deve seguir os princípios de bom governo enunciados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, publicada em 28 de março, estando os seus gestores abrangidos pelo Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Em termos de orientação estratégica a atividade da EMPORDEF está ainda enquadrada pelas orientações globais para o setor empresarial do Estado aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, publicada em 22 de abril.

A natureza pública do seu capital coloca a EMPORDEF no universo das empresas sujeitas ao controlo financeiro do Tribunal de Contas, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 98/87, de 26

de agosto, com as alterações decorrentes da Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

2. Referência à existência ou aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética

A EMPORDEF SGPS tem um Código de Ética aprovado em 14 de janeiro de 2008 pelo Conselho de Administração.

3. Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicar se a empresa cumpre com a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e se elabora anualmente um Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências, dos factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro. Indicação do local no site da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (Artigo 46.º DL 133/2013).

A empresa presta a maior atenção ao acompanhamento e monitorização das questões associadas a gestão de riscos de fraudes e de corrupção, dispondo de ferramentas preventiva para o efeito.

A política prosseguida pela EMPORDEF, S.A. nesta matéria será vertida no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

D. Deveres Especiais de Informação

A EMPORDEF cumpre todos os deveres especiais de informação a que se encontra obrigada.

Na plataforma do Setor Empresarial do Estado (SEE), A EMPORDEF divulga a seguinte informação:



Informação a constar no Site do SEE

Estatutos

Caracterização da Empresa

Função de tutela e accionista

Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais

- Identificação dos órgãos sociais
- Estatuto Remuneratório Fixado
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais
- Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais

Esforço Financeiro Público

Ficha Síntese

Informação Financeira histórica e atual

Princípios de Bom Governo

- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita
- Transações relevantes com entidades relacionadas
- Outras transações
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:
 - Económico
 - Social
 - Ambiental
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo
- Código de ética

Informação a constar no SIRIEF

Informação Estável da Empresa:

Identificação da Entidade e Referências Institucionais

- Modelo Identificativo da Empresa
- Princípios de Bom Governo (grau de cumprimento)
- Princípios de Bom Governo (descritivo)
- Orientações de Gestão
- Tutela e Função Accionista
- Desempenho Económico Anual
- Órgãos Sociais
- Data de Aprovação de Contas
- Carregamento de Documentos
- Actualização de Informação
- Medidas Plano de Redução Custos / Gastos Operacionais
- Modelo Necessidades Financiamento
- UTE - Disponibilidades e Aplicações na Banca Comercial
- Responsabilidades Contingentes
- Carregamento Ficheiro IGCP SEE

Introdução de Mapas Financeiros

Introdução de Outros Dados Operacionais

- Capital
- Participações Financeiras

Para além destas plataformas, a EMPORDEF presta informação à IGF através do SIPART no qual é registada informação relativa às participações financeiras e dados financeiros das empresas do grupo.

Como estabelecido remete anualmente o Relatório e Contas ao Tribunal de Contas.

E. Sítio de Internet

O sítio de internet no qual se divulga a informação sobre a empresa é <http://www.empordef.pt>.

A informação que consta no site da empresa é a seguinte:

Informação a constar no Site da EMPORDEF
História Visão, Missão e Estratégia Órgãos Sociais - identificação dos corpos sociais - Areas de responsabilidade - identificar comissões - remunerações Estrutura Organizacional e Funcional da Empresa (Organograma) Estatutos Orientação Legais e Governo Societário Sistema de controlo de riscos Assembleias Gerais Atas Análise de Sustentabilidade Regulamentos Código de Ética Informação Financeira Transações Relatórios e Contas PMP - Prazo Médio de Pagamentos Indicadores Chave Relatórios Trimestrais

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

A atividade da EMPORDEF não está suportada em nenhum contrato-programa que permita caracterizá-la como sendo de Serviço Público ou de Interesse Geral.

VI. Remunerações

A. Competência para a Determinação

As remunerações ilíquidas dos membros do Conselho de Administração, fixadas nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, são as seguintes:

- Presidente: Valor ilíquido de 5.722,75€, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10€.
- Vogais executivos: Valor ilíquido de 4.578,20€, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28€.
- A estes valores ilíquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010.
- Os gestores poderão optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º do EGP articulado com o n.º 14 da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.
- Para os membros da Mesa da Assembleia Geral sejam fixados os seguintes valores para as senhas de presença:
 - Presidente: Valor ilíquido de 650€;
 - Secretário: Valor ilíquido de 400€;
- A estes valores ilíquidos seja aplicada a redução nos termos do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010.
- Ao Revisor Oficial de Contas seja atribuída uma remuneração ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da remuneração global do Presidente do Conselho Administração.
- Ao valor ilíquido seja aplicada a redução prevista no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010.
- A todas estas remunerações sejam aplicadas outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas.
- Fixar em 80,00€ mensais, o valor máximo das despesas associadas a comunicações, previstas no n.º 3 do artigo 32º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro.
- Fixar em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, nos termos do n.º 3 do artigo 33º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

- Em cumprimento do preceituado no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, declarar que, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de prémios de gestão. Encontra-se suspenso o pagamento dos subsídios de férias e de natal.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não existe Comissão de Fixação de Remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

A estrutura das remunerações está definida no ponto A. acima.

D. Divulgação das Remunerações

Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto (€)
2014-2016	Presidente	Mª Fernanda Joanaz Silva Martins	1.170,00	1.300,00
2014-2016	Secretaria	Luisa Mª do Rosário Roque	730,40	800,00

Conselho de Administração

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra (*)	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratorias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratorias
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho b)	0,00	68.494,73	23.599,95	4.604,73	5.477,85	0,00	82.012,09
Luis Miguel Rochartre Álvares	0,00	14.879,15	5.493,84	1.018,65	1.935,42	0,00	17.418,92

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referencia pertencentes anos anteriores

* Despesas de representação

Não foram pagos, durante o exercício, quaisquer montantes por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeita a um domínio comum.

Não foram pagos nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Fiscal Único

Mandato	CARGO	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€)	Bruto (€)
2014-2016	Fiscal Único	PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc.Rev. Ofic. de Contas	20.442,60	22.714,00

34

VII. Transações com partes Relacionadas e Outras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 existiam os seguintes saldos e foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2014		Financiamentos/ Prestações suplementares	Rendas e alugueres obtidos	Juros obtidos/suportados	Outros gastos suportados
	Contas a receber	Contas a pagar				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	22.466.883,34	34.827,11	187.844.865,22	-	9.406.629,32	-
IDD - Indústria Desmilitarização Defesa, S.A.	111.473,56	-	1.991.000,00	128.973,72	10.418,65	82.959,82
EEN - Empordef Engenharia Naval (Ex OGMA Imobiliária)	6.693,79	-	92.250,00	-	-	-
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	169.599,38	-	3.028.930,00	-	-	-
Defloc, S.A.	22.822,41	-	355.000,00	-	-	-
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	53.869,26	-	44.663,59	-	-	-
Defaerloc, S.A.	17.514,61	-	70.000,00	-	-	-
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	1.281.958,41	(17.200.000,00)	-	(349.097,48)	-
OGMA, S.A.	-	1.744,17	5.172.806,95	-	-	22.229,87
EID - Empresa de Investigação Desenv. S.A.	5.365,02	-	-	-	-	-
Edisoft	-	-	-	-	-	-
Naval Rocha, S.A.	-	-	1.012.500,00	-	-	-
	22.854.221,37	1.318.529,69	182.412.015,76	128.973,72	9.067.950,49	105.189,69

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 existiam os seguintes saldos e foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2013		Financiamentos/ Prestações suplementares	Rendas e alugueres obtidos	Juros obtidos/suportados	Outros gastos suportados
	Contas a receber	Contas a pagar				
ENVC - Estaleiros Navais Viana Castelo, S.A.	13.042.743,83	-	135.857.895,90	-	5.963.907,52	-
IDD - Indústria Desmilitarização Defesa, S.A.	45.401,15	-	1.991.000,00	128.973,72	11.909,75	87.604,72
EEN - Empordef Engenharia Naval (Ex OGMA Imobiliária)	1.809,75	-	40.000,00	-	-	-
Empordef T.I. - Tecnologias Informação S. A.	169.599,38	-	3.028.930,00	-	-	-
Defloc, S.A.	12.004,12	-	290.000,00	-	-	-
Ribeira D'Atalaia - Sociedade Imobiliária, S.A.	9.006,84	-	4.640.924,02	-	65.515,16	-
Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.	117.727,70	-	-	-	-	-
Defaerloc, S.A.	17.125,53	-	50.000,00	-	-	-
Arsenal do Alfeite. S.A.	-	933.293,99	(17.200.000,00)	-	(349.097,48)	-
OGMA, S.A.	-	-	5.043.247,92	-	-	21.468,09
EID - Empresa de Investigação Desenv. S.A.	5.467,21	-	-	-	-	-
Edisoft	-	302,08	-	-	-	-
Naval Rocha, S.A.	862,18	-	1.012.500,00	-	-	-
	13.421.747,69	933.596,07	134.754.497,84	128.973,72	5.692.234,95	109.072,81

As remunerações do pessoal chave de gestão, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram conforme se segue:

2014

Conselho de Administração	
Remuneração anual ilíquida	285.035,99
Gastos na utilização de telefones	1.116,15
Despesas com viaturas serviço	22.687,65
Total	308.839,79

2013

Conselho de Administração	
Remuneração anual ilíquida	303.309,14
Gastos na utilização de telefones	564,21
Despesas com viaturas serviço	30.154,01
Total	334.027,36

35

Os mecanismos implementados para controlo das transações com partes relacionadas cingem-se:

- É relevação contabilística digráfica (de acordo com planos oficiais de contas) em contas devidamente detalhadas para o efeito, no que respeita à execução de fluxos realizados;
- Execução validade por "Deliberação do Conselho de Administração" e contratos de suporte e sistematicamente confrontadas com o orçamento anual inicial, no que respita ao controlo orçamental dos fluxos realizados.

VIII. Informação sobre outras transações

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A EMPORDEF, SGPS, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos (CCP), observando os procedimentos pré-contratuais previstos no CCP em matéria de aquisição de bens e serviços.

A EMPORDEF, SGPS, S.A. tem vindo a contratar ao abrigo de procedimentos aquisitivos de centralização efetuados pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa Nacional, quando estes cobrem as suas necessidades de contratação de bens ou serviços.

Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não existiram transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€

Durante o ano de 2014 não foi celebrado qualquer ato ou contrato com valor superior a 5M€.

IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

A Empordef tendo vindo a prosseguir a sua atividade nos domínios económico, social e ambiental em consonância com os princípios de bom governo e observando as melhores práticas do Setor Empresarial do Estado e no Código de Ética (que pode ser consultado no *site* da Empordef).

36

Quanto às Políticas prosseguidas para garantir a eficiência

A atividade da EMPORDEF em relação às empresas participadas tem:

- Incidido na alteração dos quadros comportamentais, culturais e organizacionais, com vista a adaptar a ação das participadas ao novo quadro referencial da economia nacional e internacional, bem como às próprias evoluções do SEE;
- Promovida a existência de uma rede comum de conhecimento no grupo, bem como tentado preencher a lacuna existente na área de *marketing*, a nível de grupo, associando as diversas empresas, e
- Promovida a produção e manutenção de *sites* na *internet* com imagem corporativa do grupo.

Tem igualmente coordenado a participação conjunta das empresas em feiras e exposições, conferindo uma imagem do grupo.

Como medidas de política geral a promover pelas empresas, a Empordef SGPS considera importante proceder ao saneamento das empresas em situação deficitária que poderão levar ao encerramento de áreas de atividade sem viabilidade.

Igualmente tem-se tentado promover a oferta de produtos e serviços de maior complexidade e maior valor acrescentado, bem como o crescimento das empresas, na cadeia de valor, e a sua melhoria contínua.

Quanto à Responsabilidade Social

Igualdade de oportunidades, respeito pelos direitos humanos

A honestidade, equidade, competência, profissionalismo, integridade e motivação do seu capital humano constituem condições necessárias para a implementação dos princípios e valores éticos que inspiram a EMPORDEF. Assim, na seleção dos seus colaboradores serão oferecidas iguais oportunidades de emprego, sem qualquer discriminação relativa à sua vida privada ou opiniões, e com base nos conhecimentos e competências profissionais.

Gestão do Capital Humano

No quadro das políticas de pessoal a desenvolver pelas empresas serão implementadas e fomentadas a circulação da informação em todos os sentidos, entre e dentro das empresas,

interessando os colaboradores na construção e correta compreensão dos objetivos das empresas e do grupo. Será estabelecido um programa de formação contínuo e coerente, definindo sempre regras relativas a direitos e deveres do pessoal alvo das ações de formação. Será proporcionado ao conjunto dos colaboradores das empresas o acesso permanente e oportuno a fontes de conhecimento técnico, estabelecendo rotinas simples mas eficazes de circulação e apreensão dessa informação, nomeadamente das melhores práticas dos setores.

Adoção de práticas ambientalmente corretas

A EMPORDEF considera o equilíbrio do ambiente como um ativo fundamental, pelo que orienta todas as empresas suas participadas a planearem as suas atividades e produções, tendo em permanente consideração a necessidade de proteger o ambiente do impacte das atividades desenvolvidas.

Quanto ao Desenvolvimento Sustentável

Criação de valor para o Acionista

Através da eliminação de redundâncias entre empresas e a promoção de *spin-offs* agrupando setores afins existentes nas diferentes empresas, concentrando-os na empresa em que sejam mais significativas as sinergias. Eliminando setores e negócios claramente não rentáveis e fazendo com que as empresas tirem partido da sua complementaridade. Preenchendo lacunas funcionais, com sentido estratégico e transformando profundamente a cultura existente, numa direção claramente empresarial.

Promoção da proteção ambiental

Pela racionalização do consumo de energia, pelo fomento de energias renováveis, apoiando a política dos 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) para os materiais usados, e fomentando a utilização de materiais e equipamentos energeticamente eficientes.

Contribuição para a inclusão social

Pela manutenção da empregabilidade do seu capital humano, sem pôr em causa a sustentabilidade económico-financeira das empresas.

Quanto à competitividade das empresas

Através do reforço de competências científicas, tecnológicas e operacionais e da promoção de novos produtos e novos serviços.

Quanto às Oportunidades e Ameaças

Entendemos ser o seguinte o quadro das Oportunidades e Ameaças que enquadram as atividades das empresas do Grupo.

Oportunidades

- Nível de conhecimento e de experiência operativa do conjunto das empresas do Grupo;
- Grau de criticidade da manutenção dos navios da frota da Armada Nacional;
- Credibilidade conferida pelo facto de as empresas do Grupo pertencerem a uma holding pública, permitindo a geração de negócios que de outra forma seriam impossíveis;
- Conjunto de parcerias com empresas internacionais, de referência nas suas áreas de atividade.

Ameaças

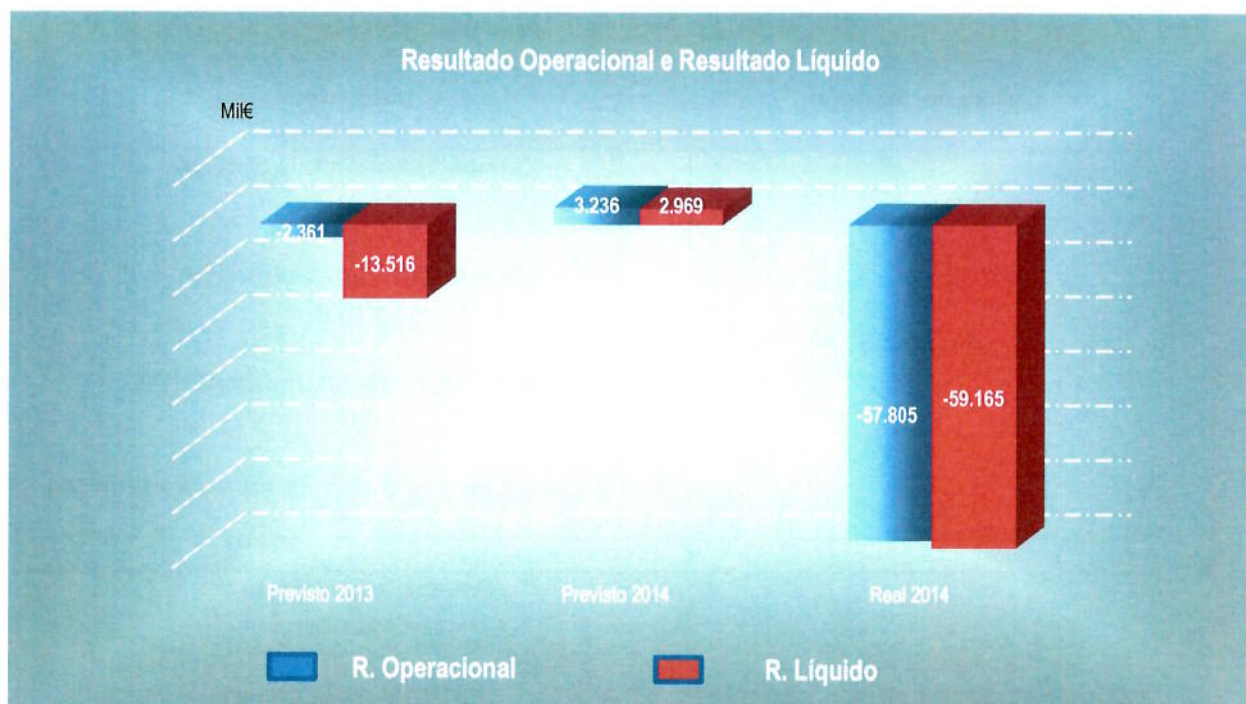
- Não disponibilidade dos recursos financeiros necessários à reestruturação das unidades empresariais que dela necessitam, nomeadamente para atingir mais elevados índices de produtividade;
- Concorrência internacional por parte de países com baixos custos de mão de obra;
- Dimensão insuficiente de algumas empresas e/ou unidades de negócio;
- Algumas estruturas empresariais com culturas envelhecidas; e
- Persistência do enquadramento económico nacional e internacional.

Considerando o que antes foi enunciado, entende-se que a *holding* EMPORDEF, e as suas empresas participadas, apresentam restrições às capacidades de sustentabilidade dos seus negócios, em grande dependência das condições de enquadramento das políticas públicas da Defesa e da evolução da economia nacional e internacional.

X. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Foram estabelecidos Objetivos de Gestão para 2014 agrupados em dois níveis:

Objetivos da Área Financeira, e Objetivos de Cumprimento de Gestão Operacional, sendo o seguinte o ponto de situação da sua realização:



O resultado líquido registado foi negativo em cerca de 59,17M€ ficando abaixo do orçamentado pois este apontava para um cenário em que o resultado se situava em cerca de 3M€.

Este resultado deve-se essencialmente a Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) que provocou um efeito negativo de 61.411.109 euros compensado com um efeito positivo de 5.205.352 euros de ganhos imputados de subsidiárias que absorveram o Resultado Financeiro negativo de 1.349.705 euros, resultante dos custos de financiamento de tesouraria corrente da SGPS e participadas.

INDICADORES FINANCEIROS

Áreas de Atuação	Indicador
Eficiência	Gastos operacionais/EBITDA -2,61%
	Gastos com Pessoal/EBITDA -1,07%
	Gastos de Aprovisionamento/EBITDA n/a
	Taxa de variação dos custos de aprovisionamento n/a
Comportabilidade de investimentos e capacidade de endividamento	Dívida/Capital próprio -245,93%
	EBITDA/Juros Líquidos n/a
	Período de recuperação do Investimento n/a
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	Fornecedores/compras*365 55 dias
	Evolução (dias) face ao ano anterior -22 dias
Rentabilidade e crescimento	EBITDA/Receitas n/a
	Taxa de crescimento das receitas n/a
Remuneração do Capital Investido	Resultado Líquido/Capital Investido -41,60%

No que respeita aos demais indicadores quantitativos a situação é a seguinte:

INDICADORES QUANTITATIVOS

Indicadores	Real 2013	Real 2014	Variação
Nº Efectivos	8	9	13%
Margem EBITDA = (EBITDA/Vendas + Pr. Serviços)	n/a	n/a	n/a
FSE + Custos Com Pessoal	1.304.003	1.424.747	9%
Indemnizações compensatórias	0	0	-
Aumentos Capital	0	0	-
Níveis de endividamento bancário CP e M/LP (incluindo contas caucionadas)	150.563.933	207.900.000	38%

De notar que em 2014 os gastos com FSE e Gastos com Pessoal decresceram comparativamente a 2010 devido às medidas estabelecidas no sentido de cumprimento das determinações relativas a redução de custos fixados no Programa de Estabilidade e Crescimento em cerca de 38%.

XI. Princípio de Igualdade do Género

A EMPORDEF considera a igualdade de género de e de oportunidades um princípio fundamental a ser incorporado nas práticas de gestão empresarial e em particular em todos os processos associados à gestão de recursos humanos.

Contudo, a EMPORDEF não formalizou até ao momento uma política de recursos humanos e promoção da igualdade como previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, que aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

XII. Avaliação do Governo Societário

1. Cumprimento das Recomendações

A EMPORDEF, SA tomou as medidas necessárias de forma a dar cumprimento a todas as orientações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário. Estas medidas estão vertidas ao longo dos pontos anteriores com as respetivas justificações.

42

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
I	Missão, Objectivos e Políticas					Pág. 3 do Relatório Governo Societário
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		
II	Estrutura de Capital					Pág. 8 do Relatório Governo Societário
1.	Estrutura de capital	X		X		
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		
3.	Acordos parassociais.	X		X		
III	Participações Sociais e Obrigações detidas					Pág. 9 do Relatório Governo Societário
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de	X		X		

47

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
	natureza associativa ou fundacional.					
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		
IV	Órgãos Sociais e Comissões					Pág. 10 do Relatório Governo Societário
A.	Mesa da Assembleia Geral					
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		
B.	Administração e Supervisão					Pág. 11 do Relatório Governo Societário
1.	Modelo de governo adotado	X		X		
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		
C. Fiscalização						Pág. 19 do Relatório Governo Societário
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		
D. Revisor Oficial de Contas						Pág. 21 do Relatório Governo Societário
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		
E. Auditor Externo						Pág. 22 do Relatório Governo Societário
1.	Identificação.	X		X		
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		
4.	Indicação do montante da	X		X		

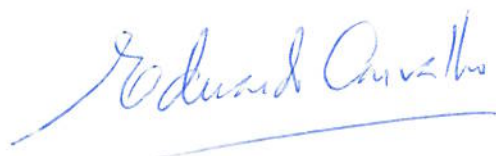
Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
	remuneração anual paga.					
V.	Organização Interna					Pág. 23 do Relatório Governo Societário
A.	Estatutos e Comunicações					
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		
B.	Controlo interno e gestão de riscos					Pág.24 do Relatório Governo Societário
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		
C.	Regulamentos e Códigos					Pág. 27 do Relatório Governo Societário
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		
D.	Sítio de Internet					Pág. 31 do Relatório Governo Societário
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		
VI	Remunerações					Pág. 32 do Relatório Governo Societário
A.	Competência para a Determinação					

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		
B.	Comissão de Fixação de Remunerações					Pág. 33 do Relatório Governo Societário
C.	Composição.	X		X		
	Estrutura das Remunerações					Pág. 33 do Relatório Governo Societário
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	-		-		N/A. Não prevista atribuição de prémios
6.	Regimes complementares de pensões.	-		-		N/A. Não existem nem estão previstos regimes complementares de pensões
D.	Divulgação das Remunerações					Pág. 33 do Relatório Governo Societário
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	-		-		N/A. Não prevista a possibilidade de atribuição de quaisquer remuneração sob a forma de participação de lucros e/ou prémios
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		
VII	Transacções com partes Relacionadas e Outras					Pág. 34 do Relatório Governo Societário
1.	Mecanismos implementados para	X		X		

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
	controle de transações com partes relacionadas.					
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		N/A
VIII	Informação sobre outras transações com partes Relacionadas e Outras					Pág. 35 do Relatório Governo Societário
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental					Pág. 35 do Relatório Governo Societário
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:					
	a) Responsabilidade social	X		X		
	b) Responsabilidade ambiental					
	c) Responsabilidade económica.					
X	Estratégias adoptadas e grau de cumprimento das mesmas					Pág.38 do Relatório Governo Societário
XI	Princípio de Igualdade do Género					Pág.40 do Relatório Governo Societário
XII	Avaliação do Governo Societário					Pág.41 do Relatório Governo Societário
2.	Outras informações	X		X		

2. Outras informações

Não existem elementos ou informações adicionais que sejam relevantes à compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.




Declaração de Independência

(artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro)

Eu, Eduardo Jorge dos Santos Carvalho, declaro que não detenho na empresa quaisquer participações patrimoniais, assim como quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro, ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 21 de Maio de 2015



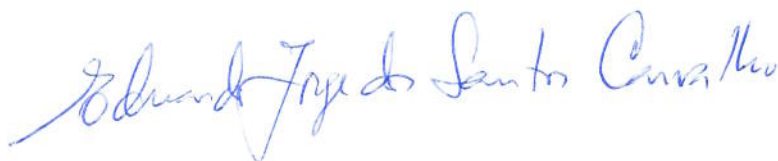
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho

Declaração de Independência

(artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro)

Eu, Eduardo Jorge dos Santos Carvalho, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro, ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 21 de Maio de 2015



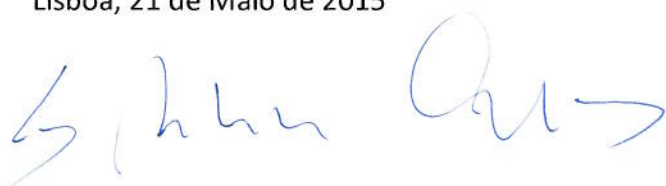
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho

Declaração de Independência

(artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro)

Eu, Luis Miguel Rochartre Álvares, declaro que não detenho na empresa quaisquer participações patrimoniais. Assim como quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negocio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro, ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 21 de Maio de 2015



Luis Miguel Rochartre Álvares

Conselho de Administração

Declaração de Independência

(artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro)

Eu, Luis Miguel Rochartre Álvares, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 Outubro, ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 21 de Maio de 2015



Luis Miguel Rochartre Álvares

Cumprimento das Orientações Legais





ÍNDICE

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	5
1. - OBJETIVOS GENÉRICOS	7
2. - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	7
3 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	8
4 - DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2013.....	9
5 - REMUNERAÇÕES	9
6 - CONTRATAÇÃO PÚBLICA	13
7 - SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO.....	18
8 - AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS	18
9 - PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	19
10 - PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	20
11 - DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	20
12 - SISTEMATIZAÇÃO INFORMAÇÃO	21





CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS





1. - Objetivos Genéricos

1.1 - Objetivo Estratégico

Como é conhecido, o Programa do XIX Governo Constitucional prevê para o SEE:

- a) Identificar todas as empresas com participação direta ou indireta do Estado cuja atividade se entenda dever ser libertada para o setor privado e calendarizar as respetivas operações de alienação;
- b) Aplicar limites progressivamente mais restritivos ao endividamento do SEE a partir de 2013;
- c) Garantir a viabilidade a prazo das empresas do SEE através de receitas próprias ou de transferências do Orçamento de Estado, o que inclui, entre outros aspetos, avaliar a estrutura das tarifas/preços de modo a reduzir a sua subsidiação.

E para além disto, prevê especificamente para as indústrias de defesa:

- d) Reestruturar as indústrias de defesa, conferindo-lhes sustentabilidade e iniciar um processo que conduza à sua privatização.

Sendo o Estado português o nosso único acionista a estratégia da EMPORDEF está balizada pelas orientações acima descritas.

1.2 – Objetivos de gestão

A empresa tem vindo a cumprir as Orientações de gestão definidas pelo acionista.

2. – Gestão do Risco Financeiro

Segue quadro resumo, no qual se identifica o cumprimento do estabelecido no Despacho n.º 101/09-SETF de 30 de janeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, no despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril:

ANOS	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	1.576.123,22	2.322.711,00	5.489.037,03	8.845.387,89	10.641.204,90
Taxa Média de Financiamento (%)	4%	6%	5%	6%	5%

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	2014	Var. Absol.	Var.%
Financiamentos obtidos	117.655.460,98	150.563.933,05	207.900.000,00	57.336.066,95	38%
... dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	207.900.000,00	207.900.000,00	100%
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por conversão créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, criou o Programa “Pagar a Tempo e Horas”, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, com o objetivo de assegurar a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Uma das medidas do programa respeita à monitorização e publicitação da evolução dos Prazos Médios de Pagamento a fornecedores registados pelas empresas públicas. A EMPORDEF, SA tem dado cumprimento a esta determinação legal, publicando no site a informação associada – quadros abaixo:

PMP	2014	2013	Var.2014/2013
Prazo (dias)	55	77	-29%

Dividas Vencidas	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Artº 1 DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aq. de Bens e Serviços	78.322,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	78.322,07	0,00	0,00	0,00	0,00



4 - Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013

Na Assembleia Geral da EMPORDEF SGPS SA, de 27 de junho de 2014, foram emitidas recomendações por parte do Acionista, como segue:

- Assegurar a continuação da redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores – cumprido, redução de 29% relativamente ao ano de 2013;
- Cumprir o princípio da unidade de tesouraria do Estado, nos termos do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013 – a 31 de dezembro de 2014 as disponibilidades depositadas no IGCP eram de 976.050,53€ (80% das disponibilidades totais);
- Promover a execução dos ajustamentos contabilísticos necessários e conducentes à emissão de um Certificação Legal das Contas sem reservas – Foram promovidas ações para dar resposta a esta recomendação. No entanto, não foram cumpridas na totalidade no decorrer do exercício;
- Realizar um levantamento, junto das empresas públicas, onde exerce a função acionista, tendente a verificar que as reduções remuneratórias, vigentes em 2013, foram corretamente aplicadas – as participadas cumpriram corretamente a aplicação das reduções remuneratórias.

5 – Remunerações

Mesa Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
2014-2016	Presidente	Mª Fernanda Joanaz Silva Martins	650,00	1.300,00	130,00	1.170,00
2014-2016	Secretaria	Luisa Mª do Rosário Roque	400,00	800,00	69,60	730,40

O disposto no artº 27 da Lei 66-B/2012 foi aplicado aos Membros da Mesa da Assembleia Geral.

Conselho de Administração Mandato 2011-2013 e 2014-2016

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Designação		QPRLO	
			Forma (1)	Data	Identificar Entidade	Pagadora (O/D)
2011-2013	Presidente	Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	Ata AG	12/08/2011		O
2011-2013	Vogal	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Ata CA	30/03/2012		O
2011-2013	Vogal	José David Moura Marques a)	Ata AG	17/10/2012		O
2014-2016	Presidente	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Ata AG	19/09/2014		O
2014-2016	Vogal	Luis Miguel Rochartre Álvares	Ata AG	19/09/2014		O

Legenda: (1) - indicar Resolução (RVAG/DUE/Despacho (D))

Nota: QPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Membro do CA (Nome)	Acumulação de funções		
	Entidade (Identificar)	Função (Identificar)	Regime (Público/Privado)
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	Empordef (SGPS),SA	Presidente	Público
	OGMA,SA	Vogal	Público
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Empordef (SGPS),SA	Presidente	Público
	Defloc,SA	Vogal	Público
	Extra,SA	Vogal	Público
	Ribeira d'Atalaia,SA	Vogal	Público
	Defaerloc,SA	Vogal	Público
José David Moura Marques a)	Empordef (SGPS),SA	Vogal	Público
Luis Miguel Rochartre Álvares	Empordef (SGPS),SA	Vogal	Público
	ETI	Vogal	Público
	Defloc,SA	Presidente	Público
	Defaerloc,SA	Presidente	Público

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Valores mensais Brutos €	
			Remuneração Base	Despesas Representação
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	S	A	5.772,75	2.309,10
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho b)	S	A	5.772,75	2.309,10
José David Moura Marques a)	S	A	4.578,20	1.831,28
Luis Miguel Rochartre Álvares	S	A	4.578,20	1.831,28

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

b) Até 18 de Setembro de 2014 a remuneração base era de 4,578,20€. A partir de 19 de Setembro de 2014 passou a ser de 5,772,75€

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratorias	Redução anos anteriores *	Bruta após Reduções Remuneratorias
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	0,00	59.764,00	19.935,23	3.984,96	3.466,56	0,00	72.247,70
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho b)	0,00	68.494,73	23.599,95	4.604,73	5.477,85	0,00	82.012,09
José David Moura Marques a)	0,00	47.397,09	15.810,05	3.160,36	2.761,57	0,00	57.285,21
Luis Miguel Rochartre Álvares	0,00	14.879,15	5.493,84	1.018,65	1.935,42	0,00	17.418,92

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referencia pertencentes anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

b) Até 18 de Setembro de 2014 a remuneração base era de 4,578,20€. A partir de 19 de Setembro de 2014 passou a ser de 5,772,75€

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução	O. Reduções	Redução	Bruta após Reduções
				Lei 12-A/2010	Remuneratorias	anos anteriores *	Remuneratorias
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	0,00	59.764,00	19.935,23	3.984,96	3.466,56	0,00	72.247,70
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	0,00	68.494,73	23.599,95	4.604,73	5.477,85	0,00	82.012,09
José David Moura Marques a)	0,00	47.397,09	15.810,05	3.160,36	2.761,57	0,00	57.285,21
Luis Miguel Rochartre Álvares	0,00	14.879,15	5.493,84	1.018,65	1.935,42	0,00	17.418,92

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referencia pertencentes anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Saude	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago	Identificar	Valor			Identificar	Valor
		Ano						
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	5,71	753,18	Segurança Social	17.203,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	5,71	1.364,69	Segurança Social	19.532,93	0,00	0,00	0,00	0,00
José David Moura Marques a)	5,71	873,63	Caixa Geral Aposentações	13.657,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Luis Miguel Rochartre Álvares	5,71	365,44	Segurança Social	4.158,88	245,94	0,00	0,00	0,00

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	60,00	361,07	
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	60,00	616,49	
José David Moura Marques a)	50,00	52,07	
Luis Miguel Rochartre Álvares	50,00	86,52	

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)					
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	S	N	37.669,61	AOV	2014	2017	587,79	5.290,11	35
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	S	N	22.800,00	AOV	2014	2017	396,60	3.569,40	35
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	S	N	37.669,61	AOV	2014	2017	587,79	1.763,37	35
José David Moura Marques a)	S	N	30.000,00	Aquisição	2007	-	-	-	-
Luis Miguel Rochartre Álvares b)	S	N	0,00	-	-	-	-	-	-

Legenda: (1) aquisição; AOV: leasing ou outra

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

b) Esta a utilizar a viatura da Defloc,SA

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	489,29	3.737,01	666,60	73,80	535,92	
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	489,29	2.145,71	571,35	895,80	521,13	
José David Moura Marques a)	391,43	1.966,15	216,50	0,00	0,00	
Luis Miguel Rochartre Álvares	391,43	635,89	361,70	0,00	0,00	

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com viagens (Σ) (€)
	Deslocações em serviço (€)	Custo com alojamento (€)	Ajudas de custo (€)	Outras		
				Identificar	Valor (€)	
Rui Jorge de Carvalho Vicente Ferreira a)	21.155,81	3.380,90	1.469,73	Visto e Refeições	567,05	26.573,49
Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	10.395,59	165,00	446,75	Visto e Refeições	121,42	11.128,76
José David Moura Marques a)	870,77	262,80	482,50	Refeições	167,60	1.783,67
Luis Miguel Rochartre Álvares	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00

a) Saiu a 19 de Setembro de 2015

Atribuição de prémios de gestão

Os membros do conselho de administração não tiveram prémios de gestão, sendo as orientações e determinações nos termos do artº 41 da Lei 83-C/2013 devidamente aplicadas.

Aplicação das reduções remuneratórias

A aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, foram aplicadas aos membros do Conselho de Administração da EMPORDEF, SA.

Órgão de Fiscalização – Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	CARGO	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)
			Doc (1)	Data	
n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

Legenda: (1) - indicar Resolução (RVAG/DUE/Despacho (D))

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
n.a	n.a	n.a	n.a



ROC/FU

Mandato	CARGO	Identificação		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos
(Início-Fim)		SROC/ROC		Doc (1)	Data	Limite Fixado	Contratada	exercidos na sociedade
		Nome	Número					
2014-2016	Fiscal Único	PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc.Rev. Ofic. de Contas:	183	Ata AG	19/09/2014	20.442,60	22.714,00	2
	Representante	Cesar Abel Rodrigues Gonçalves	740					
	Representante	Ana Maria A'vila de Oliveira Lopes Bertão	902					
	Fiscal Suplente	José Manuel Henriques Bernardo	903					

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC)

Legenda: (1) - indicar Resolução (RVAG/DUE/Despacho (D))

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Bruta após reduções (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados, Soc.Rev. Ofic. de Contas ^(a)	22.714,00	2.271,40	20.442,60

(a) não facturada

A aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, foram devidamente aplicadas.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
n.a	n.a		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

A aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, não são aplicáveis.

Dos restantes trabalhadores

Aplicação das reduções remuneratórias

A aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, foram aplicadas.

Aplicação do disposto no estatuto do gestor público

Foram aplicadas as determinações nos termos do artº 32 do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

6 - Contratação pública

Aplicação das normas de contratação pública

A EMPORDEF (SGPS), enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos (CCP),

observando os procedimentos pré-contratuais previstos no CCP em matéria de aquisição de bens e serviços.

Durante o ano de 2014, foi realizado um procedimento de contratação de serviços sob a forma de concurso público no valor de 94.000,00 €. Todas as restantes aquisições de bens e serviços foram efetuadas com recurso ao procedimento de ajuste direto, tendo sido celebrados 7 contratos de valor superior ao previsto para o regime de ajuste direto simplificado e inferior a 75.000,00€, num valor total de 327.599,00 €.

A EMPORDEF SGPS tem vindo a dar cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, desta Direção-Geral. Nos termos desse Despacho, não foram efetuados contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00 euros.

Nem todas as empresas do Grupo EMPORDEF podem ser consideradas organismos de direito público, não sendo por isso universal no Grupo a aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos.

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da Contratação Pública vertido no Código dos Contratos Públicos (CPP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, por força do preconizado na subalínea ii), da alínea a) do n.º 2 do Artigo 2º do mencionado diploma.

Os procedimentos adotados cumpriram o disposto no CPP em matéria de aquisição de bens e serviços, não tendo existido transações fora das condições de mercado.

Durante o ano de 2014, foram efetuadas 3.521 requisições ao mercado (3.222 em 2013).

Requisições ao Mercado - 2014		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	3.122	88,66%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	311	8,83%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	78	2,22%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	7	0,20%
Superior ou igual a 100.000€	3	0,09%
	3.521	100%

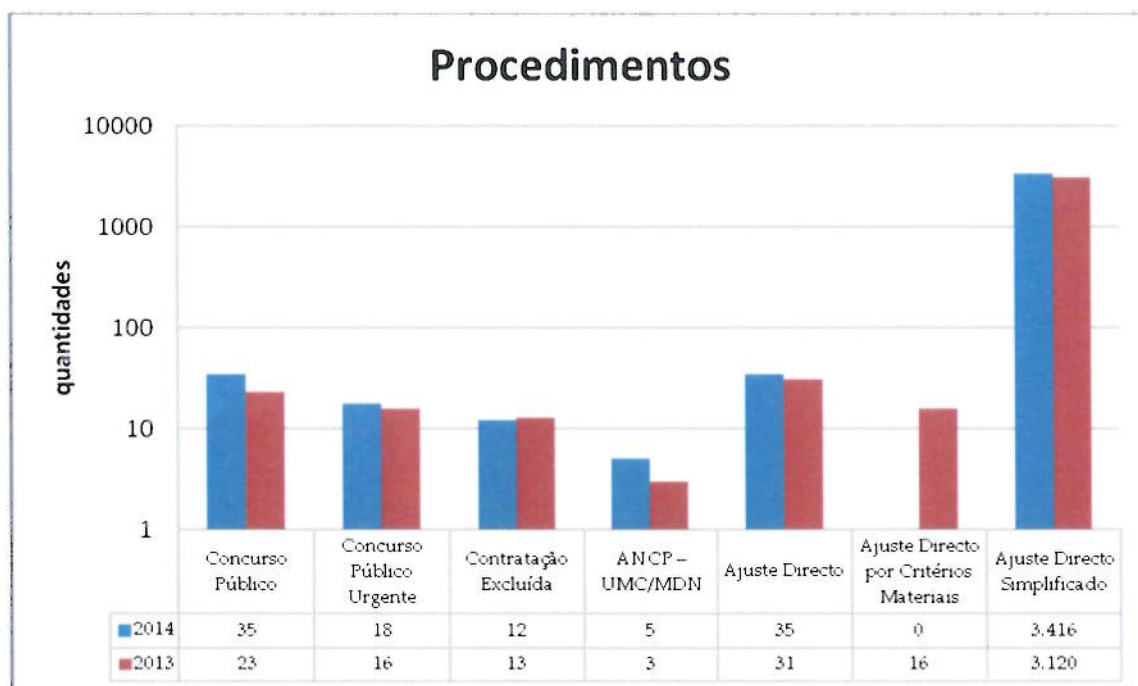


Requisições ao Mercado - 2013		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.801	86,93%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	341	10,58%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	65	2,02%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	9	0,28%
Superior ou igual a 100.000€	6	0,19%
	3.222	100%

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, cerca de 89% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o “Ajuste Direto Simplificado”.

No que respeita aos procedimentos de contratação adotados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”, e o recurso a procedimentos mais complexos, nomeadamente o Concurso Público e o Concurso Público Urgente, mesmo quando o valor base da aquisição permitiria adotar o Ajuste Direto.

Procedimentos de Contratação		
	Quantidades	%
Concurso Público	35	1,00%
Concurso Público Urgente	18	0,51%
Contratação Excluída	12	0,34%
ANCP – UMC/MDN	5	0,15%
Ajuste Direto	35	1,00%
Ajuste Direto por Critérios Materiais	-	-
Ajuste Direto Simplificado	3.416	97,00%
	3.521	100%



No que respeita à existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, salienta-se que o Manual do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho da Arsenal do Alfeite, S.A. (cuja última revisão ocorreu em Janeiro de 2013) prevê a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública.

Neste âmbito foram aprovados em 2012, mantendo-se inalterado em 2014, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de Fornecedores.

A avaliação do devido cumprimento das regras previstas nos procedimentos acima elencados é efetuada mediante 1 auditoria externa e outra interna, com frequência anual.

Nos termos do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de Maio, não foram efetuados pela empresa, contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00€.

No ano de 2014, não foram celebrados contratos com valor superior a 5 Milhões de Euros.

Os **Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.**, enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontram-se sujeitos ao regime da contratação pública vertido no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Estando sujeito ao acima mencionado regime legal, encontra-se qualquer aquisição, seja ela de bens ou serviços, bem como qualquer empreitada, submetidos às regras aplicáveis aos procedimentos de formação de contratos previstos na lei (Artigo 16º do CCP).

A **Defloc, S.A.**, enquanto organismo de direito público, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos e, como tal, observa as normas de contratação pública consagradas no referido Código.

A Defloc, S.A. tem vindo a dar cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, desta Direção-Geral.

Durante o exercício, foi celebrado um contrato de prestação de serviços de manutenção da frota de helicópteros EH101, por um prazo de 4 anos e 6 meses, com a entidade Agusta Westland Limited, com um valor total de 56.281.926,00 €. No início do projeto de aquisição da frota EH-101, o Tribunal de Contas, através do Acórdão n.º 7/2002, de 29 de janeiro, proferido pela 1ª Secção no âmbito do processo instaurado com n.º 4601/2001 para fiscalização prévia do conjunto de contratos que estiveram na génese da operação EH-101, entendeu que os contratos de manutenção não se achavam sujeitos a visto prévio por serem considerados contratos de assistência técnica e, consequentemente, excluídos ao abrigo do disposto no artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, não tendo por este motivo este contrato sido sujeito a visto prévio.

Os serviços de manutenção prestados por fornecedores sub-contratados não cobertos por este contrato foi efetuada ao abrigo dos contratos vigentes à data.

A **DEFAERLOC, S.A.**, enquanto organismo de direito público, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos.

Durante o exercício, não foram celebrados novos contratos, tendo a prestação de serviços de manutenção por parte do fornecedor sub-contratado sido efetuada ao abrigo do contrato vigente.

A DEFAERLOC, S.A., enquanto organismo de direito público, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos.

Durante o exercício, não foram celebrados novos contratos, tendo a prestação de serviços de manutenção por parte do fornecedor sub-contratado sido efetuada ao abrigo do contrato vigente.

A **idD**, enquanto organismo de direito público, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos.

A idD tem vindo a dar cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, desta Direção-Geral.

Durante o ano de 2014 foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, tendo sido efetuada contratação de serviços apenas ao abrigo do regime simplificado.

A **EMPORDEF Engenharia Naval, SA**, enquanto organismo de direito público, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos.

A EMPORDEF Engenharia Naval, SA tem vindo a dar cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, desta Direção-Geral.

Durante o ano de 2014, apenas foi celebrado, por ajuste direto, em 24.11.2014, um contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica, com a Sociedade de Advogados Mendes Leal & Associados, com fundamento na al.b) do n.º 1 do art.º 27º do código dos contratos públicos, pelo valor de 24.000 €, encontrando-se o mesmo devidamente registado na plataforma dos contratos públicos on line.

A **Extra, S.A.**, enquanto organismo de direito público, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública decorrente do Código dos Contratos Públicos.

A Extra, S.A. tem vindo a dar cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, desta Direção-Geral. Durante o ano de 2014, não foi desenvolvida atividade de contratação.

Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€

Durante o ano de 2014 não foi celebrado qualquer ato ou contrato com valor superior a 5M€.

7 – Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

Sistema nacional de compras públicas (sncp)

A EMPORDEF, SGPS, S.A. tem vindo a contratar ao abrigo de procedimentos aquisitivos de centralização efetuados pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa Nacional, quando estes cobrem as necessidades de contratação de bens ou serviços da EMPORDEF.

Parque de veículos do estado

A EMPORDEF registou, em 2014, uma variação nula relativamente ao ano de 2013 mantendo o seu Parque Automóvel de 5 veículos.

8 – Auditoria do Tribunal de Contas

Não se realizou qualquer auditoria pelo Tribunal de Contas no exercício de 2014.



9 - Plano de redução de custos

A EMPORDEF, SA cumpre o Plano de redução de custos.

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Absol.	Var. %	Absol.	Var. %
		Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	2014/2013		2014/2010	
EBITDA		-57.735.919,98	-17.586.314,61	-10.276.017,44	422.727,06	2.935.641,45				
(1) CMVMC (m€)	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(2) FSE (m€)	n.a	807.219,04	647.111,90	666.415,88	622.991,89	1.043.181,01	160.107,14	24,74	-235.961,97	-22,62
Deslocações /Estadas	n.a	139.586,83	67.638,98	33.569,06	32.174,33	56.457,02	2,06	106,37	2,47	147,24
Ajudas de Custo	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	n.a	16.957,59	13.808,78	18.154,64	22.660,02	24.799,83	1,23	22,80	0,68	-31,62
(3) Gastos com o pessoal (m€)	n.a	617.528,11	656.891,02	558.470,99	836.425,03	919.392,43	0,94	-5,99	0,67	-32,83
(3.1) dos quais indemnizações	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Total de Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)	n.a	1.424.747,15	1.304.002,92	1.224.886,87	1.459.416,92	1.962.573,44	658.570,52	50,50		
(5) Volume de Negócios (m€)	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número RH	n.a	11	12	13	12	16	-1	-8,33	0,69	-31,25
Nº Efetivos	n.a	3	3	3	3	3	0	0,00	1,00	0,00
Nº Cargos de Direção	n.a	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
Nº Efetivos/Cargos Direção		0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a
Viaturas										
Nº de viaturas a)	n.a	5	5	5	6	6	0	0,00	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	n.a	30.952,12	46.735,75	59.510,22	67.005,58	64.911,14	0,66	-33,77	n.a	n.a

a) Em cada ano houve uma viatura que foi emprestada a uma empresa participada, tendo esta sobornado todos os gastos.

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013	2014
Número de RH sem órgãos sociais	10	8	9	8	9
Número decargos digirentes sem O.S.	0	0	0	0	0
Número de órgãos sociais	6	4	4	4	2
Gastos totais com pessoal	919.392,43	836.425,03	558.470,99	656.891,02	617.528,11
Gastos com Órgãos Sociais (€)	579.615,05	393.243,11	263.779,78	304.699,90	285.035,99
Gastos com Dirigentes (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes (€)	339.777,38	443.181,92	294.691,21	352.191,12	332.492,12
Rescisões/Indemnizações (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10 – Princípio de unidade de tesouraria do estado

No âmbito do aprofundamento da unidade de tesouraria do Estado e no conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento, alargou-se a aplicação do princípio da unidade de tesouraria a todas as entidades do SEE nos termos do art.º 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, solução reforçada no art.º 77º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado), excetuando-se apenas as entidades financeiras.

Devem, portanto as empresas do SEE, manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras em contas do Tesouro no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP), sendo-lhes, para esse efeito, aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho.

A EMPORDEF SGPS SA cumpre o princípio da unidade de tesouraria do Estado, nos termos do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/201. A 31 de dezembro de 2014 as disponibilidades depositadas no IGCP eram de 976.050,53€ (80% das disponibilidades totais).

11 - Divulgação da informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A	Data Atualização	
Estatutos	S	03-Jul-14	
Caracterização da Empresa	S	03-Jul-14	
Função de tutela e accionista	S	03-Jul-14	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	S	07-Jan-15	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	07-Jan-15	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	07-Jan-15	
- Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	S	07-Jan-15	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	07-Jan-15	
Esforço Financeiro Público	S	20-Fev-15	
Ficha Síntese	S	11-Dez-14	
Informação Financeira histórica e atual	S	03-Jul-14	
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa se encontra sujeita	S	03-Jul-14	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	03-Jul-14	
- Outras transações	S	03-Jul-14	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	03-Jul-14	
Económico	S	03-Jul-14	
Social	S	03-Jul-14	
Ambiental	S	03-Jul-14	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	03-Jul-14	
- Código de ética	S	03-Jul-14	

12 – Sistematização Informação

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação/ Identificação
	S/N/N.A.	
Objectivos de Gestão:		
Orientações de gestão definidas pelo acionista	S	% cumprimento = 100 %
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento = 5%
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Var. Endividamento em 2014 = 38%
		Variação em 2014 do PMP a fornecedores (em dias) = - 22 dias
Evolução do PMP a fornecedores	S	Indicar o total de "Arrears" em 31 de Dezembro 2014 = 0
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:		
Assegurar a continuação da redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	S	n.a
Cumprir o princípio da unidade de tesouraria do Estado, nos termos do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013	S	
Promover a execução dos ajustamentos contabilísticos necessários e conducentes à emissão de um Certificação Legal das Contas sem reservas	N	n.a
Realizar um levantamento, junto das empresas públicas, onde exerce a função acionista, tendente a verificar que as reduções remuneratórias, vigentes em 2013, foram corretamente aplicadas	S	n.a
Remunerações:		
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	S	Não Aplicável
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2014	S	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013	n.a.	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória vigentes em 2014	S	n.a
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	S	n.a
Artigo 32º do EGP		
Utilização de cartões de crédito	S	Não existem cartões atribuídos
Reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existem despesas desta natureza
Contratação Pública		
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	
Aplicação Normas de contratação pública pelas participadas	S	Não aplicável
Contratos submetidos a visto prévio do TC	n.a.	Não aplicável
Auditorias do Tribunal de Contas		
Recomendação 1	n.a.	
Parque Automóvel		
Nº de viaturas		Var. em 2014 do nº total de veículos utilizados pela empresa face a 2013
Gastos com Viaturas	30.952,12	0%
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art. 61º da Lei nº 83-C/2013)	S	Preencher quadro Anexo 1
Redução de Trabalhadores (artº 60º da Lei nº 83-C/2013)		
Nº de Trabalhadores	N	Não aplicável
Nº de cargos dirigentes	n.a.	Não aplicável
Princípio da Unidade de Tesouraria (art. 123º da Lei 83-C/2013)		
Disponibilidade Centralizadas no IGCP	S	% disponibilidades depositadas no IGCP em 31 de Dezembro 2014 = 80%
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	n.a.	Montante auferido e data de entrega

Eduardo Araújo
João